

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO  
DE HISTÓRIA

LUIS MARCELO SANTOS

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA MARAJOARA: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO  
DE HISTÓRIA INDÍGENA

PONTA GROSSA

2021

LUIS MARCELO SANTOS

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA MARAJOARA: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA  
INDÍGENA

Dissertação apresentada como requisito para defesa no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Maura Regina Petruski

PONTA GROSSA  
2021

S237 Santos, Luis Marcelo  
História e arqueologia marajoara: possibilidades para o ensino de história e cultura indígena / Luis Marcelo Santos. Ponta Grossa, 2021.  
187 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maura Regina Petruski.

1. Cerâmica marajoara. I. Petruski, Maura Regina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III. T.

CDD: 930.1



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade  
Estadual de  
Ponta Grossa

## TERMO DE APROVAÇÃO

**LUIS MARCELO DOS SANTOS**

### **HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA MARAJOARA: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 14 de outubro de 2021, pela seguinte banca examinadora:

Maura Regina Petruski (UEPG - Orientadora)

Maristela Carneiro (UFMT)

Andrea M. Schactae (IFPR/UEPG)

Ponta Grossa, 14 de outubro de 2021.

## RESUMO

O presente trabalho visa refletir uma maior visibilidade quanto a utilização da cultura pré-colonial marajoara como temática de ensino na área de História, buscando dinamizá-la como objeto de estudo dentro do ensino da cultura e história indígena, o fazendo inclusive por meio de um maior diálogo por meio de outros campos de saber, tais como, por exemplo, a arqueologia. Assim como se analisa as razões pela indicação desta cultura indígena, ser mais destacada no ensino de história, em vez de outras sociedades nativas em especial, então se focando essa dada pesquisa sobre a necessidade e dadas experiências a serem desenvolvidas quanto à confecção de material didático referente a este tema: a cultura arqueológica marajoara. Expondo algumas estratégias didáticas tanto por parte de outros pesquisadores, como também pelo autor deste trabalho agora apresentado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cerâmica marajoara. Ensino de história e cultura indígena. Materiais didáticos sobre história e cultura indígena. Povo indígena marajoara. Relação da arqueologia com história

## **ABSTRACT**

The present work aims to reflect a greater visibility regarding the use of pre-colonial Marajoara culture as a teaching theme in the area of History, seeking to make it more dynamic as an object of study within the teaching of indigenous culture and history, including through a greater dialogue through other fields of knowledge, such as, for example, archeology. As well as analyzing the reasons for the indication of this indigenous culture, being more prominent in the teaching of history, rather than other native societies in particular, so focusing this given research on the need and given experiences to be developed in the making of teaching material referring to this theme: the marajoara archaeological culture. Exposing some didactic strategies both by other researchers, as well as by the author of this work now presented.

**KEY WORDS:** Marajoara ceramics. Teaching indigenous history and culture. Teaching materials on indigenous history and culture. Marajoara indigenous people. Relationship of archeology to history

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Estilos artísticos chibchas.....	23
FIGURA 2 – Interior de uma das cavernas de Lagoa Santa .....	37
FIGURA 3 – Teso Marajoara primeiramente fotografado na estação seca e posteriormente na estação chuvosa .....	38
FIGURA 4 – Exemplar de sambaqui – Sambaqui da Rosseta em Santa Catarina ...	41
FIGURA 5 – Trecho de um remanescente de um gabinete de curiosidades – Museu Sir John Soane – Inglaterra .....	45
FIGURA 6 – Decoração de interior com utilização de motivos inspirados na estética indígena marajoara .....	49
FIGURA 7 - Maracá da Praça Waldemar Henrique.....	75
FIGURA 8 – Exemplos de representações do legado indígena nas ruas de Santarém (PA) .....	76
FIGURA 9 – Reprodução de um exemplar de cerâmica marajoara em ônibus de linha.....	77
FIGURA 10 – Moeda de um (01) real.....	78
FIGURA 11 – Reprodução um exemplar de urna funerária marajoara .....	80
FIGURA 12 – Reprodução de desenhos de cobras em exemplares de cerâmica marajoara .....	81
FIGURA 13 – Esquema de distribuição de tesos no rio Camutins .....	86
FIGURA 14 – Representação sobre como eram usadas as tangas marajoaras .....	90
FIGURA 15 – Diferentes modelos de tangas marajoaras .....	91
FIGURA 16 – Capa do exemplar História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade.....	107
FIGURA 17 – Exercícios de reflexão propostos no livro didático História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade – página 44.....	110
FIGURA 18 – Mapa com a distribuição das famílias indígenas no Brasil do século XVI – obra História Projeto Apoema.....	111
FIGURA 19 – Mapa com a distribuição das famílias indígenas no Brasil do século XVI – obra História Projeto Apoema.....	111
FIGURA 20 – Capa do exemplar História Projeto Apoema 6º ano.....	113
FIGURA 21 – Capa do exemplar História Sociedade e Cidadania 6º ano .....	114
FIGURA 22 – Capa do exemplar História, Escola e Democracia 7º ano .....	116

FIGURA 23 – Capa do exemplar História Doc. 7º ano.....	117
FIGURA 24 – Um exemplar de geoglifo no estado do Acre .....	119
FIGURA 25 – Capa do exemplar Historiar História 6º ano.....	120
FIGURA 26 – Capa do exemplar História, Escola e Democracia 6º ano .....	123
FIGURA 27 – Alguns símbolos presentes na pedra do Ingá.....	124
FIGURA 28 – Capa do exemplar Vontade de Saber História 6º ano .....	125
FIGURA 29 – Capa do exemplar Inspire História 6º ano .....	127
FIGURA 30 – Capa do exemplar Teláris História 6º ano .....	128
FIGURA 31 – Capa do exemplar Geração Alpha 6º ano .....	129
FIGURA 32 – Vistas de diferentes ângulos do Sítio de Calçoene .....	130



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CEPA - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PPC – Proposta Pedagógica Curricular

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

ProAC – Programa de Incentivo à Cultura

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TPI – Terra preta de índio

UFPA – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA INDIGENA: ALGUMAS REFLEXÕES</b> .....	20
1.1 PRECONCEITOS, GENERALIZAÇÕES E ESTEREÓTIPOS SOBRE OS INDÍGENAS .....	21
1.2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO INDÍGENA SOB O PONTO DE VISTA DO COLONIZADOR .....	26
<b>CAPÍTULO 2 ADENTRANDO NO PASSADO ARQUEOLÓGICO MARAJOARA</b> .	31
2.1 CERÂMICA MARAJOARA E A ARQUEOLOGIA .....	32
2.2 ARQUEOLOGIA NO BRASIL: UM INÍCIO .....	34
2.3 A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA .....	46
2.3.1 O surgimento do CEPA .....	53
2.3.2 O surgimento do PRONAPA .....	55
2.3.3 Sobre a Gradual Emancipação do Conhecimento Arqueológico .....	58
2.3.4 A Relação da Arqueologia com a História. ....	61
2.4 MUITO MAIS DO QUE UMA MISTURA: A CERÂMICA .....	66
2.4.1 A Cerâmica Indígena – Aspectos Gerais.....	67
2.5 A VISIBILIDADE ATUAL DA CULTURA MARAJOARA – IDENTIDADE E CAPITALISMO .....	70
2.6 CONHECENDO A CULTURA ARQUEOLÓGICA MARAJOARA .....	79
2.6.1 Motivos Ornamentais em suas Urnas Funerárias .....	79
2.6.2 Aspectos da Vida Social das Antigas Populações Marajoaras Percebidos a Partir de seus Artefatos Cerâmicos .....	82
2.6.3 Os Tesos .....	85
2.7 TÉCNICAS PRESENTES NA CONFECÇÃO DE SUAS PEÇAS CERÂMICAS	87
2.8 A CERÂMICA COMO FONTE HISTÓRICA .....	91
<b>CAPÍTULO 3 REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA INDIGENA E A CULTURA ARQUEOLÓGICA MARAJOARA NO ENSINO DE HISTÓRIA</b> .....	97
3.1 SOBRE LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE PESQUISA .....	98

3.2	NADA OU POUCO A SE DIZER SOBRE O INDÍGENA .....	105
3.2.1	Indígena Retratado de Forma Genérica .....	107
3.2.2	Começando a Falar: os Primeiros Passos da Mudança .....	119
3.3	PRODUÇÃO DIDÁTICA .....	135
3.3.1	Texto Didático – Cultura Marajoara – Autor: Luis Marcelo Santos .....	135
3.3.2	Orientações aos professores.....	150
3.3.3	Sugestões de Atividades .....	151
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>158</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DA ILHA DO MARAJÓ.....</b>	<b>178</b>
	<b>ANEXO B – COLÉGIO FRANCISCO PIRES MACHADO .....</b>	<b>179</b>
	<b>ANEXO C - UM EXEMPLAR DE OBRA DE MESTRE CARDOSO .....</b>	<b>180</b>
	<b>ANEXO D – TÉCNICA DO ACORDELAMENTO.....</b>	<b>181</b>
	<b>ANEXO E – EXCISÃO EM CERÂMICA.....</b>	<b>182</b>
	<b>ANEXO F – INCISÃO EM CERÂMICA.....</b>	<b>183</b>
	<b>ANEXO G - APLICAÇÃO DO ENGOBO – UMA CAMADA DE ARGILA LIQUIDA SOBRE A PEÇA JÁ COZIDA.....</b>	<b>184</b>
	<b>ANEXO H - CAPA DA OBRA DIDÁTICA “REMANDO POR CAMPOS E FLORESTAS” .....</b>	<b>185</b>
	<b>ANEXO I - FRAGMENTO DA OBRA DIDÁTICA “REMANDO POR CAMPOS E FLORESTAS” .....</b>	<b>186</b>
	<b>ANEXO J – DISTRITO DE ICOARACI – BELÉM - PARÁ.....</b>	<b>187</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente, os indígenas brasileiros foram povos literalmente massacrados de diferentes formas, visto que foram vítimas do extermínio físico, tal qual sofreram gradual etnocídio cultural a partir do momento que suas identidades e memórias foram negligenciadas quando não apagadas, além de terem seus direitos e diversidades negados. Monteiro justifica que essa modalidade de violência foi tão bem construída, arquitetada, que por muito tempo para muitos historiadores a história indígena se resumiria “à crônica de sua extinção” (2003, p. 133).

Contudo, por meio de muitas lutas desencadeadas para mudar a esse quadro de violência cultural, resultados significativos já foram alcançados como, por exemplo, a aprovação da Lei nº 11.645, publicada em 2008. A qual tornou obrigatório o ensino da História e da cultura indígena na educação básica do país. Uma dentre outras conquistas a fim de mudar o quadro de marginalização aqui comentado, de invisibilidade que foi imposta aos povos aborígenes, ainda que, por si só, a mera existência de uma lei não garanta qualquer inclusão no sistema, sem que haja uma conscientização em torno da compreensão de sua necessidade.

Tanto que esta vitória de 2008 é fruto de uma longa luta de décadas atrás, iniciada pelas próprias lideranças indígenas por meio de organizações para que eles tivessem sua voz ouvida, logo, a lei 11.645/2008 não foi uma concessão voluntária por parte de nossas autoridades. Jornada na qual os antropólogos se fizeram importante aliados. Os quais produziram diversos materiais que serviram de subsídios para que integrantes de outros campos do saber igualmente se unissem a essa luta pela valorização da história dessas sociedades, reconhecendo nessas coletividades todo o seu protagonismo na História, evidenciando assim todo o absurdo em se omitir suas variadas realizações do registro histórico, como bem destacou Monteiro (2003, p. 111).

Ainda que, por ora, pouco tenha mudado no imaginário geral a visão em relação ao indígena brasileiro, persistindo sobre ele o senso comum de um ser em atraso no tempo, preguiçoso e até como um entrave ao progresso do restante da sociedade. O que mostra como as pesquisas e estudos sobre o Ensino de História Indígena no país ainda tem um longo trabalho para prosseguir neste sentido. Inclusive nas produções didáticas, que mesmo já tendo tido mudanças expressivas com a lei nº 11.645, mas ainda se faz “deficiente, carente de subsídios teóricos e

recursos didáticos” (DMITRUK, 2014, p. 291), e, em boa parte confinada no recorte da dita pré-história.

Como o historiador inglês Peter Burke afirma que a função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer (BEZERRA, 2019, p. 07), obrigando-nos a remexer nas zonas de conforto criadas sobre os valores que aprendemos e ensinamos, não podendo aceitar o papel de sermos meros reprodutores do saber histórico já produzido. Para tanto devendo refletir constantemente a respeito do que manter e do que mudar no seu exercício cotidiano do ensino sobre o passado, inclusive corrigindo omissões que compreendemos não terem razão de serem mantidas.

Principalmente no que trata da “História Oficial, que é uma elaboração histórica que convém aos grupos dominantes na sociedade e que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia” (PRESTES, 2010, p. 91), pois em uma sociedade marcada por conflitos sociais entre grupos explorados e outros exploradores, a História tende a refletir os interesses dos segmentos dominantes que têm influência sobre o que é mostrado nos meios de comunicação, no conteúdo dos livros didáticos, na elaboração das legislações sobre o que deve ou não ensinado, etc., sendo que, não raro, ao vermos quem são ocultados pela história oficial se percebe a incoerência desta invisibilidade que lhes é imposta.

Ou seja, como aprendermos com os segmentos ignorados pela historiografia sem um esforço para lhes oportunizar alguma visibilidade? Por isso, cabe ao historiador a constante investigação, sempre lançar com um olhar crítico além do que encontra nos livros escolares ou na grade de conteúdos considerados obrigatórios. Esse é o caso da história indígena, no período antes da ocupação europeia, que se fez mais um campo de interesse da arqueologia e da antropologia do que da própria historiografia.

Pensando nisso, o que poderia mudar com uma maior ênfase na história e cultura indígena desfazendo sentidos comuns, como o de que as sociedades indígenas sejam homogêneas, simplórias, sem ter muito (ou até nada relevante) a nos ensinar? A correção de duas problemáticas: a violência pela perpetuação desta inverdade e a perda da oportunidade em conhecer outras visões de mundo, não apenas pelos indígenas, mas também por meio destes.

Como é o caso da civilização arqueológica marajoara que, a despeito de ter ganhado mais visibilidade dentro dos livros didáticos, como inclusive o veremos, de

forma breve mais adiante, ainda se faz extremamente subaproveitado. Por isso então que a problemática de pesquisa aqui discutida é sobre a viabilidade de uma maior visibilidade desta cultura. Através de uma proposta de texto didático e atividades a serem desenvolvidos pelo professor em sala de aula. O objeto de referência se fez os atuais livros didáticos em vigor lançados no ano de 2018, comparando-os com uma série de livros do ano de 2015 e também uma obra do ano de 1988, evidenciando elementos relacionados tanto às mudanças e quanto as permanências na temática indígena nesses manuscritos, da qual faz parte a cultura arqueológica marajoara.

Dada a quantidade de material a ser analisado ser consideravelmente extensa, a pesquisa se restringiu somente aos livros didáticos destinados aos 6º (sexto) e 7º (sétimo) anos. O recorte escolhido se baseou no critério de que como essa cultura arqueológica é mencionada no Ensino Fundamental (até este momento) somente em produções didáticas para esses dois segmentos, logo, um estudo de livros às outras classes assim tornaria ainda mais extenso esse trabalho.

Os livros analisados são parte de um conjunto de livros didáticos que foram disponibilizados às escolas no ano de 2019 para escolha de quais seriam utilizados então no ano seguinte, tendo sido separados aqueles que tinham elementos mais pertinentes à discussão, a fim de não tornar repetitiva a análise.

Nesse sentido, foram selecionadas para a pesquisa as seguintes séries de livros: “História Sociedade & cidadania”. 4ª edição, escrita por Alfredo Boulos; “História, escola e democracia”, escrita por Flávio de Campos, Regina Claro e Mirian Dohnikoff; “Historiar”, escrita por Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues; “Vontade de Saber História”, escrita por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Peligrini; “História Geração Alpha”, escrita por Débora Yumi Motooka; “Inspire História”, escrita por Reinaldo Seriocopi e Gislaine Azevedo; “História.Doc”, escrita por Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Bueno Calainho; “Teláris História”, escrita por Claudio Vicentino e José Bruno Vicentino. Vale mencionar que todas as obras foram editadas no ano de 2018.

Como o objetivo desta pesquisa também era compreender mudanças e permanências na estrutura dos livros didáticos em relação à temática indígena e principalmente quanto à visibilidade (ou mesmo invisibilidade) do sub-tema da cultura arqueológica marajoara, além do suporte teórico de autores como Circe Bittencourt e Hilda Dnitruk, dentre outros, nossa análise também contou com o uso

da série “História Projeto Apoema” de autoria de Renato Mocelin e Rosiane Camargo, publicada em 2015 e da obra “História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade”, de autoria de Antoracy Tortelo Araújo e publicada em 1988. Trabalhos didáticos que assim auxiliaram na percepção de mudanças e permanências na temática indígena nos atuais livros didáticos em uso na rede estadual do Paraná.

Devendo ainda ser citado nesta relação de produções didáticas a obra “Remando por Campos e Florestas: Memórias & Paisagens dos Marajós”, escrita por diversos pesquisadores sob a coordenação de Denise Schaan, Agenor Pacheco e Jane Beltrão no ano de 2011. Trabalho de considerável relevância nessa pesquisa por igualmente se fazer uma estratégia alternativa ao livro didático produzido pelas editoras comerciais, exatamente o que buscamos refletir em nossa problemática, a qual não despreza a importância do livro didático, mas busca demonstrar a validade de alternativas que complementem suas falhas.

Nisso, pode figurar a questão: dentre tantas sociedades nativas do Brasil pré-colonial, porque justamente a escolha da civilização marajoara como tema central para nossa pesquisa. Pela razão que o estudo desta antiga sociedade serve como um atrativo à curiosidade para se aprender mais sobre o passado pré-colonial e suas variadas culturas, assim como permite a abordagem dos mais diversos assuntos que se fazem relevante ser debatidos dentro do ambiente escolar.

Um exemplo desta afirmação são as relações ecológicas promovidas pelos antigos marajoaras que a ciência tem descoberto<sup>1</sup>, ainda mais num momento em que a sustentabilidade tem se percebido importante para ensinar às novas gerações. Havendo muitos outros aspectos que podem suscitar importantes reflexões em nossos alunos sobre a sua realidade e que serão elencados ao longo desta pesquisa, mas para que estas informações venham a ser de fato trabalhadas pelos professores no seu dia a dia é preciso antes abandonar a visão preconceituosa que dificulta o aprendizado que aqui nos propomos a refletir.

As interpretações colocadas acima se produziram também por questões ideológicas, que Antônio Almeida Neto (2014, p. 221) explica que ocorreram porque os indígenas não formam um grupo dominante na sociedade brasileira, suas culturas

---

<sup>1</sup> Sendo um exemplo desta afirmação uma verdadeira obra de engenharia, através de morros artificiais (tesos), promovida por estes antigos marajoaras que comentarem mais adiante. Sua composição formava eficientes criadouros de peixes nas épocas “secas” que assim permitiam sustentar uma grande coletividade sem a necessidade de agredir ao meio ambiente, tendo dentre outros autores que pesquisaram este assunto, Denise Schaan em diversas obras, das quais, muitas delas estão referenciadas nesta presente pesquisa.

são vistas como diferente, diversa, e exótica, mencionadas muito mais por uma obrigação do que por uma real compreensão do seu valor, caminho construído ao oposto da cultura dita como “dominante, ocidental, branca, europeia, civilizada, cristã vista como padrão”.

Pouco se fala, por exemplo, do estudo das manifestações arquitetônicas das populações indígenas, em geral, que estudiosos como Bernardo Castelo Branco (1993), Fernanda W. Almeida e Ana Cristina Yamashita (2013) nos surpreenderam com a divulgação do potencial desta arquitetura indígena na melhoria das nossas habitações. Assim como a riqueza de suas literaturas mantidas através da oralidade que chegaram a inspirar obras da literatura brasileira. Ou, então, a tecnologia complexa que até hoje a ciência ainda tenta as recriar, como é caso da Terra Preta de Índio (TPI), um tipo de solo alterado pela ação humana que detém propriedades físicas e químicas distintas e muito especiais possuindo elevados níveis de fertilidade.

Sendo somente alguns exemplos da ampla dimensão do estudo indígena além do mero exotismo visto tradicionalmente \_ objeto de nosso primeiro capítulo, assim como os mitos, sentidos comuns que, inclusive, as produções didáticas acabam, independente de terem ou não essa intencionalidade, ajudando a perpetuar a não aparência de um grande protagonismo dessas populações nativas, quanto muito mostrando estas obras apenas breves citações quanto à vasta atuação dos aborígenes brasileiros em determinados contextos da história.

Sendo exemplos de toda essa história ignorada os Tapuias de Janduí em relação ao apoio prestado a Maurício de Nassau, ou a coalizão dos Karajás, Xerentes e Xavantes em Goiás, que em 1812 destruiu o recém-fundado presídio de Santa Maria no Araguaia. Apenas dois eventos, dentre muitos outros, que demonstram um claro posicionamento crítico (não alienado) em que as populações nativas impuseram seus termos, e que não foram meros coadjuvantes na História.

Nisso, se refletirmos nessa nova ótica histórica do resgate da identidade de várias populações indígenas nos últimos anos, vemos “ressurgindo hoje mediante processos de etnogênese<sup>2</sup> pelos quais reafirmam suas identidades indígenas e reivindicam direitos, sobretudo à terra coletiva” (ALMEIDA, 2012, p. 35). Correções

---

<sup>2</sup> Processo pelo qual um grupo de pessoas se torna etnicamente distinto: a formação e o desenvolvimento de um grupo étnico (MERRIAM-WEBSTER, 2021).



de injustiças históricas somente possíveis ao romper com o modelo, por ora, em voga nos livros escolares (ALMEIDA, 2012, p. 35).

Também por causa de todas essas referências mencionadas a escolha dessa temática para o presente trabalho. Esta civilização marajoara, em boa parte ofuscada por uma ampla generalização da denominação ‘marajoara’ e da própria cerâmica que atende por este nome<sup>3</sup>.

Pois pode ser entendida como cultura marajoara aos artefatos produzidos na ilha de Marajó, que é a maior de um arquipélago de 3.000 ilhas e ilhotas, no norte do estado do Pará. Conjunto de ilhas com uma área de 104.000 km<sup>2</sup>, logo o maior arquipélago fluviomarítimo do mundo. Sendo boa parte da sua ilha principal dominada por campos alagados de fevereiro a junho, onde se desenvolveu o que Denise Schaan define como “uma das mais intrigantes culturas da América pré-colombiana”, remontando sua ocupação há pelo menos 3.500 anos. Logo, marajoara pode se referir a esta cultura pré-colonial, mas também, pode a um estilo estético inspirado no legado cultural deste povo, atualmente reproduzido aos turistas, ou simplesmente se refere a tudo que é da Ilha de Marajó (SCHAAN, 2006, p. 19).

Portanto, há uma grande confusão aos leigos do que é a cultura arqueológica e o que são as atuais reproduções “artesanais cujos estilos estéticos, bastante diversos entre si, são reconhecidos como “marajoara””, como destaca Schaan (2006, p. 20). Sendo sobre esta sociedade já extinta sua complexidade ainda maior do que o seu legado cerâmico que a fez mais conhecida.

Os moradores da região que legaram esse estilo de cerâmica ocuparam por cerca de 900 anos as áreas inundáveis, dando início às imensas plataformas de terra, com estruturas de até 12m de altura e 02 a 03 hectares, chamados de tesos que passaram a compor a paisagem das cabeceiras de rios, gerando lagos abundantes em alimento, na época seca, abrigando cerca de mil pessoas, sem causarem duros impactos ambientais, algo que para o homem dito civilizado, atualmente, parece impossível conciliar grandes concentrações populacionais com a preservação do meio ambiente.

Os tesos se fazem estruturas de notável engenharia que conseguiram sobreviver até os dias de hoje, tendo já sido identificados um total de quinze tesos, composto por três construções de cerimoniais e doze de habitação. Achados que

---

<sup>3</sup> Essa afirmação é porque a referência à cerâmica marajoara frequente em revistas, programas de entretenimento, etc. comumente não corresponde de fato a essa sociedade nativa já extinta.

evidenciam muito mais a complexidade da organização social destas comunidades. Pois, com base nas evidências já encontradas, cada teso devia representar grupos sociais, genealógicos ou cerimoniais, como clãs, linhagens ou grupos residentes, tais “como casas de famílias estendidas ou famílias individuais, e deviam funcionar, geralmente, como templos” (TOYOTA, 2009, p. 18).

Anna Roosevelt (1991), ao escavar dois desses tesos-cemitérios (Teso dos Bichos e Teso Guajará), descobriu neles também estruturas habitacionais, entendendo que eram moradias da elite, igual sepultavam seus antepassados no mesmo local em que moravam. Deste modo mantinham sua relação com os donos anteriores do lugar e assim justificavam sua posição social diferenciada.

Todavia, acredita-se ser necessário mencionar ainda o que liga esse pesquisador a essa cultura milenar de maior ligação à identidade da região norte do Brasil do que outros pontos do nosso país. E a resposta para essa questão requer contar um pedaço de minha trajetória como professor, no ano de 2006, quando fui lotado definitivamente no colégio onde até o momento atual me encontro, o Colégio Estadual Francisco Pires Machado, na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Foi neste espaço que, em linhas gerais, a minha proposta para este trabalho em torno da cultura marajoara remonta há aproximadamente 15 anos. Em função do fato de que em sala de aula ao ministrar os conteúdos sobre a história pré-colonial, via que o exposto nos livros didáticos se limitava aos povos do México e Peru, passando em seguida à descrição das populações do território brasileiro, feitas de forma a apenas citar algumas informações mais básicas. Tais como famílias linguísticas, principais tribos dos tupis (excluindo assim a aruaques, caribes e outros grupos de povos nesta relação) e curiosidades voltadas ao exótico do que informações voltadas a despertar um olhar diferente da visão caricata criadas sobre os povos aborígenes da América.

A ausência não se limitava apenas aos marajoaras, mas, também, aos indígenas charruas no Rio Grande do Sul e os kadiweus no Pantanal mato-grossense. Contudo, havia a questão sobre o que abordar sobre estes povos, devido a vários fatores como, por exemplo, a carga horária apertada, entre 02 a no máximo 03 aulas semanais que tornava inviável grande quantidade de material sobre o tema. Problema agravado pela necessidade de se contemplar ou buscar se contemplar a todos os conteúdos determinados pela PPC (Proposta Pedagógica Curricular) com pouco tempo disponibilizado.

O que, por sua vez, reforçava a responsabilidade em se propor um assunto diferente, que permitisse aos alunos a possibilidade de lhes despertar maior interesse em se aprofundar na temática indígena por si só.

O nome marajoara em geral não é estranho às pessoas em geral, seja por causa da menção à ilha principal com este nome, ou por suas cerâmicas vendidas aos turistas, ou de forma mais banal denominando edificações, uma linha de laticínios e até uma marca de veículo. Ou seja, um nome cuja menção que não pareceria tão estranha aos alunos, pois a referência ao nome Marajó/marajoara não é comum por mera coincidência, mas, sim, reflexo da impressão que sua marca mais conhecida, a cerâmica, criou no imaginário popular, podendo ainda ser elencadas outras motivações:

- 1) A recorrência com que percebi a civilização marajoara em publicações em revistas e mesmo em jornais me chamou a atenção para o potencial interesse a ser despertado abordando então a esta cultura.
- 2) A variedade de elementos além de sua cerâmica a serem explorados, ainda que inicialmente eu não tivesse certeza se o intento de trabalhar a esta sociedade seria desenvolvido, como de fato, lentamente acabou acontecendo. Por exemplo, que esta civilização valorizava ao sexo feminino, como veremos adiante, caminho oposto da maioria das antigas sociedades em que os valores machistas predominavam. Logo, como não queria se estender, caso levasse a ideia mais adiante, apenas nas informações usuais nos livros como o que plantavam ou como era sua cerâmica ou suas crenças, etc.; uma sociedade onde a mulher não era tão marginalizada me pareceu interessante, ainda mais considerando que comumente a maioria dos alunos, com que trabalho, é do sexo feminino.
- 3) A originalidade em um artefato que até se sabe, somente estes povos do Marajó o desenvolveram, as tangas de barro, considereei que poderia ser uma excelente brecha para se destacar a criatividade dos indígenas brasileiros.

E assim foi acontecendo ao longo da construção deste trabalho que me foi oportunizado conhecer iniciativas semelhantes, todavia, a escolha deste assunto não despreza outras sociedades como, por exemplo, a Santarena (a ser comentada mais adiante), ou outras coletividades.

A proposta para a cultura arqueológica marajoara assim se coloca como uma apresentação, um convite ao aprendizado de outras culturas nativas, uma vez sua análise mais ampla ajuda a quebrar a falsa visão de que todos os povos indígenas

brasileiros são iguais e sem nada de diferente, pois somente assim se dará voz aos sujeitos que tiveram sido negadas a sua história.

Um intento proposto que pode então ser indagado se as produções didáticas atuais não estariam começando a cumprir de modo mais eficaz após a lei da obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena. Questão que igualmente é respondida pela análise de algumas produções didáticas atuais e também pela reflexão apoiada por autores como, por exemplo, Hilda Dmitruk, que se preocupa com o debate sobre a elaboração de materiais que não tornem esta ou outra temática indígena apenas um conteúdo a ser ensinado porque está posto e pronto.

Diante de todo este exposto, podemos definir os objetivos seguintes objetivos: Oportunizar subsídios que ajudem a ampliar o debate em torno de a temática indígena poder vir a ser ampliada ainda mais; contribuir com o debate sobre a omissão de dados temas na disciplina de história; ajudar na construção de uma reflexão sobre a viabilidade da temática indígena vista como algo além da compreensão como um tema referente à dita pré-história ou coadjuvante ao processo de colonização; fomentar uma maior reflexão sobre a viabilidade de essa cultura marajoara ser ampliada nas aulas de história.

Para tanto esta pesquisa se fez organizada da seguinte maneira, o capítulo primeiro mostra que o indígena é um elemento que faz parte do cenário de construção do Brasil, contudo, sob uma visão em boa parte estereotipada e preconceituosa, desse modo, brevemente promovendo algumas reflexões sobre a construção e a persistência dessas visões equivocadas.

No segundo capítulo, é abordada tanto a cultura marajoara como uma breve compreensão sobre o que é a arqueologia, sua relação com a historiografia e, por fim, aspectos mais relevantes da história da arqueologia, principalmente no Brasil, que, em boa parte, se confunde com a história da arqueologia marajoara e da repercussão que ela cria no imaginário nacional.

Como se trata de uma cultura cujo legado mais conhecido é o de seus artefatos cerâmicos, então abordaremos as conceituações mais pertinentes sobre a cerâmica como fonte histórica, aspectos gerais sobre a cerâmica indígena e o imaginário sobre a cerâmica marajoara hoje que se faz marcada por diversos estereótipos, tanto quando a utilização do legado desta cerâmica indígena como potencial de exploração econômico.

Este trecho do segundo capítulo, inclusive, se faz de importância ao evidenciar como este estilo cerâmico altamente apreciado por turistas dentro e fora do Brasil, ainda assim não escapa aos males das influências de construções preconceituosas, assim como tem sua valorização maior num intento de exaltação ideológica e lucro capitalista, já que as manifestações cerâmicas desenvolvidas por esses indígenas não corresponde com as produções que são postas à venda para turistas justamente sob a alegação de o ser continuidade deste legado arqueológico. Tendo por fim este segundo capítulo uma compreensão sobre as técnicas de confecção cerâmica e a importância da cerâmica como fonte histórica.

No terceiro e último capítulo, brevemente vemos a relevância do livro didático como objeto de pesquisa e o preconceito e as generalizações aos povos indígenas colocado ainda presente nele. Estudo neste trecho que não se resume somente a críticas, mas também à observação de mudanças positivas já ocorridas nas produções didáticas. Para isso foram trabalhadas as partes, mais relevantes em nossa problemática, dos livros didáticos anteriormente citados.

Análises que permitem compreender melhor à proposta de texto didático que vem em seguida, o qual, em boa parte, é resultado de um trabalho desenvolvido como foi exposto anteriormente nesta introdução. Deste modo, propondo levantar um pouco mais em torno de um debate que, apesar de uma considerável bibliografia sobre este assunto, ainda se faz longe de poder ser considerado esgotado.

## **CAPÍTULO 1**

### **DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA INDÍGENA: ALGUMAS REFLEXÕES**

Ao verificarmos como é forte a presença da herança indígena na formação da sociedade brasileira, não há como negar a importância de se estudar a história e as culturas nativo-americanas, muito embora, como mencionou Chang Whan, curadora do Museu do Índio do Rio de Janeiro, “nós tenhamos o costume de separar a cultura indígena da cultura brasileira, essa dissociação não está correta” (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, mar. 2012), visto que somos o produto da junção de variadas culturas indígenas que ainda existem (ou já existiram), tal como de outras influências culturais como europeias, africanas e asiáticas.

Neste capítulo vamos discutir sobre os fatores que levam à invisibilidade de toda essa relevância da herança indígena que nos foi legada. Como o senso comum sobre uma falsa homogeneidade cultural dos povos indígenas, a despeito do fato em contrário, de uma complexa diversidade de costumes, línguas, tecnologias que quando observadas mais a fundo mostram a total incoerência em vermos a todos os índios como sendo “uma mesma coisa”. E o pior, uma falsa ideia de homogeneidade vista sob um aspecto depreciativo. Entendidas num imaginário popular, não raro, como povos atrasados, ignorantes, estúpidos.

Preconceito que se reflete até hoje inclusive na história que somente muito recentemente começou a dar maior atenção aos povos ágrafos (sem conhecimento da escrita, condição que até onde se sabe atualmente, é a de todos os povos indígenas do Brasil, antes da vinda do europeu para cá<sup>4</sup>) que tradicionalmente foram encarados como campo de interesse da arqueologia e da antropologia. Nisso, sendo encaradas aos mais diversos povos que já existiram ou ainda sobrevivem no território brasileiro muito mais como uma curiosidade, um atrativo pelo seu exotismo; em vez de um campo de conhecimento realmente de importância ser estudado. Uma

---

<sup>4</sup> Importante o frisar até onde se sabe atualmente pelo fato que a arqueologia brasileira já descobriu evidências do que talvez alguns povos nativos do Brasil possam ter desenvolvido a escrita, ainda até o presente momento esta possibilidade não possa ser afirmada com certeza. Um exemplo disso recai justamente sobre a civilização marajoara (LINHARES, 2019). Não sendo este o único, posto que na localidade de Ingá na Paraíba, existem inscrições que talvez tenham sido uma forma de escrita em tempos passados (NASCIMENTO, 2018). Colocações aqui postas somente para evidenciar como está em constante revisão o modo como entendemos as populações aborígenes brasileiras conforme se aprofundam os estudos sobre estas.

vez que igualmente em seu início a arqueologia e a antropologia não valorizadas como o estudo do passado calcado nos documentos escritos (a historiografia).

Portanto, iremos neste capítulo refletir basicamente sobre essa estereotipização em relação aos povos nativos e conseqüentemente como se construiu esta visão que até hoje é forte no imaginário geral.

### 1.1 PRECONCEITOS, GENERALIZAÇÕES E ESTEREÓTIPOS EM GERAL CONFIGURADOS SOBRE O INDÍGENA: BREVE RELATO

Daize Wagner explica que em geral o imaginário de nossa sociedade ainda vê o vasto mosaico de inúmeras sociedades indígenas como sendo todos iguais, “culturalmente virgens, página em branco” (WAGNER, 2018, p.49), visão que esteve presente no imaginário desde as cartas que Cristóvão Colombo escreveu aos reis espanhóis em sua primeira viagem às Américas, vendo a todos os nativos indistintos entre si. Até o termo índio criado por Colombo, Wilmar D’Angelis (2017) discute ser controverso já que “agrupa as diferentes etnias sob o aspecto comum de todas viverem (ainda hoje) uma realidade colonialista, de povos subjugados”.

Victor Mauro (2013, p.38-39) igualmente diz que os povos indígenas são vistos no imaginário popular de forma genérica e estereotipada: populações selvagens, exóticas, atrasadas, sem singularidades que valham se observar mais a fundo. Visão esta que assim ignora, por exemplo, a diversidade linguística que abrange pelo menos 170 línguas ainda existentes, não sendo somente distinto nessa questão, mas também quanto a outras características culturais como pintura, agricultura, religiosidade que evidenciam que os indígenas não formam um todo homogêneo.

Assim como as ricas tradições orais que também inspiraram a arte, a literatura, a dramaturgia, etc., como foi o caso da obra literária “Macunaíma”, de Mário de Andrade, publicada em 1928, transformada em filme em 1969, tendo o ator Grande Otelo como protagonista. Romance que satiriza vários aspectos da sociedade brasileira de seu tempo, inspirado na história reproduzida a gerações pelos Taulipang (norte da região Amazônica) e documentada por estudiosos como Herbert Baldus (1960, p. 26-29). Tal qual Monteiro Lobato aproveitou algumas tradições indígenas nas histórias do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, sendo uma das mais conhecidas a do Saci-Pererê.

Os exemplos mencionados acima, desde já contribuem um pouco para que aconteça a mudança dessa imagem errada a ser desconstruída, que foi reafirmada dentro do próprio ambiente escolar, senso comum que infelizmente ainda é perpetuado, como apontam Célia Collet, Mariana Paladino e Kelly Russo (2012, p. 05). As autoras falam que nas aulas de histórias o indígena continua tratado de forma generalizante, meramente como um elemento complementar na formação do povo brasileiro.

Outros autores, como Fernando Lamas, Gabriel Vicente e Natasha Mayrink explicam que os indígenas, por longo tempo, foram postos como alvo prioritário de estudos de antropólogos e etnógrafos, e não de historiadores, pois eram povos sem História, colocação derivada da função de não terem escrita e registros históricos escritos. Isso os levou a um papel subsidiário nos conteúdos dos livros didáticos, “muitas vezes retratados em função dos interesses alheios” (LAMA, VICENTE, MAYRINK, 2016, p. 126). Se agravando a esta situação pelo fato de que muitas vezes a obra didática tende a apresentar os conteúdos de maneira categórica, unitária e simplificada, tal como uma verdade. (BITTENCOURT, 2004, 313).

Isso porque o livro didático pode ser apresentado como uma mercadoria e que se configura como um instrumento de reprodução da ideologia e do saber oficial, como bem destacou Circe Bittencourt, que ele se faz “um veículo de um sistema de valores e de uma cultura em especial, que generaliza e transforma em aspectos naturais aos mais variados temas que interessam unicamente à classe dominante” (BITTENCOURT, 2004, p. 13).

Por isso a necessidade de mais referências que desmistifiquem esse senso comum a ver os indígenas não somente brasileiro, mas, também, os americanos como seres atrasados.

Nas imagens dispostas na página seguinte, temos exemplares da arte dos chibchas ou muíscas da Colômbia, produtores de arte em metais e cerâmica, e olhando-as, será que vemos atraso nessa categoria?



Figura 1 – Estilos artísticos chibchas



Fonte: MUSEU DO OURO – Bogotá – Colômbia, 2011. Disponível em: <https://www.picbear.org/tag/museodelorobogota>. Acesso em: 21 maio 2019.

Acredita-se que esses exemplos que bem mostram a fragilidade de se crer que o estudo de sociedades tradicionalmente postas de lado nas produções didáticas nada tem a acrescentar a nossos alunos, uma realidade que, a despeito de alguns avanços significativos, como maior presença da história da África nos livros escolares (BRASIL, 2003), ainda tem muito a ser mudada.

Uma vez que, observando exemplares de livros didáticos; que norteiam muito do trabalho do professor em sala de aula (a comentarmos mais adiante) se nota que até sobre as populações nativas do Brasil, elas são restritas em seu estudo. Omitindo culturas nativas como, por exemplo, os charruas, indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul, além da Argentina e Uruguai, que foram responsáveis em boa parte pela formação do elemento gaúcho, vaqueiro caboclo que compõe a identidade sul-rio-grandense, ou os Guaicurus do Mato Grosso do Sul, além do Paraguai, dentre tantas outras.

O que nos leva a propor uma questão, por que há resistência quanto à mudança dessa ótica, visão condicionada não só aos livros escolares, como também até em práticas cotidianas de nossos educadores? Como Victor Mauro comenta sobre a ocasião de comemorações do chamado “Dia do Índio” é comum nas escolas ainda se promover atividades onde:

[...] crianças com o rosto pintado com carvão, a cabeça enfeitada com penas de galinha simulando um cocar, e, ainda, vestindo roupas confeccionadas com saco de estopa. Não raro colocam a mão na boca pretendendo imitar os gritos de guerra dos índios (MAURO, 2013, p. 40).

Estereótipos ensinados desde os primeiros momentos da vida escolar, através da literatura e de outras formas de conhecimento, intensificados por representações presentes em documentários e reportagens veiculadas na imprensa e na TV, enfatizando este exotismo que faz com que os índios sejam apreciados muito mais pela curiosidade folclórica que evocam nas pessoas do que respeitados por seus valores.

F. Lestringant (2006 *apud* LISBOA, 2014, p. 503) explica que quando Cristóvão Colombo forjou este termo, índio, inventou assim um ser asiático para os nativos que conheceu neste primeiro contato, não demorando que essa definição passasse a ser uniformizada e simplificada no imaginário geral.

Criando por muito tempo a visão de silvícolas nus e primitivos imposta a todos os nativos americanos, interpretação que não se faz somente por uma mera ignorância sem intencionalidades. E que não somente se restringiu aos povos nativos americanos, colocando igual violência à população vinda da África, submetida à mesma identidade colonial e racial, de negros. Assim se pergunta, com que objetivo?

Logo, pode-se dizer que essa fosse uma justificativa ideológica para mascarar a exploração e espoliação destas pessoas, que se por um lado, alguns meramente a reproduzem sem a racionalizar, a outros, ela tenta legitimar todo um processo de usurpação implantado ao longo de séculos, de suas terras, de sua liberdade e até do direito à existência. Por outro lado, o discurso da homogeneidade numa simples identidade, como a identificação por índio, também pode ser, atualmente, usado para ajudar a reverter essas injustiças históricas.

Victor Mauro (2013, p. 38) explica que com uma nova visão a enxergar o valor e os direitos de nossos indígenas, tem acontecido que cada vez mais populações, que por muito tempo disfarçaram suas identidades, recentemente passaram a afirmar sua condição de comunidades indígenas. Contudo, o fazem por meio de representações do “índio genérico”, presentes do imaginário senso comum.

Seguem uma autoimagem de acordo com o retrato estereotipado que a sociedade brasileira idealiza sobre o que vem a “ser indígena”, e, desse modo, continuando a destruir suas verdadeiras identidades. Ou seja, não uma visão como estas populações enxergam a si, mas como esperam ser reconhecidas pelas outras coletividades. Não uma identidade que escolheram para si, mas que acham ser a única viável para uma maior valorização de fora. Não se defendendo neste

comentário a obrigatoriedade em se ajustarem a uma dada identidade, mas o contrário: uma crítica a dada pressão que essas coletividades sentem em se enquadrar em um determinado padrão.

Falsa homogeneidade também se faz presente sobre suas representações artísticas. Denise Schaan (2007, p. 99) diz que a produção indígena de vasilhas de cerâmica “padronizada” que segue rigidamente uma “tradição” é criação de um olhar ocidental que não vê que nas comunidades ceramistas os indivíduos distinguem facilmente suas produções que, sob o olhar externo, parecem iguais.

Sendo que inclusive “não há duas sociedades indígenas iguais. Mesmo quando ocupam zonas ecológicas semelhantes elas mantêm sua individualidade, tanto no plano das relações sociais como nos campos simbólicos”, como destacou Arias (1999, p. 30). Não diferente do equívoco de se confundir como sendo todos donos de uma mesma cultura, apesar de dadas semelhanças e serem vizinhos, ou enxergarmos a todos a partir das mesmas práticas alimentares.

Existe uma grande diversidade e temos que ver como podemos aprender com a identidade desses povos, o quanto devemos respeitar, não podendo ser vista como um mero atrativo folclórico. Ana Nascimento (2013, p. 41) comenta sobre os indígenas, em geral, serem “vistos como portadores de costumes exóticos e desviantes dos padrões da cultura hegemônica”, apreciados muito mais pela curiosidade folclórica que despertam nas pessoas do que respeitados por seus valores. Ainda que os estereótipos não sejam apenas sob uma conotação negativa, quando também o inverso.

Sobre esse aspecto Gersem Luciano (2006, p. 35) expõe três visões criadas sobre o indígena; a primeira, de concepção romântica que concebe o índio como:

ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores, que requer uma relação tutelar e paternalista institucionalizada pelas políticas indigenistas do Estado Brasileiro, uma visão que entende o índio como um indivíduo puro a ser conservado isolado da “civilização”.

Imagem criada por filósofos como Rousseau e popularizada no Brasil por escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias, que, apesar de parecer benigna, é tão violenta quanto é a visão do índio cruel, bárbaro, pois impõe ao indígena uma condição de existir em nenhuma outra cultura, de sua forma de vida se fazer

estática, presa ao passado, sem poder sofrer transformações e influências, precisando sempre ser observado que:

As culturas são dinâmicas, influenciam-se mutuamente e se constroem também nos contatos com outras culturas, o que não significa absolutamente perda de identidade, e sim, que como a identidade é justamente um elemento construído culturalmente, por sua essência, também é dinâmica (MAURO, 2012, p. 41).

Já a outra visão defende o renegar de sua bagagem cultural em nome da assimilação, um processo de extermínio cultural que começou a ser imposto desde o início da invasão europeia (ARIAS, 1999, p. 30), uma destruição de sua identidade tão brutal quanto o extermínio físico, obrigados a abandonarem sua língua original e outras tradições.

As três visões concebidas pela visão eurocêntrica são incapazes de compreenderem de fato ao que diferia de seus valores. Sendo que, somente a partir da década de 1980, e que se passa a ver aos índios como “sujeitos de direitos e, portanto, de cidadania, detentores do direito de continuar perpetuando seus modos próprios de vida, suas culturas, suas civilizações, seus valores” (ARIAS, 1999, p 36).

## 1.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO INDÍGENA SOB O PONTO DE VISTA DO COLONIZADOR

A chamada História oficial, segundo Emanoela Silva, determina um fato passado como sendo verdadeiro através de seus argumentos políticos, tornando mesmo mitos em acontecimentos históricos. Isso porque “essa perspectiva histórica é construída pela memória dos vencedores ou daqueles que detêm o poder político que desprezam ou mesmo combatem a memória popular por ela possuir outro saber que não interessa aos que estão no poder” (SILVA, 2009, p. 18).

Meriti de Souza (2004, p. 5) explica que a História oficial é construída sobre “um referencial teórico e metodológico comprometido com a manutenção do *status quo*”, e é escrita de modo a justificar a atual estrutura dos donos do poder, criando “alegações convincentes sobre as desigualdades e contradições que a sustentam”. Os escritores dessa historiografia enfatizam que a história americana foi feita pelo colonizador europeu e seus descendentes, justificando assim ao processo de dominação e destruição das sociedades em seu caminho (SOUZA, 2004, p. 5).

Ao ser escrita pelos detentores do poder, comumente herdeiros da cultura europeia, a história tende a justificar os abusos sobre as populações submetidas, bem como exalta aos crimes contras elas em nome de um suposto bem maior (como, por exemplo, é o caso dos bandeirantes paulistas cuja memória é retratada de forma heroica em pinturas, estátuas e nome de avenidas e ruas). Logo, é preciso tanto engrandecer às virtudes do herói criado pela história oficial, quanto é necessário se destacar os supostos aspectos depreciativos dos antagonistas deste.

Por isso, desde o início da chamada colonização, uma visão depreciativa sobre os indígenas foi construída, sem qualquer interesse em entendê-las, como quando Colombo cita as práticas de antropofagia que percebe nas populações indígenas caribes para lhes justificar desumanidade e assim o direito de lhes escravizar. Igualmente lhes afirmando preguiçosos, tal como o aventureiro Américo Vespúcio lhes descreveu como “despidos e indolentes, vivendo segundo as leis da natureza, sem ordem ou fé, templos ou religião, nem sequer uma errada veneração de ídolos, lamentava-se” (BETTENCOURT, 2018, p. 108).

Porém, desde este momento, também temos outros que apresentaram ótica diferente em relação a esses mesmos nativos, como o francês Jean de Lery que participou da ocupação francesa do Rio de Janeiro, quando tentou criar a colônia da França Antártica na década de 1550, tendo sido ele o primeiro a contestar a suposta superioridade moral europeia, frisando a existência de muitos casos de cristãos que assassinavam cruelmente os seus inimigos religiosos, tais como o Massacre de São Bartolomeu na França, como destacou Bettencourt (2018, p. 112). Assim como o renascentista francês Michel de Montaigne igualmente lhes reservou um relato altamente elogioso comentando com entusiasmo que essas populações nativo-americanas:

[...] não praticam a subordinação, não sabem o que é riqueza ou pobreza, não têm contratos, heranças, propriedades divididas, a única ocupação é o prazer, e não se preocupam com o parentesco — salvo o comum a todos — , não usam roupas, agricultura, metais, vinho ou cereais. Entre eles não ouvimos termos para traição, mentira, engano, avareza, inveja, calúnia ou perdão. Como Platão consideraria tão distante da perfeição a República que imaginou (BETTENCOURT, 2018, p. 114).

Fatores que nos ajudam a compreender também por que a história indígena tende até este momento a ser vista como uma coadjuvante na formação do povo brasileiro. Que, por sua vez é marcada pela dualidade entre os povos tupis e os

chamados tapuias, que Monteiro (1994, p. 19) explica que nos relatos quinhentistas e seiscentistas se inicia esta classificação simplória, onde os tupis são entendidos como os que aceitam mais facilmente a aculturação lenta e sistemática imposta pelo colonizador com quem passa a colaborar, enquanto aos grupos que resistiam era dada a definição de tapuia.

Aculturação em boa parte desenvolvida pelos padres jesuítas por meio das chamadas missões, grandes aldeamentos onde diferentes populações e culturas eram homogeneizadas, proibindo a poligamia, reprimindo boa parte dos ritos nativos, criando uma nova concepção do tempo e do trabalho. E conforme há o crescimento contínuo de atividades, como a lavoura canavieira e a pecuária, mais frequentes são os graves confrontos entre colonos e índios que vendo sua sobrevivência ameaçada reagem muitas vezes de forma violenta, o que deu o pretexto aos colonizadores para condená-los ou à escravidão ou à extinção.

Quando o Brasil se tornou independente de Portugal, para os indígenas o processo colonial persistiu, e as visões estereotipadas criadas sobre o indígena caminharam juntas nesse novo cenário. Até porque essas populações nativas continuaram lutando por seus direitos e interesses, ao mesmo tempo em que como Maria Celestino Almeida (2012, p. 22) coloca discursos políticos e intelectuais previam e, em muitos casos, já “os consideravam desaparecidos, como resultado dos processos de civilização e mestiçagem”. Em vista da política de assimilação que era mantida e até incentivada.

Com o advento do Estado nacional brasileiro, se configurou para os índios o fim de uma situação jurídica específica que, apesar dos imensos prejuízos impostos antes pela Coroa Portuguesa, tais como sujeição ao trabalho compulsório e discriminação social, lhes garantia alguns direitos, dentre os quais a terra coletiva.

Ou seja, o indígena na nova nação se vê numa situação de ainda maior marginalização e opressão. Paralelo a isso, o país buscou um passado e uma memória que lhe desse uma identidade própria, anseio maior como uma recém-fundada nação, para assim criar um sentido de brasilidade a toda uma heterogeneidade que configurava este extenso território (CALAZANS, 2013) e que teria de ter minimizados seus conflitos, incluindo mesmo antigos ressentimentos.

Criando isso, o seguinte dilema: os mesmos índios que ocupavam terras, ameaçavam colonos e recusavam-se ao trabalho imposto, lutavam para conservar

suas aldeias e eram vistos como inferiores e uma ameaça ao desenvolvimento. Como então transformá-los em símbolo nacional?

Argumentando que o Brasil era o único lugar do mundo que reuniu brancos caucasianos, negros etíopes e nativos indígenas, e esta particularidade deveria ser explorada, onde “o branco europeu tem o papel ilustrador, civilizatório e os indígenas a função do “bom selvagem”, equivalente ao cavaleiro medieval do ideário romântico, em terras brasileiras” (CALAZANS, 2013, p. 28). Essa interpretação agrega uma curiosa dicotomia entre o indígena real que é visto como entrave ao desenvolvimento e o indígena idealizado, não raro, muito diferente do primeiro, sendo nesse contexto, de acordo com Circe Bittencourt, esta a representação dos indígenas no livro didático passou a acontecer a partir de 1860 (BITTENCOURT, 2004 a, p. 80-1).

Algo necessário para o programa ideológico em busca de uma identidade única que distinguisse o Brasil perante o cenário internacional, assim como lhe outorgasse uma dada homogeneidade. Mas este país recém-emancipado tinha como maior obstáculo a enorme diversidade de populações indígenas ao longo deste mesmo território brasileiro. Heterogeneidade que dificultava não só a aplicação de tal política destinada a forjar um sentimento de pertencimento geral a todo o território, como também a construção de uma única imagem de índio que fosse condizente com os ideais de caráter eurocêntrico desta mesma nova nação.

John M. Monteiro (2003, p. 127) explica que nesse contexto seguiu-se uma fase de um discurso heroico que se encerrou com a justificação de que as gerações seguintes destes povos ancestrais exaltados então cederam o seu lugar para a civilização superior. Por isso que o indígena, ainda que se configurasse em um elemento do mito fundador brasileiro, não demorou nos livros didáticos a ser sempre retratado como o elemento de degeneração da raça brasileira, que através da mestiçagem nos deixou como herança a preguiça, a aversão ao trabalho, o atraso cultural.

Ou seja, uma construção claramente quimérica, segundo Monteiro, onde o índio ao mesmo tempo em que foi difamado para se justificar a sua submissão, sua perda de direitos, ele também fez parte de um elemento de identidade a ser exaltado; uma referência importante de distinção quanto às outras nações, deixando isso a algumas marcas para a posteridade (2003, p. 127).

É neste contexto de um programa ideológico visando esta ansiada construção de identidade nacional que o legado da civilização indígena marajoara, que já era conhecido pela população local, ganha assim projeção nacional. Em vista da grande complexidade desta cultura desaparecida que os intelectuais da época consideravam ter o potencial necessário para a exaltação da identidade nacional que se esperava construir pela junção das “três raças”.

Ao longo de quase um século o legado marajoara criou entusiasmo nos meios acadêmicos e artísticos, contudo, não foi reconhecido pela compreensão do seu valor, mas sim por uma necessidade de empoderamento como veremos adiante, após conhecermos um pouco de quem foram realmente estes indígenas marajoaras, sua trajetória e o legado material deixado, que até hoje é reconhecido como de grandes atrativos, não somente no Brasil, mas também no exterior, produção cobiçada por colecionadores particulares e exposta em Museus nos EUA e na Suíça, aspectos que iremos compreender melhor no capítulo seguinte.



## **CAPÍTULO 2**

### **ADENTRANDO NO PASSADO ARQUEOLÓGICO MARAJOARA**

Neste capítulo iremos conhecer elementos que estão inseridos dentro do campo do que se designa cultura material, área que valoriza o legado deixado por centenas de sociedades na perspectiva da materialidade, que na segunda metade do século XX, passou a ser apropriado como fonte para a História. Com isso possibilitando o estudo e a compreensão da trajetória de diferentes agrupamentos humanos, sendo que muitos deles eram ágrafos.

Dessa forma, evidenciando a aproximação da História com a Arqueologia, pois essa segunda área traz à tona os vestígios de sociedades, como é o caso do nosso trabalho que se desenvolve a partir dos objetos cerâmicos. Para tanto, a arqueologia tem ajudado a historiografia a desfazer a impressão equivocada sobre a trajetória das populações ágrafas ter sido um período sem fatos relevantes a aprender.

A começar pela reflexão sobre essas sociedades entendidas como primitivas ou pré-históricas, através da referência de Jaisson Lino, Elisana Silva e Gislaíne de Melo Lino, relacionada a essa nomenclatura. Pois de acordo com esses autores “se a mesma correspondesse à realidade teríamos que aceitar que a maior parte da trajetória humana classificada como pré-história constitui 99,9% da história humana, se considerarmos os antecessores do homo sapiens sapiens” (2012, p. 163).

Porém, esta percepção se alcança apenas por uma multidisciplinaridade, pois a História é uma disciplina que por muito tempo se pautou essencialmente pelo registro escrito, deste modo, não raro, ignorando a versão das populações ágrafas. De modo que a gradual colaboração de outras disciplinas das ciências humanas permitiu que o saber histórico ampliasse seu campo de visão. Dentre as quais a arqueologia que, em função disso, requer compreendermos mais sobre ela, como o faremos a seguir.

Observando um pouco sobre a trajetória desta arqueologia em nosso país, frisando inclusive o gradual surgimento da civilização marajoara aos olhos da comunidade científica brasileira e mesmo internacional. Evidentemente, não se omitindo ao fator de interesses ideológicos que igualmente contribuíram para o amplo destaque que esta cultura arqueológica ganha nos meios acadêmicos brasileiros e no imaginário geral.

## 2.1 CERÂMICA MARAJORA E A ARQUEOLOGIA

A Arqueologia pode ser entendida como o “estudo dos grupos humanos, em seus mais diversos aspectos, através da observação da sua cultura material” (NAJJAR, 2005 apud GHENO; MACHADO, 2013, p. 164). Em vista de que esse campo de saber exige o domínio de conhecimentos oriundos das ciências humanas (história, antropologia, etc.), biológicas, ciências da terra (geologia, mineralogia, etc.), e até das ciências exatas, visando obter, por exemplo, a datação dos materiais estudados. Competências estas todas reunidas que fazem com que o arqueólogo se configure assim em um dos cientistas de caráter mais multidisciplinar que se pode encontrar.

Como, por exemplo, dentro da arqueologia muito pode ser utilizada a arqueometria, que é a aplicação de técnicas da física e da química para a análise de materiais arqueológicos, com o intuito de se descobrir a datação dos materiais estudados. De acordo com Fabiola Silva (2004, p. 42) se faz uma amostra de como as ciências físicas têm tido um papel relevante nos estudos etnoarqueológicos e arqueológicos ao querermos compreender mais, por exemplo, sobre os artefatos cerâmicos que se fazem um dos objetos de estudo da arqueologia.

Ou seja, dentre outras situações conhecermos a composição química de suas matérias primas (que pode nos indicar domínios técnicos, redes de escambos, etc.), a idade de um artefato (evidenciando o tempo de presença de uma sociedade em algum lugar, há quanto tempo dominam dado conhecimento na confecção de uma peça, etc.). Exemplos que mostram como estes estudos complementares oportunizam obter um conhecimento mais preciso sobre a trajetória de sua confecção.

O que mostra a relevância para uma melhor compreensão da trajetória humana o uso de conhecimentos variados. Tais como o da física e da química, necessidades que evidenciam o caráter distinto da arqueologia em relação a outras ciências humanas, tais como a história.

Nisso, numa primeira interpretação podemos entender por arqueologia uma ciência humana mista de história e antropologia, que visa compreender as sociedades humanas não raro, com ênfase às de um passado mais remoto, anteriores ao advento da escrita, uma vez que as sociedades sem registros escritos somente podem ser conhecidas por seus vestígios materiais, os sítios arqueológicos

como escreveu Paulo DeBlasis (2014, p. 14). Por sua vez Bruce Trigger (2004, p. 33) define a arqueologia como uma ciência social a procurar “explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural”.

Para tanto, é necessário fazer com que os objetos retirados das escavações possam falar conosco. Competência esta que para acontecer requer que os arqueólogos dependam de muitas técnicas diferentes. Por exemplo, tanto para localizar e escavar sítios, quanto para estabelecer a sua idade, analisar os artefatos e vestígios encontrados. A combinação de várias técnicas (como, por exemplo, datação por carbono 14; abordagens ambientais que objetivam entender as relações ecológicas como plantio de árvores, alterações climáticas e possíveis consequências sobre a flora e a fauna) permitem à arqueologia ajudar a descobrir como eram os ambientes em que as pessoas viviam, assim como outros dados sobre sua vida cotidiana, como sua dieta, sua vida espiritual, etc..

Porém, não se pode cometer o equívoco de achar que a arqueologia se limita a estudar somente o passado distante. T. O. Miller (2009, p. 174) mostra o contrário por meio de usos no ambiente escolar do conhecimento arqueológico permitindo aos nossos estudantes uma melhor compreensão de nosso tempo atual. Citando primeiro uma experiência em Massachusetts, em que alunos vão aos cemitérios locais para fotografar, medir e analisar estilisticamente as lápides, usando a data do enterro como controle.

Esse trabalho permitiu aos jovens elaborarem sequências nas alterações da ideia do que se entendia como uma lápide adequada, permitindo uma noção direta de como a noção estética se transforma. Em seguida o autor cita uma experiência diferente, agora com alunos de uma escola em Nova York, medindo em centímetros o espaço nas prateleiras dos supermercados para certos produtos, tais como whisky ou manteiga, “anotando tanto as marcas, “com a sua “carga” de prestígio, quanto a natureza social do bairro onde o supermercado se localizava” (MILLER, 2009, p. 174). Esta atividade acabou ajudando consideravelmente aos alunos a compreender as sutilezas da hierarquização social por meio de uma comparação feita entre medidas observadas em bairros populares e de classes privilegiadas, e ainda “com controles, tais como a inspeção do conteúdo das latas de lixo no mesmo bairro e a procura e quantificação das mesmas marcas” (MILLER, 2009, p. 174).

Atividades que demonstram como a arqueologia não se constitui um campo de conhecimento exclusivo ao aprendizado de um passado distante. Por mais que essa ideia comumente surja com o senso comum, o que, em parte, se deve ao contexto do surgimento da arqueologia, quando ela foi se construindo primeiramente como desmembramento das práticas de colecionismo. Ou seja, a apreciação de fragmentos, restos do passado que eram considerados exóticos por seus apreciadores, em boa parte pelas fortes impressões da chegada dos primeiros europeus à América no final do século XV (MORALES, 2014, p. 77). Quando então estes, pouco a pouco vão conhecendo e sentindo maior interesse por essa cultura material das coletividades que havia no continente.

O que, por sua vez, não se fez algo inédito, em vista de que este interesse pelo assim entendido como diferente, extravagante, exótico, já é anterior às viagens marítimas promovidas pelas nações europeias nos séculos XV e XVI. Tendo ele começado pela influência do chamado Renascimento que, deste modo fez o início de todo este modismo em que objetos artísticos antigos, que contrastavam com a sua contemporaneidade, igualmente atraíram o interesse das elites da época como, por exemplo, papas, grandes burgueses e monarcas (FUNARI, 2008, p. 85).

Logo, desde o Renascimento no século XIV até o século XX, objetos e edifícios antigos se tornaram uma febre que de certo modo geraram uma atividade precursora da Arqueologia através do recolhimento de exemplares exóticos. Visto que o desejo em se saber mais sobre eles fez com que aos poucos passasse a gerar questões e, assim conseqüentemente, novas informações que mudam dados conceitos do que se entedia por verdade. Sendo um exemplo dessa referência, por quando da descoberta dos achados de fósseis em Lagoa Santa (MG), em 1843, que se fez algo fundamental para que começasse a ter força uma mentalidade científica capaz de refutar a ideia criacionista ainda em voga até meados do século XIX, fato este a comentarmos adiante.

Assim, a arqueologia passou então a ser vista como algo além do que um simples recolhimento de curiosidades sobre o passado, objetos exóticos, então levando lentamente a se aprender também com o estudo dos legados materiais não documentais deixados por variadas sociedades já extintas.

Contribuições surgidas primeiramente pelo mero interesse colecionista que com o objetivo de aprimorar ainda mais aos seus acervos de antiguidades, gradativamente levaram à criação de métodos científicos para esse campo dentre os

quais podemos citar o de identificação de um sítio arqueológico a ser estudado. Logo, com base em Pedro Funari (2010, p. 03) a Arqueologia se formou junto à necessidade de “disponibilizar maior compreensão dos dados nas fontes escritas e de complementá-los, observando o que o documento não pode nos revelar se usando para isso das informações obtidas através da análise de vestígios materiais”.

Ou seja, devido a esse processo gradual de incremento científico conferido à arqueologia, contribuiu para aumentar a preocupação quanto à preservação de acervos que, conseqüentemente, levam à criação de arquivos públicos, ocasionando que “os arqueólogos passassem a ser mais valorizados no sentido de auxiliarem a composição de acervos e de publicar os resultados de suas análises” (FUNARI, 2010, p. 03).

Portanto, é no século XIX que se nota um importante divisor de águas no desenvolvimento da arqueologia, quando a cultura material passou a não ter seu valor limitado ao mero atrativo artístico ou sua estética exótica sob o ponto de vista de colecionadores. Quando então ela passou a ser reconhecida como fonte histórica. E foi a partir de então que se inicia um dos desdobramentos da arqueologia que é a arqueologia histórica, quando aos poucos um caráter meramente colecionador dá vez a uma busca pelo aprendizado por meio dos restos materiais de outras temporalidades.

## 2.2 A ARQUEOLOGIA NO BRASIL: UM INÍCIO

Pedro Funari explica que a arqueologia brasileira iniciou com Dom Pedro I, quando este trouxe ao país os primeiros artefatos arqueológicos vindos do Egito. Mais tarde, seu filho, Pedro II, em função do seu casamento com a princesa napolitana Teresa Cristina (que tinha igual interesse ao do esposo pelo conhecimento em geral), ampliou esse acervo com o material arqueológico vindo diretamente de Pompéia, Etrúria e de outros locais da Itália (FUNARI, 2013, p. 23). Materiais estes colocados no Museu Nacional do Rio de Janeiro, inseridos no projeto colecionista que, todavia, já não se limitava à mera apreciação pelo antigo ou exótico, visto que a arqueologia no Brasil Império também visava a busca de evidências para a construção de uma identidade nacional como veremos adiante.

Pois além do interesse pela cultura do mundo antigo, esta iniciativa de trazer para o Brasil objetos da antiguidade visava estabelecer raízes entre o Velho e Novo Mundo, configurando mais um esforço de afirmação de identidade do que uma preocupação em se aprender com o passado. Ou seja, não havia interesse científico propriamente, pois o país recém-emancipado, que precisa se ver e ser visto como uma nação a ser admirada, buscava apenas se identificar com os países ditos “avançados”, deles reproduzindo esta tendência em voga no século XIX pela exaltação do passado remoto. Ainda que a atração pelo exótico, em fosse forte no imaginário em geral.

Tanto que o Brasil começou a atrair investigadores sobre o seu passado, já a partir de 1808, desde a vinda da família real portuguesa, a qual trouxe junto uma onda de especulação científica inspirada pelas ideias iluministas em se estudar a natureza de forma racional. Foi quando inúmeros pesquisadores europeus (etnólogos, botânicos, etc.) também começaram a explorar o território brasileiro. Onde a fauna, a flora e as populações nativas se fizeram os principais interesses destes pesquisadores, sendo que inúmeras teorias sobre suas origens sobre os povos nativos foram estabelecidas.

Inclusive sendo geradas justificações para o porquê de um passado pré-colonial sem ditas “grandes” referências materiais, diferente de como acontecia, por exemplo, no México e no Peru. Logo, como destacou Barreto (p. 36), “a ideia de uma possível degeneração de uma sociedade mais complexa vinha ao encontro dos anseios dos intelectuais do país para uma resposta ao que entendiam como um “passado indígena pobre””.

Todavia, um primeiro divisor de águas na história da arqueologia brasileira somente tem início em 1843, com o dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), que, de acordo com Raquel Aguiar se fez o “pai” do que viria ser o trabalho de pesquisa arqueológica no Brasil. Médico de formação, com vasto interesse em botânica e zoologia, Lund mudou-se para o Brasil fugindo do clima frio de seu país, por causa da tuberculose que já havia matado dois dos seus irmãos. Ele morou primeiro na capital, Rio de Janeiro. Após um encontro casual, em 1835, com o conterrâneo Peter Claussen, colecionador de artefatos de história natural, radicado no Brasil desde as guerras da independência, fixou residência em Lagoa Santa – Minas Gerais (AGUIAR, ago. 2001). Clausen possuía uma fazenda no bairro de

Curvelo, a alguns dias de viagem ao norte de Lagoa Santa, local onde havia cavernas de calcário, que eram exploradas pela população local como fertilizante.

Figura 2 – Interior de uma das cavernas de Lagoa Santa



Fonte: TRIPADVISOR, 2021. Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g1936530-d2360248-r396006974-Lapinha\\_Cave-Lagoa\\_Santa\\_Stateof\\_Minas\\_Gerais.html/](https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g1936530-d2360248-r396006974-Lapinha_Cave-Lagoa_Santa_Stateof_Minas_Gerais.html/). Acesso em: 21 out. 2021.

Foi esse ambiente que atraiu a curiosidade de Lund que assim descobriu vestígios de fósseis humanos, que depois de analisados concluiu do ponto de vista antropomórfico, terem uma constituição diferente dos indígenas americanos conhecidos, o que indicava que havia muito mais a se descobrir sobre as populações nativas do que até então se imaginava. Essa descoberta trouxe à tona o que ficou conhecido como o Homem de Lagoa Santa<sup>5</sup>.

Nisso, as descobertas arqueológicas que se seguiram a Lund, passaram a ter outros protagonistas, como Ferreira Penna que iniciou as primeiras explorações em sítios da cultura marajoara, em 1865 com a presença dos arqueólogos estadunidenses Frederich Hartt e James Orton. Nisso, uma das marcas desta cultura marajoara passou a ser percebida inicialmente localizada nos tesos, que eram diferentes formas de morros criados pela ação do Homem, e que se fizeram

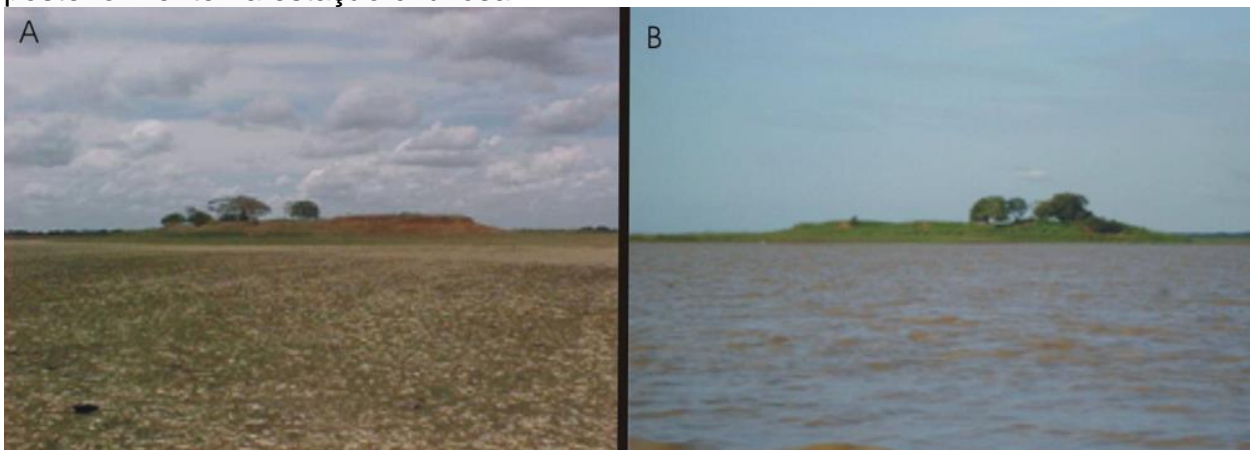
---

<sup>5</sup> As ossadas mais antigas ali encontradas foram datadas entre 11 mil e 8.000 anos. Causando este achado repercussão dentro e fora do Brasil, em vista de que até esse momento ainda não havia notícias de restos humanos fossilizados em outras partes do mundo (BARRETO, 2000, p. 36). O que fez com que após a publicação das obras de Lund expondo estas descobertas, D. Pedro II se mostrasse interessado no assunto, resolvendo incentivar a pesquisa arqueológica no país, através tanto do Museu Nacional como promovendo expedições. Ocorrendo, todavia, que o trabalho de Peter Lund nas cavernas de Lagoa Santa seria encerrado em 1845 e seu acervo de 20 mil itens foi doado ao rei Cristiano VIII da Dinamarca.

presentes em vários lugares ao redor do mundo, dentre eles no continente americano. Foram descritos pela primeira vez pelo espanhol Fernando de Soto, no século XVI, por ocasião de sua passagem pelo território da Flórida, nos EUA e desde então chamou a atenção de curiosos (DAUS e APARICIO, 1947, p. 83).

A população nativa da ilha do Marajó, que igualmente conhecia e usava estas estruturas há séculos, levam esses estudiosos a terem conhecimento das mesmas, no início do século XIX. O que atraí pesquisadores de diversas regiões do país em busca de elementos exóticos. Estruturas estas que se tornam mais facilmente compreensíveis nas duas imagens que seguem, mostrando as verdadeiras “ilhas” criadas com esses morros artificiais durante os períodos de cheias.

Figura 3 – Teso marajoara fotografado primeiramente na estação seca e posteriormente na estação chuvosa



Fonte: LOPES, Reinaldo José. Marajó já foi a “Veneza” pré-colonial. **Folha de São Paulo**, 16 dez. 2017. Disponível em: <https://darwinedeus.blogfolha.uol.com.br/2017/09/16/marajo-foi-veneza-do-brasil-pre-historico/>. Acesso em: 03 jul.2021.

De modo que a história da pesquisa científica na Ilha de Marajó surgiu com as primeiras expedições de cientistas na região amazônica, que deram início ao estudo da cerâmica Marajoara localizada em tesos, que são esses morros artificiais na savana inundada que até os dias de hoje são estudados. Este trabalho arqueológico, gradativamente realizado ao longo do país, foi conduzido por estudiosos ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, ao Museu Histórico Nacional e ao Museu Paulista, que conseguiam o patrocínio da elite (FUNARI, 2017, p. 47). Órgãos, por sua vez, condicionados aos interesses desta elite em forjar uma identidade nacional (FUNARI, 2017, p. 47).



Ou seja, um país que precisava justificar sua distinção em relação à antiga metrópole na Europa e procurava no seu passado, anterior à colonização, elementos que permitissem a ideia de uma trajetória que estes pensadores considerassem digna de memória. Tal como na Europa já o faziam buscando descobrir mais sobre o passado de seus ancestrais, tais como os vikings, os celtas, etc.

Almejando assim o intento de edificar, por intermédio da história “*magistra vitae*”, vertente que via o “estudo do passado como lição a orientar a uma construção do futuro, um passado e uma memória que conferisse uma identidade ideal à recém-fundada nação brasileira” (CALAZANS, 2013, p. 03). Ou seja, visando conferir nobreza ao passado nacional, tornando-o digno (sob a ótica da mentalidade dessa época) de ser considerada uma nação civilizada, demonstrando “provas” de uma ancestralidade não europeia que não fosse primitiva e selvagem. O pesquisador e autor das primeiras descrições desta chamada cultura marajoara que aqui observamos foi o naturalista Karl Friedrich Von Martius (1794-1898), por volta de 1830.

Nos primeiros estudos dos sítios arqueológicos na área dos campos da ilha de Marajó, os tesos revelaram a existência de cemitérios indígenas. Pois neles se percebeu a presença de grandes urnas funerárias que continham ossos e objetos cerâmicos e líticos sob os mais diversos trechos desses locais. Sendo que essas urnas se diferenciavam entre si pela “exuberância da decoração, com estilos decorativos diferentes em umas, e em outras não havia qualquer forma de decoração” (SCHAAN, 2007, p 107), referência que demonstra um primeiro sinal de possível hierarquização da sociedade marajoara que estava sendo descoberta (SCHAAN, 2007, p 107).

Todavia, somente a partir de 1855, com os estudos de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), que a Cultura Marajoara passou a ser mais investigada e divulgada no Brasil, já que este naturalista além de ele próprio conduzir expedições foi também um enfático incentivador dos trabalhos científicos no Marajó. Coube a ele promover um relatório pelo governo provincial do Grão-Pará e que foi publicado em 1876, descrevendo a geografia, a hidrografia, os costumes culturais e religiosos da ilha. Essas suas informações nele descritas serviram de bibliografia básica para que os pesquisadores Derby e Hartt utilizassem em suas expedições na ilha entre os anos de 1870 e 1879 (SILVA NETTO, 2014, p. 20).

Por sua vez com o geólogo e naturalista canadense Charles Frederic Hartt (1840-1878) que igualmente veio para cá, a fim de estudar aos legados desta população, no período entre 1870 e 1871, cujos resultados foram divulgados entre 1873 e 1875, a cultura marajoara então ganhou fama internacional. Quando percebeu, dentre outras curiosidades, diferentes versões sobre o mito da esperteza da tartaruga contada por variadas tribos indígenas (MARCOLIN, 2006). Assim se configurando uma clara evidencia de como as populações nativas não eram uma massa uniforme e simplória como a visão preconceituosa da época os enxergava. Sendo uma destas publicações presente na revista “American Naturalist” (SILVA NETO, 2014, p. 33).

Ademais, além de Hartt (1871) e Ferreira Penna (1877), a partir de então vários outros pesquisadores realizaram estudos sobre esta civilização<sup>6</sup>. Fato este que demonstra a complexidade desta cultura que atraiu inúmeros estudiosos. Principalmente por causa de sua cerâmica, nas quais se identificam padrões ornamentais em gregas e espirais que muito se assemelham tanto com os padrões da cerâmica da Grécia quanto com os padrões de várias outras regiões do mundo, como destacou Paschoal (2014, p. 17).

O percurso de pesquisas na ilha foi retomado pelos estadunidenses Orville e Derby, (1871). O que levou à coleta de fósseis carboníferos de calcário de Itaituba do Rio Tapajós, e J. B. Steere, da Universidade de Michigan (1876), cujas pesquisas deram continuidade a um trabalho na região que até o fim do 2º Reinado iria criar expectativas ideológicas de lá se relevar uma civilização complexa aos moldes dos impérios no México e no Peru.

Contudo, a título de curiosidade, não somente na região Amazônica as pesquisas se fizeram nesse período, uma vez que no Sul do país, as escavações de Karl Rath nos sambaquis paulistas (1876), e as de Carlos Wiener e Roquete Pinto nos sambaquis do litoral sul (1876) igualmente merecem menção. Sendo esses sambaquis, montes artificiais (conforme pode ser percebido na imagem abaixo) compostos inclusive conhecidos desde o século XVI quando eram muitas vezes desmanchados para se retirar suas conchas usadas para a fabricação de cal,

---

<sup>6</sup> Tais como Derby (1879, 1897), Ladislau Netto (1885), Lange (1914), Willian Farabee (1913, 1921), Curt Nimuendaju (1922), Carlos Estevão Oliveira (1925), Steere (1927), Antônio Mordini (1929, 1937, 1947), Carlos Quadroni (1929), Heloísa Alberto Torres (1930) dentre outros (SCHAAN, 1997a, p. 49; SILVA NETO, 2014, p. 33).

segundo Djane Silva (2009, p. 24) que igualmente comenta sobre eles já terem sido registrados por pesquisadores como Gaspar da Madre de Deus (p. 26).

Figura 4 – Exemplar de sambaqui – Sambaqui da Rosseta em Santa Catarina



Fonte: FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. 29 out. 2020. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=4091.2.5>. Acesso em: 22 out. 2021.

Achados que revelavam uma vasta diversidade e complexidade cultural no passado de nosso país antes da colonização que, contudo, as visões eurocêntricas desta época tinham forte resistência em admitir. Como, por exemplo, em relação a esses sambaquis, pesquisadores como João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, e Herman von Lhering, fundador do Museu Paulista, viam aos mesmos como “resultados do recuo do nível do mar” (CALAZANS, 2014, p. 4). E quando deparados com a questão dos esqueletos encontrados nestes montes, ela “era explicada por naufrágios” (CALAZANS, 2014, p. 4).

A despeito disso, o passado do Brasil pré-colombiano continuou sendo pesquisado e discutido, valendo então se destacar a contribuição de Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional a partir de 1879. O qual tendo promovido várias expedições arqueológicas pelo território nacional, se fez o responsável pela primeira síntese de arqueologia do país intitulada “Investigações sobre a Archeologia Brasileira” (1885) que tem o mérito em primeiro reconhecer a origem artificial dos sambaquis, assim como a função cerimonial dos tesos amazônicos e da hierarquia social documentada nas urnas funerárias de Pacová no Amazonas.

Todavia, vale reforçar como esses estudos científicos, apoiados pelas autoridades, tinham uma intencionalidade mais ideológica do que científica, demonstrando maior preocupação em encontrar, nesses artefatos, informações variadas sobre a origem e à evolução do homem que atestassem suas teorias raciais e evolucionistas, visando um objetivo de se comprovar uma condição primitiva e inferior da cultura americana em relação à europeia. Por mais que no Brasil imperial que, como já vimos na condição de uma nação que recentemente havia rompido laços de dependência para com Portugal, então carecendo, por isso, de uma identidade própria, faz com em que o passado indígena em dados momentos seja utilizado de maneira oposta.

Seguindo o Brasil, tendência igual ao que ocorria na Europa, de se forjar uma identidade nacional em função do modelo de Estado-nação, que tem início a partir da Revolução Francesa. Conceito de nação que agora não se apoia na ideia de um governante por “direito divino”, mas sim de um povo com cultura homogênea (incluindo um sentimento a ser criado em suas populações de pertencimento a um único povo). O que faz com que identidades locais precisem ser assimiladas pelo que seus dirigentes objetivavam ser uma identidade nacional, como bem se percebe na frase de Massimo d’Azeglio (1792-1866): “Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos” (CARMO, 2011, p. 02).

Construção ideológica que assim precisa criar uma história “comum” que, por sua vez leva também a uma busca pela história da sua “pré-história” para justificar uma origem comum a toda uma nação. Tendo, como exemplo as pesquisas de Gustav Kossinna, que buscou provar que a Alemanha seria o berço dos povos indo-europeus, logo o centro cultural dos antigos germânicos nos tempos pré-históricos, “enaltecendo a pureza e a superioridade racial alemã” (TRIGGER, 1984, p. 360 *apud* DONATTI, 2017, p. 42).

De modo que a arqueologia no Brasil, tal como na Europa demonstra ao longo do século XIX uma preocupação não só quanto ao levantamento de dados primários com expedições, escavações e montagem de coleções. Pois a arqueologia brasileira então, também muito se ocupa com a criação de hipóteses e teorias sobre a origem e filiação cultural dos índios brasileiros que passam a ser vistos como um elemento muito importante na identidade nacional que estava sendo forjada.

Ou seja, buscando o engrandecimento do passado local, por mais que a condição dos indígenas continuasse a ser vista como inferior à do europeu e de

seus descendentes. O que pode ser bem resumido na definição de Ana Linhares (2015, p. 12) de que o Brasil, praticamente recém-emancipado como nação, precisava “inventar” uma memória para esta mesma nação em questão.

Inclusive por meio dos objetos científicos preservados pelos museus e a partir de então usados como emblemas, distintivos, da identidade nacional brasileira, incluindo assim objetos da cultura material indígena. Deste modo os naturalistas buscavam atribuir vestígios de nobreza (superioridade em relação a outras sociedades do seu tempo) à cultura material arqueológica marajoara e construíram suas teorias a partir disso. Os envolvidos nos projetos políticos imperiais de construção da nacionalidade utilizavam esses estudos para justificar seus ideais de um país em progresso e desenvolvimento, em igualdade com outras nações respeitadas, utilizando-os como emblemas de identidade nacional.

Criando-se deste modo um mito fundador onde o branco europeu tem o papel civilizatório, enquanto aos indígenas, era dada a função do “bom selvagem” neste imaginário forjado. Retratado igual ao cavaleiro medieval do ideário romântico na Europa, esse elemento aborígene em terras brasileiras. Ou seja, assim esperando se conferir nobreza ao passado nacional, tornando o Brasil digno de ser considerada uma nação civilizada através de um passado que pudesse ostentar com orgulho ao mesmo tempo em que lhe conferia distinção em relação à antiga metrópole. Logo, precisando mostrar também uma cultura com elementos que marcassem sua diferença em relação ao antigo dominador, que não pudesse ser ostentada como algo que não ficasse numa posição inferior sob a ótica eurocêntrica.

Tendo, ao longo do período monárquico, o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, a tarefa como um reduto científico que para a criação de coleções, preservação do material etnográfico, estudo e interpretação dos objetos coletados, assim como apoiar pesquisas sobre a cultura marajoara, “cujas peças despertavam o interesse não só no Brasil, como igualmente no exterior” (SILVA NETTO, 2014, p. 21). Como é o caso do geólogo estadunidense Orville Derby (1851-1915) que em artigo, publicado no final do século XIX menciona que:

De todas as localidades do Brasil, onde foram encontrados restos de antigas tribos indígenas, a ilha de Marajó é o maior interesse do arqueólogo. Se a corrida neste momento foi um fato superior, ou se as condições em que viviam eram mais favoráveis, é certo que os antigos habitantes da Marajó, ou pelo menos uma parte deles, fez um **avanço maior em direção à civilização** do que qualquer outra das tribos aborígines, tendo

destacaram-se nas artes de todas as outras partes do Brasil, tanto quanto nós sabemos hoje (DERBY, 1879, grifo nosso).

Neste contexto que surge, aliás, a ideia de criação do Museu Paraense a partir de 1866, por uma iniciativa da Sociedade Filomática, sendo o seu grande idealizador Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888), tendo sido instalado no ano seguinte em uma casa alugada e, inaugurando em 1871, vinculado a Biblioteca Pública da Província. Este espaço teve também amplo apoio do então diretor do Museu Nacional, o cientista Ladislau Netto. Tendo tido este espaço grande relevância na realização de excursões científicas aos sítios arqueológicos da ilha de Marajó e de aldeias indígenas do interior, nas quais, Ferreira Pena havia assim estudado vários sítios, principalmente os da cultura Marajoara, além de sambaquis e de ter descoberto as primeiras urnas Maracás (outra sociedade amazônica que legou peças cerâmicas que atualmente despertam interesse de diversos estudiosos) e de ter relatado a primeira pintura rupestre na região amazônica.

Sendo relevante expor que essa descoberta de considerável material cerâmico ornamentado em Marajó serviu para desenvolver não apenas a arqueologia brasileira, mas também alimentar disputas intelectuais em torno da “pré-história do Brasil” e do povoamento da América do Sul, ao mesmo tempo em que era especulado como o possível local de um “povo avançado” e com “grande sofisticação artística”. Que, todavia, para os estudiosos deste momento, parecia-lhes difícil aceitar que fosse fruto tal sociedade de uma população nativa da própria região, sendo atribuídas outras origens como escandinava no entender do pesquisador Barbosa Rodrigues, tal qual origem andina, ambas já mencionadas anteriormente.

Por mais que em nenhum momento pode-se imaginar que o interesse pelas manifestações culturais-materiais de nossos índios pelo dito “civilizado” seja algo recente. Uma vez que o recolhimento de objetos materiais das mais variadas culturas indígenas já começou desde o que chamamos de descoberta da América pelos europeus, e quanto mais excêntricos sob o ponto de vista desses invasores, mais atraíam a atenção.

Acontecendo que os artefatos (cerâmicas, arte plumária, etc.) foram levados do Brasil para a Europa a partir da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX (assim como plantas e animais). Por influência do racionalismo iluminista,

gradativamente começaram a ter uma preocupação mais científica, ou seja, não mais valorizados unicamente em função de seu “exotismo”, despertando também interesse no aprendizado pelos seus estudos, visando à construção de uma interpretação desta terra que começava, a partir de sua independência política, a ganhar uma identidade própria (AMORIM, 2010, p. 29).

Por mais que o principal atrativo do diferente, extravagante, continuasse sendo sua maior motivação. Pois esses itens vistos como “exóticos” chegando à Europa, não raro, eram colocados como parte dos acervos dos chamados “gabinetes de curiosidades”. No caso, sendo estes “gabinetes” espaços em que se colecionavam objetos raros ou estranhos sob a ótica europeia, fossem vegetais, animais ou de obras de realização humana se configurando assim, basicamente, os precursores dos atuais museus.

Figura 5 – Trecho de um remanescente de um gabinete de curiosidades – Museu Sir John Soane – Inglaterra



Fonte: BOECHAT, Julia. Site: As Distancias. 2018. Disponível em: <https://asdistancias.com/2018/03/28/museu-sir-john-soane-um-gabinete-de-curiosidades-moderno/>. Acesso em: 18 out. 2021.

### 2.3 A ARQUEOLOGIA BRASILEIRA NA REPÚBLICA

Porém, a partir de 1889, com a implantação da República no Brasil, o ideal de criação de um passado pré-colonial glorioso foi interrompido. A partir de então para as novas autoridades, não havia mais lógica na necessidade de se construir um mito de que grandiosas civilizações aqui se fizeram, a fim de promover uma exaltação de sua identidade. Logo ao Estado, assumido primeiramente pelos militares e depois pelos grandes fazendeiros, já não interessava qualquer tipo de centralização científica o que não impediu que durante a primeira metade do século XX, diversos centros arqueológicos independentes fossem criados pelo país.

De modo que, ao longo da primeira metade do século XX, a arqueologia da Ilha de Marajó continuou atraindo a atenção de antropólogos, jornalistas e museólogos americanos e europeus que vinham conferir de perto as notícias sobre a civilização marajoara e obter objetos exóticos para seus museus, o que aumentou o número de sítios conhecidos e a gama de objetos encontrados nos mesmos (SCHAAN, 2006, p. 21).

O que por sua vez, despertou o interesse local sobre o seu potencial arqueológico fazendo com que os fazendeiros criadores de gado, que ainda não tinham dado importância às descobertas, permitissem a entrada em suas propriedades, assim como as escavações por parte de curiosos e estudiosos, fossem elas feitas por arqueólogos ou não. Todavia, paralelo a isso, se firmou na região, de forma informal e esporádica, um comércio de peças arqueológicas que acabou levando, ironicamente, à destruição de vários dos sítios e, ao mesmo tempo, à projeção internacional da cerâmica e cultura marajoaras.

Cabendo a essas sociedades históricas e geográficas que começaram então a se formar certa popularização da arqueologia com um “ciclo de busca a cidades perdidas [...] acrescido de inúmeras interpretações místicas de inscrições rupestres, propiciando abundante literatura nos jornais da época” (BARRETO, 2000, p. 39). Ou seja, a elite intelectual em nosso país ainda se sente cativada pelo imaginário criado pela arqueologia no Brasil Imperial.

Contudo, a arqueologia brasileira somente voltou a receber maior valorização no final da década de 1940. Em boa parte através de novos estudos arqueológicos na ilha do Marajó por iniciativa dos antropólogos da Universidade de Columbia-EUA, Betty Meggers (1921-2012) e Clifford Evans (1912–1985) que



passaram a estudar os sítios arqueológicos do Marajó. Betty tinha amplo interesse pelo legado marajoara, que inclusive foi o objeto de sua tese de doutorado intitulado “A sequência arqueológica da Ilha de Marajó, Brasil, com uma referência especial à Cultura Marajoara”, e desde o final da década de 1940 até os anos 1960 se dedicaram a tentar entender como esta sociedade complexa poderia ter se formado.

Fato que também nos oportuniza refletir sobre o preconceito com os povos indígenas em nosso país ainda neste tempo, uma vez que o casal de pesquisadores descartava qualquer possibilidade de que o legado material no Marajó fosse algo possível de ter sido criado pelas populações locais. A seu ver toda a produção material desta antiga sociedade teria sido obra de um povo distante. Por certo vindo das terras andinas, que, migrando, teria chegado até à Marajó, onde, com difíceis condições de sobrevivência em função do solo pobre, inundações, clima, etc., essa combinação de adversidades teria feito sua cultura regredir até a completa extinção desta coletividade (SCHAAN, 1997 a, p. 51).

Hipótese por eles levantada que atualmente está completamente descartada, pois não há mais dúvidas que esta cerâmica foi feita por populações dessa região amazônica. Afirmação que se faz com base em estudos posteriores, apoiados por datações de radiocarbono sobre a cerâmica policrômica encontrada em outras regiões amazônicas já demonstra inclusive que, se houve migração cultural, ela se deu em sentido contrário, atingindo a Amazônia Central (SCHAAN, 1997 a 2014, p. 32).

Aspectos que mostram como a relevância do estudo da cultura dessas populações marajoaras desde a sua descoberta sempre foi percebida, a despeito de que até os dias atuais uma idealização sobre ela igualmente tem ofuscado sua real compreensão, tal como veremos adiante, no sub-capítulo *A visibilidade atual da cultura marajoara – identidade e capitalismo* (pág. 69), podendo sobre este primeiro período (século XIX até primeira metade do século XX) se dizer que não se buscava propriamente ao aprendizado com seu legado.

Podendo inclusive ser dito que essa localidade \_a ilha do Marajó \_ com a ascensão da ideologia nacionalista de Getúlio Vargas, então voltou a despertar dado interesse do Governo. Isso em parte porque o regime nacionalista de Vargas, de acordo com Ana Maria Linhares (2015, p. 246), entende que o índio Marajoara, retratado sob uma ótica romântica, conveniente assim em ser visto como um modelo civilizado, nobilitado, foi assim “utilizado pelo Estado brasileiro como símbolo maior

da identidade que se pretendia para o país”. Logo, uma imagem forjada do indígena marajoara se fez um instrumento da ideologia propagada pelo regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945) “que visava não só uma unidade nacional, mas também uma nova sociedade brasileira” (MIGUEL e CORREIA, 2009, p. 03).

Todavia, como já comentamos anteriormente, com a extinção da monarquia brasileira o interesse pela pesquisa em boa parte diminui (em função do fim então dos incentivos para os trabalhos de campo por parte das autoridades), quando com isso, além da reprodução do que já foi feito anteriormente na literatura acadêmica ocorre a apreciação da sua estética em si que passa também a ser um objeto de maior estudo. Deste modo migrando do interesse científico para a manifestação artística. Logo, a cultura cerâmica marajoara continua a envolver o imaginário geral quanto a um sentimento que se busca forjar de uma identidade brasileira.

A partir da pessoa de Teodoro Braga, cujas obras desde 1905 tornam o modelo marajoara uma manifestação de identidade local, a inspiração nos motivos artísticos desta antiga sociedade não demoraram a ser apropriados como elemento de identidade nacional (LINHARES, 2011, p. 85). Em especial com o início da década de 1920, ante ao anseio de se idealizar uma cultura de fato brasileira, agora por ocasião da Semana de Arte Moderna de 1922, “devorando” simbolicamente o que tivesse relação com o estrangeiro, pois o movimento modernista ambicionava forjar uma brasilidade em boa parte através de seu legado indígena. Com isso fazendo com que a ilha do Marajó se fizesse um dos lugares de maior referência neste imaginário modernista.

Tendo, deste modo, ido além, superando a outros projetos em se forjar uma identidade regional como, por exemplo, a tendência iniciada no estado do Paraná, por iniciativa de artistas como Frederico Lange, João Turim e outros, chamado Paranismo a exaltar elementos como o pinheiro araucária e outras referências do que seria a identidade deste estado que ficou restrito ao mesmo, não desenvolvendo fascínio semelhante ao que Marajó criou. Se percebendo através desta comparação que não é apenas um elemento ideológico que favorece a propagação desta estética com os motivos de ornamentação da antiga sociedade marajoara. Por mais que ele em nenhum momento pode ser ignorado.

De modo que, no início do século XX, a recorrência ao que se entende como uma cultura marajoara tem continuidade, de acordo com Marcio Roiter (2010, p, 19) que nos explica, pelo fato que as facilidades de deslocamento por meio de avião,

hidroavião, automóvel, então permitiram um maior fluxo de cientistas e curiosos até a ilha do Marajó e seus achados cerâmicos. O que permitiu então que muito mais pessoas conhecessem os motivos decorativos desta antiga cultura.

Contato este que acabaria assim se refletindo, por exemplo, na decoração das casas em meio a uma febre de objetos, móveis, luminárias, tapetes, ou onde mais possam ser expressos elementos como labirintos, zigzagues, gregas e tramas geométricas derivadas dos desenhos marajoaras. Estética esta que pode ser mais bem compreendida através da reprodução de um desenho presente retratando um exemplo desta, retirado do trabalho de Marcio Alves Roiter *A influencia marajoara na Art Decô* que aqui se encontra na página seguinte (ROITER, 2010, p. 19).

Figura 6 – Decoração de interior com utilização de motivos inspirados na estética indígena marajoara



Fonte: ROITER, Márcio Alves. A influência marajoara no Art Déco brasileiro. **Revista UFG**, Ano XII n. 8, jul. 2010.

Assim como continuam presente no interesse de pesquisadores como, por exemplo, Couto de Magalhães que sobre as peças encontradas nos morros artificiais desta ilha do Marajó, em sua obra “O Selvagem” de 1940 faz a seguinte descrição:

Encontraram-se as mais antigas urnas funerárias, sem comparação mais grosseiras, tanto pelo preparo da argila como pela estrutura e lavores, do que as que se encontram nas camadas médias e superiores (p. 72-73). E diz mais: “[d]entro dessas urnas encontram-se não só instrumentos como ornatos de pedra polida, a que no Pará chamam itan, além de que a própria urna funerária, de argilla cozida, indica, por si só, um período de civilização mais adiantado do que o da pedra lascada (LINHARES, 2011, p, 21).

Da mesma forma que intelectuais do exterior continuam tendo grande interesse por esta estética, como Paul Rivet, diretor do Museu do Homem, de Paris, que expôs a seguinte consideração em relação a essa estética:

Entre as artes indígenas sul-americanas, a arte dos antigos habitantes da ilha de Marajó e do baixo Amazonas permanece uma das mais misteriosas. Ela pode ser comparada em beleza com as produções mais perfeitas das grandes civilizações andinas. Fazer renascer esta arte, fazê-la conhecida no Brasil Moderno, religar o passado ao presente numa bela tradição estética, é criar, ao mesmo tempo, uma obra artística, patriótica e científica. (ROITER, 2010, p. 27)

Entretanto, as motivações ideológicas igualmente se devem a esse interesse fortalecido advindas de uma nova mudança acentuada no cenário político, agora com a Revolução de 1930 que, pouco a pouco, uma ideologia nacionalista fomentada por Getúlio Vargas começou a se impor. Logo, o retorno desta necessidade de se forjar um passado a se exaltar igualmente se apoia nesta identidade de um passado indígena, incluindo a influência marajoara. Contudo, não ocorrendo um interesse considerável em pesquisas de campo como antes, mas sim, uma ênfase mais acentuada em sua estética.

Sendo um exemplo a menção a um primeiro projeto do prédio do Ministério da Educação e Saúde (1936), cujo desenho<sup>7</sup> era de inspiração marajoara e assinado por Memória e Cuchet, vencedor do concurso, por mais que ele não tenha sido enfim construído, isso por causa da pressão dos (no entender de Marcio Roiter) “modernos” Lúcio Costa, Niemeyer e outros, os quais, a partir do traço de Le Corbusier, constroem o hoje chamado Palácio da Cultura, no Castelo, centro do Rio

<sup>7</sup> Infelizmente não tendo sido encontrada nenhuma imagem do mesmo.

(ROITER, 2010, p. 20). Diferente do selo que, de fato chegou a ser feito pela Casa da Moeda que pode se conferir a descrição feita pelo diretor da Fazenda Nacional, em 1939, apresentado no Correio Paulistano (1939):

[...] o diretor geral da Fazenda Nacional baixou portaria, resolvendo aprovar o modelo do novo selo de Educação e Saúde, destinado à timbragem de recibos, o qual será aplicado a partir de janeiro do ano vindouro, em substituição ao atual. O referido selo tem o formato retangular [...] com motivo principal, o desenho de uma cruz em estilização marajoara, devendo ser impresso em cor vermelha. O centro da cruz é ocupado por um livro aberto, tendo inscritas as palavras “Tesouro” e “Nacional” [...] A parte superior da cruz é cortada por uma faixa em arco de círculo côncavo, contendo a palavra “Brasil” [...] (LINHARES, 2015, p. 237).

A reverência feita à cerâmica arqueológica também pode ser vista no ato de inauguração dos cursos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, demonstrando como essa cultura foi encarada como uma legítima representação da visão idealizada de uma identidade nacional, a julgar por essa nota divulgada em A Noite (1945) que diz:

Brasil [...]. O gramado do Fluminense oferecia, naquele momento, um aspecto de surpreendente beleza, formando os alunos de ambos os sexos em alas paralelas, tendo no centro um grande vaso marajoara, a cujo redor, em quatro ângulos, a professora, a assistente e duas alunas do curso de Ginástica Rítmica, reproduziam, em trajes do mesmo motivo artístico, as velhas cerâmicas dos habitantes da ilha do Marajó (LINHARES, 2015, p. 221).

Uma tradição em boa parte forjada. Porém, Denise Schaan (2007, p. 113) nos lembra de como todas as tradições são, em certa medida, invenções. Do mesmo modo que também podemos dizer que elas estão constantemente sujeitas a transformações, influências, etc.. Sendo que esta tradição, por assim se dizer, neo-marajoara, surgiu de um anseio no sentido de se buscar legitimidade em um passado arqueológico deste modo conferindo uma identidade buscada por uma coletividade que precisa de um elemento de distinção quanto a outras sociedades. Ou seja, a busca por algo que ajudasse nosso país a se afirmar como um povo com identidade própria.

Tanto que a pouca preocupação das autoridades para com a pesquisa científica, pode ser nítida, ao observarmos que a principal instituição voltada às pesquisas sobre o passado amazônico, o Museu Paraense Emilio Goeldi, se via negligenciado, a ponto de muitos considerarem que seria certo o seu fechamento

(ROSA, 2008, p. 32). Contudo, o Museu Paraense não só sobreviveu como, como testemunhou em 1947 a criação do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará que financiou pesquisas, bem como promoveu conferências públicas, incluindo as realizadas por Paulo Maranhão Filho, da família do jornal Folha do Norte (de grande circulação no Estado do Pará), que “proferiu duas palestras sobre a cerâmica da Ilha do Marajó” (ROSA, 2008, p. 34).

Além disso, fora do Brasil, houve uma iniciativa de cunho internacional com um “projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), proposto por meio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1946” que objetivava promover a pesquisa científica na Amazônia com o auxílio de pesquisadores estrangeiros. É neste contexto que os dois antropólogos estadunidenses, Betty Meggers e Clifford Evans, anteriormente citados deram início a uma extensa pesquisa no arquipélago de Marajó (Ilhas de Marajó, Caviana e Mexiana), identificando diversas “culturas cerâmicas” e estabelecendo uma cronologia do desenvolvimento cultural na foz do rio Amazonas.

Ainda que também um fator significativo nesta mudança de pensamento se deva ao intelectual Paulo Duarte que, exilado na França por causa do Estado Novo (1937-1945), se interessou pelos estudos que os franceses vinham fazendo a respeito do engenho humano (vista como uma capacidade de toda a humanidade), assim como pelos estudos de pré-história, o que o levou a criar, tendo retornado ao Brasil, a Comissão de Pré-história da Universidade de São Paulo, em 1952. Com a Comissão, ele trouxe os arqueólogos profissionais franceses, J. Emperaire e A. Laming para trabalhar nela, tanto quanto começou a treinar brasileiros na área. Acontecimento que no entendimento de Pedro Funari fez com que “pela primeira vez na história brasileira, material pré-histórico foi considerado um patrimônio humano, digno de ser preservado e estudado” (2002).

Cabendo ainda a Paulo Duarte participação na criação do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) que tem a relevância de ter formado diversos profissionais brasileiros na área da arqueologia. Um campo que até então era predominantemente um domínio de pesquisadores estrangeiros, logo isso permitiu assim uma expansão das pesquisas arqueológicas com essa maior oferta de estudiosos capacitados, e é sobre esse centro que iremos tratar a partir de agora.

### 2.3.1 O surgimento do CEPA:

Logo, ao buscarmos entender a gênese do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), precisamos começar pelo ano de 1954, com o 31º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo. Presidido por Herbert Baldus antropólogo germânico-brasileiro cujas conclusões sobre as culturas materiais e não materiais, assim como abordagens funcionalistas (explicar aspectos da sociedade em termos de funções) e estruturalistas (ver aos elementos da cultura em face da sua relação com um sistema ou estrutura maior, mais abrangente, mais amplo), lançando as bases dos estudos das sociedades indígenas em situação de contato e de mudança cultural.

Este 31º Congresso, por sua vez, tem como antecedente para Baldus o 30º Congresso Internacional de Americanistas de 1952, em Cambridge, Inglaterra, onde sua pessoa representou ao governo brasileiro. Assim como o 4º Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, em Viena, também realizado ainda no ano de 1952. Assim se percebendo um dado acompanhamento do Brasil, por meio de Baldus, nas discussões acerca das novas questões sobre a arqueologia e a antropologia, dentre as quais, por exemplo, uma maior valorização das culturas nativas além do prisma do exótico.

Este evento, de 1952, reuniu especialistas estrangeiros, além de pesquisadores brasileiros. Seus participantes assim fundariam o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), tendo tido a participação, dentre outros, de Paulo Duarte do Museu Paulista (JANDIRA NETO, 2014). O objetivo deste Centro era “formar pesquisadores brasileiros, [...] e a partir de então, que estes brasileiros fossem os condutores dos estudos, pesquisas e ensino da arqueologia no Paraná e Brasil” (CECCON, 2011, p. 60). Sua direção ficou a cargo do professor José Loureiro Fernandes que foi o responsável pela criação da cátedra de Antropologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, que se fez um dos maiores defensores da criação deste CEPA ao expor:

[...] conforme ficou patente nesse Congresso, o problema do estudo científico de nossas jazidas, tem que ser enfrentado com maior amplitude, e não limitando à iniciativas individuais, pouco especializadas. [...] (Logo) urge não só o planejamento e a realização de estudos, cuja continuidade seja convenientemente assegurada, mas também a organização de um núcleo ou núcleos de estudos arqueológicos, nos quais se possam formar equipes

de especialistas nacionais aptas a assegurarem o progresso dos estudos e pesquisas pré-históricos entre nós, pois é tempo de sairmos do empirismo de estudo dos achados puramente ocasionais [...] e cuidar um pouco do preparo de especialistas. (CECCON, 2011, p. 77).

Dilema este que levou Loureiro a tentar solucioná-lo criando como disciplina optativa uma cátedra de Arqueologia Pré-histórica no curso de Geografia e História, projeto que foi enviado ao Ministério da Educação em 1955, “onde permanece sem solução até a presente data” (CECCON, 2011, p. 76). Angustia que ia exatamente de encontro com os anseios do congresso de 1954, de que ao ver de Loureiro não se poderia aceitar a existência “só de aulas teóricas, mas também o exercício prático e investigativo” (CECCON, 2011, p. 77).

Deste modo, com pesquisadores vindos da França e Estados Unidos, o estudo da arqueologia na então Universidade do Paraná (Universidade Federal do Paraná) abriu suas instalações para que diversos especialistas “contribuíssem para iluminar o problema da arqueologia brasileira, ainda em caráter embrionário” (CECCON, 2011, p. 59), já que a arqueologia nacional até então só reproduzia “os modelos já estavam prontos para serem praticados com propósitos coloniais”. (FERREIRA, 2010 *apud* DONATTI, 2017, p. 46).

Sendo então firmado aos primeiros cursos do casal de arqueólogos franceses Joseph e Annette Laming-Emperaire. A partir de 1957, se faz relevante a contribuição de Annette Laming-Emperaire na análise de material lítico, em 1959 e 1966 e, para técnicas de escavação, em 1973 (CECCON, 2011, p. 84.)

Já em 1959 e em 1960, o curso de arqueologia promovido pelo CEPA teve por tema o estudo de várias áreas voltadas para o trabalho e formação do arqueólogo, tais como a arte rupestre. Ocorrendo que diversos pesquisadores brasileiros também foram convidados. O que “intensificou a pesquisa arqueológica no país, sobretudo aumentando consideravelmente a cobertura do território ainda desconhecido arqueologicamente” (BARRETO, 2000, p. 46).

O congresso de 1952 se faz um marco na cientificidade da arqueologia brasileira que, por meio da criação de centros de pesquisas, dentre os quais, o CEPA, toma maior consistência a partir de cursos ministrados por especialistas internacionais nos anos de 1960, 1962 e 1964, repercutindo em avanços consideráveis como, por exemplo, quando o Congresso Nacional brasileiro promulgou uma lei federal (de nº 3.942) em 1961, protegendo os vestígios



arqueológicos (MORAIS, 2001 *apud* FUNARI, 2002) ao determinar que os “monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público” (BRASIL, 1961).

Todavia, por ocasião do Golpe Militar em 1964 o desenvolvimento da arqueologia foi afetado pelas pretensões dos governos ditatoriais que visavam criar “uma ideologia de segurança nacional que se desdobrava no interesse em unificar ideologicamente o Ocidente” (FUNARI, 1999 *apud* DONATTI, 2017, p. 47). Ou seja, se impor através de uma ideologia de caráter positivista ligada ao *establishment* (ordem, estrutura em que uma elite social, econômica e política passam a controlar as decisões políticas, econômicas, culturais, etc., e que, portanto, as determinam, conforme seu próprio interesse e segundo suas próprias concepções, desprezando aos anseios da maioria) estadunidense (DONATTI, 2017, p. 47).

### 2.3.2 O surgimento do PRONAPA

Neste contexto, de repressão e doutrinação ideológica, então promovida pela ditadura foi criado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) logo após a instauração do golpe militar de 1964. O Programa foi fruto de um acerto em Washington D.C., em coordenação conjunta com as novas autoridades brasileiras e sob a liderança do Smithsonian Institution, sob o comando de Clifford Evan e Betty Meggers, após um encontro feito pelo CEPA.

O objetivo do PRONAPA era o de levantar a potencialidade da maior área possível para futuras abordagens arqueológicas e locais de estudo. O programa se manteve até o ano de 1970 quando foi encerrado. O PRONAPA estabeleceu um programa de levantamento ativo de dados por todo o país, que se mostrou preocupado com a identificação de áreas estratégicas ao controle do território, sendo importante lembrar o contexto da Guerra Fria que afetava a política nacional. O programa contava com uma equipe de 11 especialistas de 11 universidades e museus, sob co-patrocínio do Smithsonian Institution, do Conselho Nacional de Pesquisas e do IPHAN, sendo acertado que sua duração seria de 05 anos.

Estudos que tiveram como grande destaque a iniciativa do casal Clifford Evans e Betty Meggers em coordenar o Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), viabilizou a descoberta de vários sítios arqueológicos

com tradições ceramistas antes ignoradas. Como resultado, o estudo da cerâmica indígena ganhou maior reconhecimento, pois mesmo quando os artefatos arqueológicos encontrados se achavam fragmentados, avariados (seja pela ação do tempo ou vandalismo), eles nos ensinavam muito mais do que apenas atestar ocupação humana, o valor dos achados iam muito além da sua estética. Nos três primeiros anos de sua atuação foram catalogados mais de mil novos sítios arqueológicos (BROCHADO, 1969, p. 05).

A estrutura organizada a partir do PRONAPA constituiu um plano bem elaborado que serve de base até hoje para orientação de pesquisas arqueológicas no Brasil e foi através dele que escolheu organizar os dados nas categorias também americanas de “fases” e “tradições”, originalmente propostas por Willey e Phillips (BARRETO, 2000, p. 45).

Por tradições culturais, de acordo com Jandira Neto, entende-se um conjunto de técnica e estéticas num dado período desenvolvido e reproduzido por uma coletividade, agrupadas em uma dada tradição (conjunto) “pelas comparações sistemáticas de trabalhos extensivos e intensivos, fundamentadas nos mesmos parâmetros, metodologia e terminologia” (JANDIRA NETO, 2014), ou seja, um esforço para uma maior cientificidade da arqueologia que por muito tempo foi uma atividade amadora (não profissional) do ponto de vista seus agentes que não tinham uma formação teórica.

Vale destacar que esta classificação colaborou para uma visão mais ampla sobre a diversidade de nossas populações indígenas, como por exemplo, se percebendo cultivadores oriundos da região Amazônica que compõem “a tradição cerâmica Tupi-guarani de todo distintos das levadas humanas nos pinheirais do planalto basicamente caçadora e coletora, que se destaca por suas casas subterrâneas que formam a tradição cerâmica Taquara” (SCHMITZ, 2006, p. 15).

Contudo, em função do ambiente ditatorial e conservador imposto pelo Regime Militar esse programa também sofreu com o fato que “seus princípios teóricos e empíricos eram muito reacionários” (FUNARI, 2013, p. 24), sendo um exemplo disso, sua compreensão de que os povos nativos eram preguiçosos e o país pobre devido às condições naturais que favoreciam a indolência, sendo que somente com o final do governo ditatorial, em março de 1985, que uma nova fase para a arqueologia se abriu no Brasil, como mencionou Funari (2013, p. 24).

Ou seja, enxergando novas perspectivas no campo da arqueologia histórica brasileira e voltando-se ao “estudo dos grupos étnicos e segmentos subalternos que não tiveram possibilidades de escrever sua própria história, em recuperar memórias sociais, estudar práticas cotidianas e reinterpretar a história oficial” (SYMANSKI, 2009, p. 03). Passando então a desafiar velhos discursos estabelecidos sobre o mito de um povo brasileiro pacífico, cordato, dócil (ou comodamente) satisfeito em aceitar a ordem social, inclusive a escravidão (FUNARI, 2013, p. 25), onde as três “raças” (negra, indígena e branca) formam uma nação cordial graças ao elemento civilizador europeu.

Deste modo ao longo dos 21 anos de repressão política a Arqueologia humanista, que entende que as produções materiais obedecem aos desejos, interesses e contextos de seus elaboradores, foi inicialmente desestimulada e, mais tarde, perseguida. O pesquisador Paulo Duarte, que muito contribuiu nos anos 50 e 60 para o desenvolvimento da disciplina arqueológica e seus colegas, por sua postura em defesa da visibilidade e valorização dos povos nativos, então sofreram restrições de verbas (FUNARI, 2002), repressão que não cessou até que Duarte foi expulso da vida universitária pelas autoridades.

Sua última publicação foi “Fontes para a pesquisa pré-histórica” (1970), que nunca foi distribuída, censurada pelos que o perseguiram no comando do Instituto de Pré-história no qual ele ressalta que “os indígenas, em particular, estavam experimentando a destruição de seu patrimônio, e critica abertamente os novos “invasores bandeirantes do século XX” (DUARTE, 1970, p. 371).

Então como já comentado, apenas em 1985, com a redemocratização do Brasil, que os arqueólogos se viram livres para tornar a se comprometerem com os grupos historicamente marginalizados, ignorados. Nesta década de 1980 que a Arqueologia Histórica se institucionaliza

Nisso a arqueologia no Brasil tem contribuído, em especial no subcampo da etnoarqueologia (estudo etnográfico feito por arqueólogos em sociedades atuais com o objetivo de obter informações que ajudem a compreender sociedades do passado.), na correção de injustiças históricas, ajudando com subsídios “na elaboração de laudos judiciais sobre áreas identificadas e delimitadas como terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, em conformidade com o que estabelece a legislação brasileira” (OLIVEIRA, 2012, p. 28), bem como de igual valor

quanto a “estudos ligados à demarcação de territórios de comunidades remanescentes dos quilombos”.

### 2.3.3 Sobre a gradual emancipação do conhecimento arqueológico

Durante boa parte de sua existência a Arqueologia foi vista como auxiliar da Antropologia ou da História (GHENO; MACHADO, 2013, p. 166). Tendo a sua gradual emancipação se iniciado com uma conscientização de que a arqueologia é um conhecimento distinto de outras ciências humanas, a partir da formação de um estudo autônomo e sistemático da pré-história, em função de que somente pelos resquícios da cultura material seria possível compreender a esta fase da história antes do surgimento da escrita.

Essa constituição de um estudo autônomo, distinto do antiquarianismo então em voga, se fez de dois movimentos distintos. O primeiro no início do século XIX na Escandinávia com a invenção de novas técnicas para a datação de achados arqueológicos que tornou possível “um estudo completo de períodos mais recentes da pré-história” (GHENO; MACHADO, 2013, p. 166; TRIGGER, 2004, p. 94). Ao passo que o segundo começou na França e na Inglaterra, esta última pioneira no estudo do paleolítico (TRIGGER, 2004, p. 94). Dentre os saberes que passam a orientar a arqueologia, há a geologia, com o estudo da estratificação das rochas apresentado por James Hutton em seu livro “Teoria da Terra”, de 1785.

Feita esta arqueologia em desenvolvimento uma disciplina sob a influência positivista ao estabelecer a concepção de uma linha de evolução cultural que, contudo, não se limitou a gravitar em torno dessa visão de uma pretensa realidade evolutiva, já que ela não demorou a vir buscar “compreender as tecnologias e as economias de subsistência de povos pré-históricos e os ambientes em que eles viveram, assim como tentaram vislumbrar alguma coisa de sua vida social e de suas crenças religiosas” (GHENO; MACHADO, 2013, p. 166, p. 109).

Lembrando Vitor Oliveira Jorge (1990, p. 368) que a arqueologia somente a partir dos trabalhos de Gordon Childe, na década de 1920, iniciou uma caminhada em direção a uma maior autonomia em relação às demais áreas. Afirmção de igual opinião a de Bruce Trigger (2004, p. 209) que o conceito de cultura arqueológica que confere a esta ciência humana uma condição de maior autonomia começou com a publicação do livro de Gordon Childe (1893- 1957) intitulado “The Dawn of European

Civilization” (A aurora da civilização europeia), quando uma noção de cultura arqueológica “tornou-se um instrumento de trabalho de todos os arqueólogos europeus” (TRIGGER, 2004, p. 209).

Ainda que a despeito destes avanços, a subordinação desse campo em relação à história e a antropologia, segundo Arno Kern (2017, p. 36) perdura até a década de 1960, ao dizer que somente nesta década se verifica um processo de autonomia como ciência ainda nova e, portanto, em construção (KERN, 2017, p. 36).

Podendo ainda ser frisado que a arqueologia não é um estudo direto de uma sociedade no passado, mas sim uma busca indireta por se compreender toda uma dinâmica de grupos humanos do passado a partir dos “vestígios que sobreviveram ao tempo, que são estas pistas estudadas que a arqueologia analisa diretamente” (KERN, 2017, p. 37). Ou seja, através dos fragmentos do passado que chegam até nós, tenta-se reconstruir a história destes que os produziram em seu cotidiano.

A arqueologia tende a ser de amplos desdobramentos por causa das várias relações multidisciplinares que ela mantém com as ciências humanas (antropologia, história), com as ciências da natureza (física, biologia, geologia) e com a própria matemática, através da arqueometria. Por exemplo, podendo ela se aproximar com áreas como a geografia e a topografia, quando ela se especializa no uso da fotografia aérea do terreno para melhor identificação de construções e/ou alterações outras na paisagem.

Já em dependendo do seu foco de estudo, como fósseis, os métodos empregados se assemelham ao da paleontologia, com trabalhos de campo e escavações, que requer antes a organização do grupo de pesquisas e instalação do acampamento logístico. O ofício do arqueólogo se observado mais atentamente, facilmente se percebe um campo de atividade dos mais complexos em relação a outros campos de saber dentro das chamadas ciências humanas. Ingrid Zahlouth e Rodrigo Paiva (2012, p. 42) nos explicam como arqueologia do se fez uma disciplina que estuda as sociedades humanas pelos vestígios deixados no passado que podem ser artefatos das mais variadas naturezas, construções, alterações no meio ambiente, etc.

Suas pesquisas logo estão sustentadas em restos materiais que nos permitem lentamente vir a desvendar como eram as atividades culturais de um determinado grupo já extinto (que não se faz necessariamente somente um povo que não mais existe, podendo também abranger uma cidade, um povoado, um

estabelecimento, um cemitério, etc.), inclusive buscando perceber possíveis transformações sofridas num determinado lugar e tempo no espaço. Em suma o arqueólogo é um profissional responsável por um estudo do “túnel do tempo”, por assim se dizer ao realizar importantes ligações entre o passado e o presente “a partir da coleta de informações que servirão de subsídio para a atualidade e criarão perspectivas das mais diversas para o futuro” (AMORIM, 2010 *apud* ZAHLOUTH; PAIVA 2012, p. 43).

Uma tarefa que não pode ser vista sob uma ótica simplista de meramente trazer à tona fontes históricas que auxiliem a produção historiográfica, tal como podemos ver num breve exposto de Bruce Trigger (2004, p. 33) ao comentar que:

A arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material. Os arqueólogos também têm de recorrer a princípios uniformitaristas para que possam valer-se do entendimento de processos biológicos e geológicos contemporâneos na inferência de como tais processos ajudaram a configurar o registro arqueológico (TRIGGER, 2004, p. 33).

Devendo sobre isso se destacar que qualquer fragmento do passado encontrado é relevante para se conhecer a história seja ele um resto de fogueira deixado por populações primitivas, seja resquícios de materiais descartados em algum momento da história qualquer pista do passado é relevante, igual Carlos Azevedo Netto comenta sobre que:

[...] artefatos são considerados fonte de informação do comportamento de grupos que os utilizaram pela recuperação desses dados, descrever e entender os comportamentos humanos no passado, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fóssil de uma ação ou conjunto de ações, que acaba por expor determinada forma de comportamento, o que leva a considerar um sistema cultural em que há a transferência da informação de condutas, crenças, valores e modos de fazer. Assim, o conjunto de objetos recuperados pelo arqueólogo, parte da cultura material, é um segmento significativo de um sistema cultural mais amplo (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 7).

Entendida essa distinção entre a arqueologia e a história, vemos como a primeira fornece subsídios variados à segunda. A arqueologia pode colaborar no preenchimento de lacunas que a história, se isolada, não tem como o fazer.

#### 2.3.4 A relação da arqueologia com a História.

Primeiramente precisamos ver o que vem a ser materialidade no estudo histórico. Pois quando se fala em materialidade – objetos materiais deixados pelo Homem (como construções, ferramentas, obras de arte, etc.) não raro, sob um senso comum, se imagina primeiramente construções duradouras legadas pelas classes mais abastadas, como suas moradias, templos, etc.. De forma geral, os resquícios materiais legados pelo dito “homem comum” ainda não costumam a ter igual visibilidade.

Por mais que esta visão esteja a mudar, conforme começamos a ver, o que chamamos de cultura material (que pode ser qualquer conjunto de objetos e/ou estruturas criadas ou modificadas pelo Homem) como algo mais amplo, incluindo também aos vestígios da presença humana que, ao senso comum, podem mesmo parecer sem importância.

Sendo que sobre esta afirmação, podemos citar, dentre outros exemplos, os resquícios enterrados de carvão vegetal que ao serem encontrados podem indicar diferentes evidências da trajetória do ser humano. Para tanto se entendendo que estes vestígios de carvão citados podem oportunizar a descoberta de queimadas provocadas pelo Homem em dado espaço (demonstrando que ele já promovia mudanças em seu ambiente), ou mesmo atestando a ocupação humana a partir de determinado tempo (ao se calcular a idade deste carvão). Ou então, modificações intencionais nas formas do relevo que, à primeira vista, podem ser confundidas com ação da natureza, como é o caso dos aterros (mounds, montes em inglês) que se fazem grandes morros artificiais. Logo, quaisquer realizações materiais de um indivíduo, em qualquer época do passado, constituem objeto de estudo.

Assim, sendo a cultura material pode ser entendida como um conjunto de elementos que representam condutas, gestos e ideias, tanto materialmente como simbolicamente, inseridas nas relações cotidianas (GHENO; MACHADO, 2013, p. 165). Ou mesmo podemos dizer que ela é a representação de um comportamento de um passado que reflete a cotidianidade das culturas humanas (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010, p. 63).

Deste modo compreendemos que o estudo destes resquícios materiais permite um aprendizado sobre um dado fragmento do passado tanto quanto as fontes escritas, se considerarmos que uma proporção significativa das populações,

excluídas do poder, conseqüentemente, se encontram omitidas nos registros escritos (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010, p. 63). Omissão que, porém, não os excluem da História “onde sempre estiveram inseridas, mas que ainda continuam imersas” (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010, p. 63), em vista das resistências que ainda se mantém em observar o registro histórico como algo além do documento formal, tal qual Monteiro (2002, p. 02) comenta.

Portanto, ao se buscar preencher as lacunas da História documental se faz possível uma história mais ampla, do ponto de vista, que os elementos antes omitidos ganham visibilidade. Ou seja, o uso da cultura material no estudo da história oportuniza através da análise dos objetos utilizados no cotidiano das pessoas a se conhecer aos diferentes costumes de seus indivíduos. Assim como por meio da observação dessa cultura material identificar as mudanças e permanências nas relações sociais e culturais de quaisquer sociedades.

Os artefatos, portanto, se constituem em rica fonte de estudo, de investigação, de conhecimento sobre os processos históricos das mais diferentes sociedades, grupos e pessoas. Permitindo esta perspectiva aos estudantes um ângulo da história além daquele que retrata principalmente às elites, possibilitando um maior interesse deles por uma ótica diferente ao permitir visibilidade aos que costumam a ser ignorados pela história oficial.

Por isso sendo válidas as experiências de levar esta arqueologia para a sala de aula como a desenvolvida por Vanessa Chucailo (2016) com turmas do 6<sup>a</sup> ano no Colégio Estadual São Cristóvão (União da Vitória/Paraná) em que em cada primeira aula de História buscou fazer uma introdução definindo principais conceitos que se referem à arqueologia, como sítio arqueológico, vestígios materiais, fósseis, diferença entre o arqueólogo e o paleontólogo, não visando decorar conceitos, mas que as turmas participassem e assimilassem o conteúdo.

Trabalho que se seguiu com um grupo de estudantes que deveria tentar reproduzir um artefato lítico com materiais fornecidos para a oficina (cordas, madeira e rochas), o devendo fazer sem uso da linguagem verbal, apenas gesticulações (CHUCAILO, 2016). O objetivo da oficina era o fortalecimento do sentido de coletividade e o trabalho conjunto, pensando o cotidiano das comunidades primitivas, que ao final da dinâmica, o grupo relatou sua dificuldade da tarefa, “passando a valorizar mais os artefatos líticos ao perceberem o quanto era difícil produzir um material desses” (CHUCAILO, 2016).



Configurando uma experiência prática que oportunizou maior sensibilização sobre as chamadas populações primitivas, permitindo observarem às habilidades técnicas destas mesmas, que em geral o ensino de história meramente teórico não valoriza. Fazendo-se uma historiografia que oportuniza se conhecer aos seus agentes anônimos e que pode levar nossos alunos a alcançar uma maior identificação com esta visão histórica assim apresentada.

Isso porque tal narrativa que assim se apresenta, ao contar a trajetória dos personagens anônimos de outrora, que igualmente construíram a história tanto quanto aqueles cujos nomes foram perpetuados nela, um olhar mais atento aos agentes históricos da atualidade, dentre os quais nossos próprios estudantes. O que leva à história uma necessidade de auxílio nesta tarefa de construção de uma narrativa que não se apoia somente em documentos.

O que faz com que a arqueologia seja, sob esta perspectiva, importante para a História. Pois é por meio da utilização da arqueologia que se descobre, cataloga e ajuda a explicar uma série de objetos que servem de fontes históricas para o trabalho dos historiadores. Como, por exemplo, o cotidiano dos escravos no período do Brasil Colônia e do Brasil Império se torna mais nítido ao se estudar as ossadas que permitem se conhecer, dentre outras informações, sobre sua expectativa de vida, doenças, etc.

Além disso, como bem coloca Pedro Paulo Funari (2008, p. 101) o material arqueológico contribui para a melhor compreender as fontes literárias e arquivistas ou percebermos as omissões destas (como fatos e personagens por alguma razão ausentes ou pouco mencionados nos registros escritos). Uma vez que podem mesmo revelar “diferenças e contradições entre as fontes, de modo a tentar melhor interpretar seu objeto de estudo” (FUNARI, 2008, p. 101). Posto que a chamada história oficial mostre uma versão conveniente aos interesses de quem a promove. E por isso nem sempre correspondem à realidade dos fatos.

Portanto, os vestígios materiais oportunizam a revisão de narrativas sobre o passado e, até mesmo, de conceitos antes encarados como sacralizados no ensino de história. Tais como, por exemplo, a definição da chamada pré-história, uma vez que o principal critério para esta separação entre o que pertence ou não à história é o uso do documento escrito. Definição forjada pela mentalidade da objetividade positivista que, sob a compreensão de que a história transcende à trajetória de governos e ditos “ilustres”, então não tem mais sentido.

Tendo, além disso, o agravante de que esse conceito acaba por excluir todas as populações que, de algum modo, uma vez colocadas sob essa classificação são marcadas sob o estereótipo de atrasadas; por isso devendo ficar à margem da história que, deste modo ainda privilegia ao “homem branco, europeu, cristão, adulto, rico e hegemônico” (DMITRUK, 2014, p. 291) em detrimento dos que não se encaixam neste padrão. Assim como vale se reforçar quanto à tendência no senso comum em ver nossos indígenas como uma mesma coletividade em termos culturais (como já o vimos no primeiro capítulo).

Equívoco que a arqueologia corrige por meio de observações que, não raro, se fazem despercebidas a um pesquisador não preparado para detectá-las. Sendo um exemplo ao se estudar aos sítios da tradição Umbu (que existiu entre 12 e 13 mil anos no sul do Brasil, São Paulo e Argentina) os percebemos quase sempre nos litorais onde se encontram os sambaquis, uma vez que as matas tendem a ser território da tradição Humaitá (que se forma em torno de 6.600 anos atrás aproximadamente) (SCHMITZ, 2006, p. 18), de resto se percebendo diferenças significativas somente no fato de que a indústria lítica da tradição Humaitá é mais diversificada.

Por esta razão se entende que a história em constante articulação com a arqueologia não só dá voz aos povos sem escrita para mostrarem mais do que a sua existência em algum momento do passado. Uma vez que esta história apoiada pela visão destes outros conhecimentos consegue perceber, por exemplo, diferentes relações ecológicas de populações com o seu ambiente que assim podem nos acrescentar mais benefícios do que privilegiarmos às conquistas de um general renomado.

Diante da complexidade de elementos, dos quais analisamos alguns somente, dentro de qualquer cultura material (que apresenta um vasto de leque de aspectos que podem vir a ser estudados), não há dúvidas de que a arqueologia vai além da mera curiosidade pelo passado. Ela permite à constante de revisão sobre o que se entende ter acontecido em outros tempos.

Contudo, qualquer informação sobre a trajetória humana que se busca pode apresentar várias formas e diferentes naturezas. Ou seja, um conhecimento subjetivo que não está livre de questionamentos quaisquer. Devendo em meio a esta observação termos a consciência de que tal qual o historiador, o arqueólogo, igualmente como um estudioso legitimado do passado, não pode ser encarado como

neutro em seus apontamentos, de modo que ele também pode “se mostrar um validador de discursos que, não raro, reproduzem formas de dominação” (MORALES, 201, p 114).

Portanto, rompendo com a objetividade positivista que se manteve sólida até o final do século XIX, baseada primordialmente em documentações escritas como prova de verdade, enquanto que os registros arqueológicos eram vistos como meros enfeites (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010, p. 63) a complementar meramente ao que diziam as (então entendidas pela Escola Metódica como) “únicas” fontes históricas confiáveis. O que faz com que, cada vez mais a assim entendida como História tradicional começou a ceder espaço a um interesse pelo cotidiano das pessoas comuns.

O que somente foi possível em boa parte devido a essa colaboração das pesquisas arqueológicas podendo ser ter uma compreensão mais ampla de mudanças e permanências de sociedades através do estudo de sua cultura material, inclusive a constituída de artefatos de uso cotidiano, legados à posteridade de forma involuntária. É então que a partir desse século XX que a arqueologia começou a marca uma contribuição mais significativa para o desenvolvimento da historiografia, tal como Pedro Funari (2008, p. 92) coloca expondo como, por exemplo:

O uso extensivo das fontes arqueológicas, as referências às escavações, aos artefatos, transformou a monumental obra de Braudel [...] ao mostrar que as fontes arqueológicas não eram importantes apenas para os historiadores da Antiguidade, mas também para os que lidam com a História moderna. Com a descoberta arqueológica dos tabletas de argila da Mesopotâmia e sua decifração, o historiador Samuel Noah Kramer mostrou que podíamos saber mais sobre a vida cotidiana do terceiro milênio a.C. do que sobre como viviam nossos bisavós! [...] e a obra do filósofo Michel Foucault teve peso singular, ao estudar as clínicas e as prisões, instituições que antes pareciam naturais e que Foucault mostrou serem de fato históricas e muito recentes.

Compreendida então a contribuição oferecida pela arqueologia por meio de um estudo da materialidade de uma coletividade, pode ser interessante observarmos a uma das fontes muito comuns na análise de vestígios da trajetória humana: a cerâmica.

## 2.4 MUITO MAIS DO QUE UMA MISTURA: A CERÂMICA

Então após o relato dos elementos que apontam para se perceber a importância da arqueologia para os achados ceramistas bem como essa disciplina se organizou em território brasileiro, poderemos nos ater a cerâmica marajoara especificamente quando iremos a partir deste momento, analisar a cerâmica legada por estes antigos marajoaras. Primeiramente observando sua complexidade cultural expressa através de seus motivos ornamentais que denotam além da elaborada estética também revelam outros valores como uma vasta mitologia, que por ora, pode somente ser deduzida em vista da falta de outros referenciais, tais como relatos escritos, assim como uma ampla estratificação social, dentre outros aspectos.

Em seguida, observando elementos mais pertinentes em relação às técnicas de elaboração desta cerâmica, dentre as quais formas de acabamentos por meio, por exemplo, de incisão ou excisão; tal como sua forma de modelagem, no caso por meio do acordelamento, para assim obtermos uma compreensão mais clara sobre a caracterização desta cerâmica, a qual, com estes expostos, nós podemos adentrar as normas sociais deste povo que tanto podem ser analisadas por meio da ornamentação de suas cerâmicas, como pelos seus morros artificiais tesos, sendo estes o último objeto do presente capítulo que, ainda trata de uma manifestação única (em vista de não ter sido desenvolvida por outras coletividades) desta cultura arqueológica marajoara que, por esta razão, recebe uma menção à parte: as chamadas tangas de barro.

Deste modo, objetivamos compreender melhor às manifestações culturais deste povo expressas em sua cerâmica possibilitando uma visualização mais ampla possível sobre como era a cultura, a mentalidade, o modo de vida desta coletividade com base nos registros materiais que, infelizmente, nos deixam incontáveis lacunas que, talvez um dia venham a ser preenchidas. Contudo, primeiramente precisamos observar mais atentamente a relevância do artefato cerâmico em si para a compreensão do passado e também do modo de vida de nossas populações aborígenes como veremos agora.

### 2.4.1 A cerâmica indígena – aspectos gerais

Antes de nos atermos a população marajoara, devemos compreender a relevância da cerâmica como um todo nas sociedades indígenas. Inclusive sua simbologia, pois o patrimônio cultural de qualquer coletividade não deve observar somente a sua materialidade, pois as conceituações imateriais de quaisquer sociedades a estudarmos podem muitas vezes nos ensinar muito mais do que do que meramente se atermos à suas técnicas.

Podemos ver que os índios não têm a mesma compreensão que nós criamos para o que designamos arte, uma vez que sua arte, em geral, tem mais uma função social e utilitária além da mera estética, ou seja, sempre visa a alguma forma de uso, além de que entre as populações aborígenes não existe a figura do artista como um indivíduo com a preocupação maior em promover uma criação incessante do novo, mas sim de alguém comprometido primeiro com a preservação da tradição herdada (LAGROU, 2010, p. 34).

O que não diminui o fascínio pela beleza dos artefatos das inúmeras populações indígenas, como por exemplo, vimos no capítulo anterior, a cerâmica marajoara ser grande atrativo em museus e coleções particulares nos EUA e Europa, o que se deve inclusive pela complexidade de suas simbologias que bem demonstram uma vida espiritual em nada rudimentar, quando pelo contrário atraente em vir ser cada vez mais conhecida, como podemos ver em Els Lagrou (2005, p. 70) que nos explica que nas sociedades indígenas o campo abrangido pela “arte” é amplo, expresso de diferentes formas, das mais passageiras pinturas corporais às permanentes edificações (que por sua vez podem incluir um simples agrupamento megalítico como, por exemplo, na localidade de Calçoene no Amapá; até cidades como Machu Pichu no Peru), diversidade de elementos e intencionalidades que englobam também aos artefatos de uso cotidiano e ritual, assim como elementos não materiais, no caso manifestações e músicas.

Mas, tratando das peças cerâmicas em especial, a maior marca da cultura marajoara a nos aprofundarmos mais adiante, os artefatos e os grafismos, em particular, sempre guardam em sua elaboração redes de interação complexas e dinâmicas, registrando, ações, emoções, significados e sentidos, podendo ser citado como exemplo disso, a etnia Karajá que vive nas margens do rio Araguaia, nos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso que Darcy Ribeiro (1986, p. 55) nos

comenta que estes indígenas, assim como outros grupos nativos habitantes do cerrado “[...] têm uma nítida propensão para peças majestosas montadas em armações rígidas e sua característica principal é suntuosidade cenográfica” (RIBEIRO, 1986, p. 55).

Podendo citar, por exemplo, como essas peças em geral detinham inclusive a atribuição de transmitir informações variadas sobre a sua sociedade, tais como suas normas sociais vigentes, deste modo essas peças guardam informações propositalmente nelas fixadas, assim o sendo, portanto consideradas como “textos” sem grafias, os quais, por meio de pesquisas de comparação com outras culturas ainda existentes nos permitem entender muito da sua trajetória, suas mudanças, etc., podendo também pelo seu estudo se aprender aos domínios técnicos (espessura, tratamento da superfície, teor de queima, etc.) que se desenvolveram e como foram suas etapas.

Sobre as populações nativas estudadas pela arqueologia é mais comum a ocorrência de cerâmicas em potes, urnas funerárias, pratos, cachimbos e estatuetas, dentre outras. As técnicas de manufatura comumente se fazem da sobreposição de roletes de argila (em função do desconhecimento da roda de oleiro pelas populações nativas americanas), que em geral recebem um tratamento de superfície alisado, e seu acabamento com porções de argila calhadas até que se alcance a forma desejada permite então outros tratamentos como o polimento e o engobo, que consiste em um banho de argila pigmentada (em cores como, por exemplo, o branco e o vermelho) também podendo se fazer presentes outras técnicas de acabamento como revestimento de cera e fuligem pós-queima.

Todavia, as decorações e as técnicas de confecção das cerâmicas variam de acordo com os costumes e a tradição do grupo que as fez, o que por sua vez leva o estudo destas peças serem agrupadas no que chamam de tradições, ou seja, à frequência temporal com que uma técnica e elementos decorativos aparecem em conjuntos de artefatos arqueológicos (ARAÚJO, 2007, p. 10), nisso ficando mais claro porque podemos ouvir falar em Tradição Itararé, Tradição Una, Tradição Uru, etc.

A complexidade deste estudo também pode levar a outras categorizações, como a chamada fase que se aplica a qualquer complexo de cerâmica, assim como também lítico (em pedra), padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais locais de estudo, portanto, os artefatos cerâmicos,

independentemente de o serem peças intactas ou apenas fragmentos (cacos) revelam muito da identidade da sociedade que os produziu, refletindo o universo cultural do grupo, podendo então por meio de seu estudo termos indícios sobre sua estrutura social, sua religiosidade, etc., uma vez que toda a produção material reflete muito do modo de pensar da coletividade que a executa.

Além disso, Darcy Ribeiro (1986, p. 30) explica como a arte indígena quase sempre tem finalidade mais prática, não se limitando a ter seu sentido de ser em apenas ser visto, apreciado, admirado, de modo que todos os seus objetos decorados e entalhados, suas cerâmicas e cestarias, os enfeites para o corpo, as artes musicais, as danças, etc. têm funções específicas bem definidas. Para os índios em geral, o importante não é a mera posse de um objeto belo, mas ter os artistas ali, fazendo e refazendo a beleza, ademais podemos nos ater deste ponto em diante à importância que a cerâmica tem como um todo no imaginário humano, devendo se entender por cerâmica, como já foi exposto antes, qualquer material feito de argila, barro, cozido sob baixas temperaturas.

Logo, não são raras as histórias indígenas em que a cerâmica tem grande relevância, como, por exemplo, entre os Taulipang, uma população nativa de Roraima, que se contava a história de uma cabaça mágica que fornecia os mais variados tipos de peixes (BALDUS, 1960, p. 38), assim como entre os Tembés se atribuíam que a noite surgiu de um vaso quando o mesmo foi quebrado, ocorrendo que não somente entre as populações aborígenes o barro se fez um elemento de forte impacto, podendo assim ser citado o mito grego da criação da humanidade pelo titã Prometeu que moldou os seres humanos, justamente do barro. História esta que, por sua vez, lembra o livro do Genesis – Velho Testamento – em que o Homem tem origem justamente do barro modelado assim por Deus, histórias que mostram como a cerâmica transcende seu uso para o armazenamento de água e alimentos.

Jessica Curado (2012, p. 04) explica que a terminologia “cerâmica” é de origem grega “keramos” que significa material queimado, sendo sua ocorrência conhecida desde o Paleolítico Superior. Nisso, fica claro que o estudo de cerâmicas de sociedades antigas vai além de aspectos da vida econômica.

A cultura evoca interesses variados, por isso sendo campo de interesse da sociologia, antropologia, história, economia, entre outras. Logo, ao se falar de cultura, se perpassa diferentes campos da vida cotidiana, devendo se destacar o que Jorge Ailton Almeida (2016, p. 131) colocou que nas culturas indígenas antigas,

diferente da contemporânea, a arte não se fecha em si e nem se apresenta como uma representação pessoal em que o artista se vê envolvido. A arte na cultura indígena é posta como parte integrante da própria vida, ocorrendo assim que a morte se faz de extrema representatividade nestas culturas, assim pode se entender como a cerâmica funerária é uma manifestação artística muito comum em diversas culturas indígenas antigas.

Além disso, se faz pertinente reforçar que em nenhum momento interesse pelas manifestações culturais-materiais de nossos índios pelo dito “civilizado” se configura como um fenômeno recente, uma vez já visto anteriormente que o atrair e, conseqüente, recolhimento de objetos materiais das mais variadas culturas indígenas já começou desde o que chamamos de descoberta da América pelos europeus e quanto mais exóticos **sob o ponto de vista desses invasores**, mais eles atraíam a atenção dos mesmos.

Justamente um problema que muito compromete a uma visão real (do ponto de vista que não tomada de estereótipos como já o comentamos e ainda os abordaremos em seguida) do legado cerâmico marajoara.

## 2.5 A VISIBILIDADE ATUAL DA CULTURA MARAJOARA: IDENTIDADE E CAPITALISMO

Atualmente, a visão que mais preenche o imaginário dos que visitam a região do Marajó e arredores, atraídos por esta cerâmica, tem início na década de 1970. Para ser mais exato, no distrito de Icoaraci, localizado a 20 km da área urbana de Belém, capital do Estado do Pará. Local que abrigava diversas olarias que viviam principalmente da produção de tijolos e telhas. Logo, dotado de certa tradição ceramista. Foi então que um morador local, Raimundo Saraiva Cardoso, na época com cerca de 40 anos de idade, foi visitar uma exposição de arqueologia no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. Lá ele ficou fascinado com os vasos, urnas funerárias, estatuetas, etc.. Ou seja, com a cerâmica arqueológica da Amazônia, que ele até aquele instante não conhecia.

Foi assim que lhe ocorreu que se os índios puderam produzir algo, ao seu entender, tão fantástico, apenas com o barro e algumas matérias-primas básicas existentes na mata (como pigmentos através da argila, do carvão, etc.), ele também poderia. Mesmo sem o curso primário completo, ou qualquer outra capacitação especial, ele vasculhou todos os acervos que pode ter acesso sobre o assunto em



bibliotecas. E não se limitou apenas ao que encontrou nos livros. Pois ele também entrevistou arqueólogos, buscando aprender sobre os processos criados por esses indígenas na produção desta cerâmica que tanto lhe chamou a atenção. Buscando não apenas aprender a reproduzir suas técnicas, quando também se preocupou em entender seus contextos de uso, sua simbologia, etc. Em linhas gerais ele se dispôs a conhecer toda a história (que lhe era acessível) dos povos que a produziram.

Incluindo, entre os seus recursos, a existência de um parente que trabalhava justamente no Museu Goeldi<sup>8</sup>. Foi assim que ele conseguiu uma entrevista com o arqueólogo Mário Simões. Um marco importante na sua ideia de reproduzir réplicas da cerâmica arqueológica. Pois, em contato com o próprio acervo, ele pode examinar cuidadosamente as peças originais. Chegando a produzir suas réplicas dentro do próprio museu.

A partir deste momento Mestre Cardoso, como é chamado, iniciou sua trajetória no maior ícone da produção cerâmica no Estado do Pará, com trabalhos vendidos inclusive para museus no exterior. Sucesso que, conseqüentemente, levou dezenas de ceramistas que o seguiram, a estabelecer um pólo de produção cerâmica no Distrito de Icoaraci, em Belém. O qual até hoje se sustenta com a exportação de todo o tipo de peças cerâmicas, não só para o Brasil, como também para o exterior. Ocorrendo que a repercussão destas reproduções levou a outros centros se formarem, apostando no sucesso desta ideia, em Santarém (PA), no estado do Amapá e na própria Ilha de Marajó.

Essa produção e venda de cerâmica “arqueológica” é o que sustenta centenas de pessoas, motivo pelo qual vários órgãos públicos, privados, associações de classe e a mídia buscam a estimular. Isso faz com que aja uma ampla divulgação do que se diz ser uma “cultura marajoara” principalmente (pois objetos de outras culturas arqueológicas são também reproduzidos, mas em menor escala). Todavia, hoje a maioria das peças feitas por estes artesãos – em torno de 90% delas - não tem a menor preocupação em serem réplicas das peças arqueológicas, mas releituras variadas de livre inspiração na sua ornamentação, nos grafismos, formas e decoração, ainda que as pessoas comumente acreditem serem reproduções de artefatos arqueológicos.

---

<sup>8</sup> O Museu Paraense Emílio Goeldi fundado em 1866, é um museu público vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, localizado em Belém, capital do estado do Pará. Fonte: <https://www.museu-goeldi.br>. Acessado em: 20 dez. 2020.

Ana Maria Linhares (2011, p.03), nos explica que destas produções, a maior parte é vendida em lojas de turismo da cidade, assim, como no Mercado do Ver-o-Peso, locais onde esses objetos são atribuídos de novos significados e funções, ao público consumidor, de variadas formas: “em lojas de turismo dentro de shoppings ou magazines, são dispostos como “intocáveis” e como objetos de arte, à mostra em vidraças ou pedestais, em feiras e mercados, onde devem ser tocados para serem levados” (LINHARES, 2011, p. 03).

Tamanha multiplicidade de liberdades artísticas, alguns autores os chamam de produção “neo-marajoara”, pois são re-apropriações de objetos antigos no tempo presente, onde “motivos marajoaras convivem ao lado de paisagens e representações contemporâneas de pássaros e outros animais, inexistentes na cerâmica arqueológica” (SCHAAN, 2007, p. 113). Residindo uma problemática neste aspecto não pela releitura desta manifestação artística realizada pelo artesão, mas sim a falsa ideia de que em vez de uma inspiração se faça a continuidade desta tradição que, não raro é desprezada e assim seu legado deturpado, por mais que alguns o possam julgar como meramente como num processo de hibridismo cultural.

Ou seja, não a reinvenção, a releitura desta estética em si que aqui se discute, mas uma falsa alegação do contrário ao público leigo em geral de que as peças comercializadas são a continuidade da mesma tradição ancestral iniciada à vários séculos atrás. O que, com isso, acaba ele gerando nesta identidade visual, o problema de uma visão distante do que a arqueologia tem revelado, às vezes mesmo reforçando antigos estereótipos sobre as sociedades indígenas amazônicas.

Assim o fazendo então em uma visão ainda bastante “colonizadora<sup>9</sup>” e colonizada da história pré-colonial, por vezes “minimizando a autoria propriamente indígena da peça, quando a transformam em algo mais “atraente” à estética ocidental” (BARRETO, 2013, p. 116).

Por exemplo, uma erotização exacerbada das representações femininas, onde as peças, supostamente inspiradas nas urnas funerárias e estatuetas arqueológicas, exibem órgãos sexuais de forma exagerada ou pintados com cores chamativas, ou, em situações que os suportes materiais originais são deixados de lado, ficando apenas os desenhos, mais facilmente de serem executados.

---

<sup>9</sup> Se aplicando este entendimento por visão colonizadora, o foco no que se entende como exótico, curioso, atraindo a atenção de seus apreciadores meramente pela sua diferença, não raro, vista sob um prisma mais depreciativo ao ser comparada com a dita cultura “civilizada”.

Portanto, cria-se meramente “um produto onde se destaca mais o falso do que o verdadeiro, ou seja, pouco importa se a cerâmica é “verdadeira” ou simulação do real, onde romantiza-se esse consumo em diálogo com o que conhecemos como racionalidade capitalista”, como mencionou Linhares (2011, p. 25), tal como tem sido em geral as iniciativas de transformar em referência identitária esta rica herança nativa na região amazônica, no estado do Pará e em sua capital Belém (que carece de um referencial próprio, assim o “importando” da ilha de Marajó que lhe é próxima) que “envolvem a comunicação e transmissão de conhecimento arqueológico, em que o arqueólogo está ausente, ou está presente apenas como um negociador, tanto no turismo, como na indústria de suvenires” (BARRETO, 2013, p. 115).

Contudo, sendo preciso reforçar que não recai a crítica em si na prática da releitura ou inspiração na estética marajoara, mas sim, nestes abusos cometidos no sentido de se criar uma visão equivocada e preconceituosa, prejudicando a memória que tenta reconstruir o que se acredita, por meio de seus indícios, ser o real passado. Uma visão assim fabricada, a fim de, com isso, chamar mais à atenção de turistas interessados no “exótico”, ocorrendo que a inspiração na estética marajoara que já vimos se refletir também na arquitetura e decoração, transcende também a outros campos que também se fizeram objeto de estudo acadêmico.

Fenômeno que assim cria um movimento em mão dupla: em que busca uma identidade apoiada na ideia deste antigo legado, ao mesmo tempo em que a nega, conforme cria uma visão do passado que não corresponde à realidade. Ou seja, um esforço de afirmação de uma identidade e não uma busca por de fato compreender ao seu passado. Por outro lado estas releituras também podem ser entendidas como um conjunto aberto e flexível para a expressão cultural local.

Além de que o objeto-réplica preenche a um anseio único – cria a satisfação aos seus consumidores de uma proximidade máxima para como a originalidade que é inacessível. Uma vez que a posse das peças originais atualmente é algo impossível devido à proibição legal de se comercializar a estes artefatos. Ainda que como já vimos anteriormente muitas das peças fabricantes não tem nenhuma relação com o passado de que se dizem serem herdeiras.

Além disso, precisamos considerar como comumente as peças originais são encontradas em fragmentos, por diversas razões, como que a de que as condições do terreno na ilha do Marajó prejudicam a sua preservação. A umidade, intensa, própria do clima equatorial, por este motivo se infiltra no corpo cerâmico das peças

enterradas, tornando a elas um material poroso e frágil. Tendo ainda a ação humana que igualmente é agressiva. Pois os tesos, não raro, são usados pelos criadores de búfalo como pastos, pois estas elevações são o único espaço disponível quando tem início a época das cheias. Logo, a reprodução de réplicas e releituras em nenhum momento aqui tem sido objeto somente de críticas.

Deste modo reconhecendo que as réplicas ajudam as pessoas a vislumbrar ao que se aproxima do que seria um exemplar íntegro, algo que os visitantes nos museus nem sempre tem a oportunidade.

Nisso igualmente vale expor que em Belém, um pólo joalheiro busca também a apropriação desta tradição, que é o Espaço José Liberto. Um Museu de Gemas inaugurado em 2002, com um acervo de 04 mil peças, cinco salas de visitação, que além das gemas paraenses abriga peças/cerâmica marajoara e tapajônica<sup>10</sup>.

Mesmo que uma fascinação nostálgica pelo assim entendido (por turistas e curiosos em geral) como rústico, pelo natural e pelo passado indígena seja feita numa das motivações mais invocadas pelo turismo (LINHARES, 2011, p. 17), “onde a Amazônia é cercada por mitos, histórias e imaginações férteis a respeito compondo um legado que não pode ser ignorado” (LINHARES, 2011, p. 17). Todavia, sendo incentivado neste sentido, apenas:

um simbolismo que possa estar atrelado às peças ou ao “exótico” que é mais atraente à venda, onde muitos de seus produtores, não raro, conhecem pouco sobre os marajoaras de modo que apenas fixam os desenhos ornamentados na cerâmica arqueológica que observam em livros de Arqueologia ou em recortes de revistas com reportagens sobre os objetos e os reproduzem, mas seus significados são desconhecidos (LINHARES, 2011, p. 17).

Criando, sem se perceber disso, usos e abusos da utilização do patrimônio arqueológico local, uma vez que sua postura têm tido o efeito de “afastar o público cada vez mais do universo dos conhecimentos produzidos pela arqueologia onde o público leigo que se interessa por estas manifestações artísticas tende a confundir essa arte marajoara atual com a pré-colonial” (SCHAAN, 2007, p. 112). Notando-se este anseio por uma identidade não somente na venda de artigos, como também na invenção de uma identidade paraense.

---

<sup>10</sup> Sendo esta cerâmica tapajônica uma manifestação de outra cultura indígena distinta da marajoara que se formou na região da atual cidade de Santarém (por isso também chamada de cerâmica Santarena) às margens do rio Tapajós que será explicada na seção *Começando a falar: os primeiros passos da mudança* (pág. 118).

Visto que em relação ao urbanismo e arquitetura da cidade de Belém, também se observa nitidamente influências da cultura “marajoara” em alguns lugares, a qual, contudo, não é única. Pois igualmente se mesclam, aos elementos desta estética criada pela antiga cultura cerâmica marajoara, outras manifestações de sociedades aborígenes distintas, sem nenhuma relação umas com as outras. As quais denotam claramente a busca por uma afirmação de identidade assim forjada.

Dentre as quais, podemos citar, por exemplo, os grafismos na Cuia Acústica da Praça Waldemar Henrique, em esculturas das urnas maracás na frente da Paratur–Pará Turismo (Figura 7, logo abaixo) que no caso é inspirada na cultura maracá<sup>11</sup> e não marajoara, mostrada a fim de reforçar como não só a influência marajoara foi apropriada a fim de se criar dada identidade à capital paraense.

Figura 7 – Maracá da Praça Waldemar Henrique



Fonte: MELO, Diogo Jorge de; MONÇAO, Vinicius de Moraes; SANTOS, Mônica Gouveia dos; AZULAI, Luciana Cristina de Oliveira. Descendentes dos marajoaras: empoderamento e identidade na cidade de Belém. Universidade Federal de Pelotas, **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas: 191 - 210, set.–dez. 2012.

<sup>11</sup> Sendo que esta cultura se desenvolveu onde atualmente é o território do estado do Amapá, às margens do rio Maracá (por isso o nome atribuído a esta cultura) e não no Pará.

Semelhante ao que se vê em uma fonte em praça da cidade de Santarém, outro município que usa o legado cerâmico indígena, neste caso dos chamados tapajônicos em forma de vaso de cariátides tapajônica, latas de lixo com desenhos de pinturas rupestres em Monte Alegre, piso de calçada com desenhos de muiraquitãs. Logo, igualmente se percebendo uma fusão de diferentes elementos culturais distintos<sup>12</sup>.

Figura 8 – Exemplos de representações do legado indígena nas ruas de Santarém (PA)



Fonte: RESEARCHGATE, Jul, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Exemplo-de-equipamentos-urbanos-com-design-inspirado-em-pecas-arqueologicas-A\\_fig1273135049](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Exemplo-de-equipamentos-urbanos-com-design-inspirado-em-pecas-arqueologicas-A_fig1273135049). Acesso em: 02 nov. 2021.

Tal qual nota-se que alguns prédios possuem influências estéticas da cerâmica nativa em suas formas e na utilização dos tons de vermelho, preto e branco, valendo ainda ser citada a sua presença até em algumas linhas de ônibus em circulação na região metropolitana de Belém com imagens de cerâmicas de Icoaraci conforme se vê na imagem seguinte.

<sup>12</sup> As cariátides tapajônicas constituem um elemento da cultura indígena tapajônica enquanto a arte rupestre encontrada em Monte Alegre se faz obra de outras ocupações humanas, tendo ambas em comum apenas a mesma região que recebeu sucessivas levas de populações que ali se instalaram ao longo dos séculos. Ou seja, uma construção cultural semelhante ao que vimos no exemplo anterior da apropriação de elementos da cultura maracá como se pertencendo a mesma realidade dos antigos marajoaras.



Esta constante busca de elementos do passado para o presente, de algum modo, em suma, surge de uma sensibilidade essencial: “a memória, física e psíquica, garantia maior de nossa condição humana, (que) torna-se também uma das principais molduras da criação artística contemporânea.” (CANTON, 2001, p.43). Ou seja, uma exaltação do que já “fomos” que nos inspira nossa capacidade criativa no agora.

Contudo, sobre os impactos da cultura marajoara, além dos pólos comerciais e turísticos, constituídos em Belém principalmente, vale observarmos que a penetração desta antiga cultura arqueológica no imaginário geral como símbolo de identidade de Brasil ainda persiste.

Figura 9 – Reprodução de um exemplar de cerâmica marajoara em ônibus de linha



Fonte: MELO, Diogo Jorge de; MONÇÃO, Vinicius de Moraes; SANTOS, Mônica Gouveia dos; AZULAI, Luciana Cristina de Oliveira. Descendentes dos marajoaras: empoderamento e identidade na cidade de Belém. Universidade Federal de Pelotas, **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas: 191 - 210, set-dez. 2012.

Mesmo quando não percebemos esta influência, podendo, por exemplo, constatar isso nas atuais moedas de um real em que claramente pode se notara presença de motivos inspirados nos grafismos marajoaras. Os quais podem ser bem observados na imagem abaixo que mostra as duas faces de uma moeda de Um (01) real.

Figura 10 – Moeda de Um (01) real



Fonte: LINHARES, Anna Maria. Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira. 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2015.

Tanto como também iniciativas de divulgação desta estética mesmo em lugares onde, à primeira vista, parecem não ter ligação com uma ideia de identidade com o legado marajoara. Pois vale ser ainda comentada também a elaboração no ano de 2017 de oficinas gratuitas sob o título de “O Grafismo e a Arte Marajoara”, projeto de artes que buscava divulgar conhecimentos sobre a cultura Marajoara, evidenciada pelo uso do grafismo por meio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo por meio do Programa de Incentivo à Cultura (ProAC) e da prefeitura de Americana<sup>13</sup>.

Além de Belém, existem outras cidades com pontos de produção com a marca marajoara, são elas: Corumbá (Goiás), Tracunhaém (Pernambuco) e Itaboraí (Rio de Janeiro), além da própria ilha do Marajó, esforços estes em resgatar, recriar esta tradição que também tem o interesse em forjar uma diferenciação em relação ao mundo globalizado. Ou seja, um elemento de distinção em relação a outras coletividades.

Não tendo estas representações preocupação em compreender o passado indígena que é retratado somente em função de seu exotismo, revelando grande desconhecimento, mas também grande curiosidade pelo passado, evidenciando a necessidade de uma educação escolar onde o saber arqueológico não se limite à academia, sendo assim este o desafio que iremos trabalhar no capítulo seguinte, mas, antes disso, serão mostradas outras referências da cerâmica e arte marajoara.

<sup>13</sup> 3S PROJETOS. Começam hoje as oficinas gratuitas de artes o grafismo e a arte marajoara em Americana, 2017. Disponível em <http://3sprojetos.com.br/2017/08/09/o-grafismo-e-arte-marajoara-em-americana/>. Acessado em: 24 out. 2019



## 2.6 CONHECENDO A CULTURA ARQUEOLÓGICA MARAJOARA

Muito falamos sobre a arte arqueológica marajoara e sobre como ela foi explorada com fins ideológicos e econômicos, contudo, pouco conhecendo sobre alguns dos pontos mais relevantes sobre esta cultura arqueológica que tanto repercutiu no imaginário geral de nosso país ao longo de séculos. Por esta razão vamos conhecer agora um pouco mais a fundo sobre estes elementos.

Primeiramente sua arte funerária, sua organização social que se fez perceptível através de seus restos materiais e sua arquitetura composta pelos chamados tesos.

### 2.6.1 Motivos ornamentais em suas urnas funerárias:

Um dos elementos mais destacados na cultura marajoara é o de suas urnas funerárias. Para entender o uso das mesmas é preciso dizer que muitas sociedades indígenas acreditavam que a alma da pessoa ficava apenas nos ossos. Por isso eles enterravam seus mortos sem a carne. Isso, após esperarem que o corpo secasse ao sol para facilitar a retirada da carne.

Então depois que os ossos estavam limpos, eram cuidadosamente pintados e então depositados nestas urnas. Junto com eles iam junto objetos pessoais, tais como roupas, ou “algum utensílio de importância para aquela pessoa” (AMELIO, 2012, p. 22). Devendo também ser dito que essa decoração e os seus grafismos se referiam inclusive aos aspectos de personalidade de quem estava sendo enterrado. No caso se era criança, adulto ou idoso, ou então homem ou mulher, assim como sua classe social, etc. (AMELIO, 2012, p. 19).

Entendido isso, falando dos aspectos técnicos de suas peças, de acordo com Denise Schaan (2007, p. 103) uma das características mais marcantes da cerâmica marajoara é “o convívio, em um mesmo objeto, de representações naturalistas e representações geométricas, estas últimas chamadas usualmente de grafismos”. Os quais, ao contrário do que se pensava, não eram meros preenchimentos de espaço vazio na decoração destas peças, em verdade se fazendo estes grafismos representação de personagens naturalistas, tal como pode se ver na página seguinte.

Portanto, não há nestas peças simplesmente figuras aleatórias, pois cada elemento posto nelas tem uma função simbólica extremamente complexa. Dentre os

quais caudas, cabeças, patas, cascos de tartaruga, couro de cobras, dentre outros motivos (SCHAAN, 2007, p. 103). Podendo estes motivos tanto ser expressados por meio de excisão: alto relevo, feitos através de camadas de cerâmica, como por incisão: baixo relevo, adquiridos através de escavações sobre a peça (AMELIO, 2012, p. 23). Sempre se objetivando uma mensagem além do mero senso estético. Sua simbologia é extremamente complexa.

Figura 11 - Reprodução um exemplar de urna funerária marajoara



Fonte: SCHAAN, Denise Pahl. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. **Habitus**, Goiânia, v. 5, n.1, jan./jun. 2007.

Como pode se constatar, por exemplo, na vasta representação de animais, que Denise Schaan (1997 b, p. 165) entendeu ser uma possível associação e glorificação da figura humana que “aparece associada a com animais bastante potentes física, fisiológica e simbolicamente falando” (SCHAAN, 1997 b, p. 165). Como é o caso da serpente, que ocorre com grande frequência, nas suas mais variadas peças cerâmicas.

Visto que nessas culturas “a cobra é considerada a mãe de todos os peixes, sendo muitas as cosmologias apoiadas na personagem da cobra grande e uma subsistência baseada na pesca, como é o caso das populações amazônicas”

(CHERNELA, 1989; REICHEL-DOLMATOFF, 1971 apud SCHAAN, 2007, p. 106). Podendo esta ocorrência da cobra como elemento sagrado segundo Denise Schaan ser conferida numa série de reproduções deste elemento em um desenho feito por esta autora, na página seguinte:

Figura 12 – Reprodução de desenhos de cobras em exemplares de cerâmica marajoara



Fonte: SCHAAN, Denise Pahl. **A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara**, EDIPUCRS, 1997a

Sendo uma das razões que favorece esta teoria é uma ausência quase total de outros animais, como por exemplo, os que façam parte de seus hábitos alimentares. No estudo dessas peças pode-se, portanto, dentre outros aspectos, notar que os animais mais comumente representados não são aqueles dóceis, quando sim ao contrário. Justamente animais venenosos e temidos. Pois além das cobras, também há frequentes ilustrações de jacarés e escorpiões. Um sinal de que esses tipos retratados se faziam “representações com estórias mitológicas, relacionados à história cultural do grupo, cuja representação os ajuda a memorizar e reviver essa história em ocasiões festivas e ritualísticas” (SCHAAN, 2007, p. 103).

Deste modo nos convidando a se indagarmos que vasta e rica mitologia que estas populações devem ter cultivado. Junto com o elevado grau de abstração destas sociedades. Sendo pertinente igualmente se frisar que nas sociedades ágrafas (sem escrita \_ que por ora se acredita a civilização marajoara pertencer a esta categoria), a arte cumpre, portanto, o papel de “transmissora do conhecimento cosmológico, mitológico e das tradições” (SCHAAN, 1997 b, p. 24) de modo que o artista pouco pode se dar a liberdade de usar sua imaginação, em vista da responsabilidade que ele tem de “transmitir uma mensagem que seja compreendida por todo o seu coletivo” (SCHAAN, 1997 b, p. 21).

Logo, um primeiro indício de uma vasta e complexa simbologia presente na cultura destas populações. A qual por si só, já é suficiente para se interessarmos pelo estudo destas e demais populações indígenas, diante do fato que, dentre outras contribuições, esta diversidade artística tem inspirado a temática de projetos de design na criação de novos produtos, como Maria da Graça Lisboa e Mariana Barros (2016, p. 02) comentam.

#### 2.6.2 Aspectos da vida social das antigas populações marajoaras, percebidos a partir de seus artefatos cerâmicos:

Nisso, ao se observar melhor, a dados aspectos destas cerâmicas, se nota que em algumas peças há motivos que claramente correspondem aos padrões e formas que se formam na retina do olho “quando o indivíduo está em transe alucinógeno” (SCHAAN, 2007, p. 103). Desse modo é muito provável que fizessem uso de uma prática comum a outras comunidades amazônicas, sendo um exemplo, a ayahuasca. Uma dentre outras evidências desta cerâmica ter sido fruto de uma cultura da região. Tal como o grafismo desta arte que por si só já nos mostra várias semelhanças com a estética de outras populações desta mesma região equatorial.

Nisso, continuando a analisar esta cerâmica, ao vermos suas urnas funerárias, pode se perceber que mesmo esses elementos da sua cosmologia (a cobra, o escorpião, etc.) sempre serem dominantes, elas igualmente trazem constantemente a figura humana em destaque. Por mais que ela sempre venha associada com animais, tais como a cobra, o escorpião, o urubu-rei, o jacaré ou o lagarto, entre outros. E o que isso quer dizer? Rosimeri Toyota (2009, p. 14) sobre isso nos explica que estes símbolos configuram ideogramas, que se combinavam e se repetiam, ainda que seja incerta e arriscada qualquer afirmação que tenham

chegado a desenvolver uma escrita. Mas é uma possibilidade que não pode ser descartada, terem eles desenvolvido um sistema de escrita.

Ademais, sobre essas representações, quando o sexo pode ser identificado, a figura humana é predominantemente feminina, uma amostra que “a matrilinearidade era a maneira organizativa do parentesco” (SCHAAN, 2007, p. 103). O que nos leva a um outro ponto igualmente interessante de se observar: que nessas sociedades as mulheres tinham uma posição importante na estrutura social. Elas eram o elemento primário da família, “exemplificando deste modo que as mulheres não foram submetidas ou subordinadas em todos os continentes ou em todos os momentos” (ABREU, 2005, p. 01). Uma evidência de que a subordinação feminina não é inata nem é um fato universal, ajudando a desconstruir o senso comum machista.

Podendo se perceber também que muitas das representações femininas em estatuetas talvez tenham tido uso ritual em cerimônias de cura (SCHAAN, 2007, p. 09). Além de que a representação do feminino em que a cerâmica marajoara mostra o simbolismo sexual, igualmente gerou a um objeto bastante original nesta cultura: as tangas de cerâmica por parte das mulheres. Triângulos convexos (arredondados) de cerâmica que possuem perfurações nas extremidades, indicando seu uso como vestimenta (PALMATARY, 1950, apud SCHAAN, 2007, p. 110).

Em algumas urnas funerárias, se percebe que a personagem feminina está usando uma tanga, e há relatos de que tangas teriam sido encontradas amarradas por fora de urnas funerárias, na altura da vagina da personagem representada (PALMATARY, 1950, apud SCHAAN, 2007, p. 110). Essas tangas, por sua vez, também se fazem uma evidência de hierarquização das suas comunidades, pois elas são encontradas somente nos tesos da elite, ou seja, naqueles em que há sepultamentos e cerâmica decorada. “Essas urnas se diferenciavam entre si pela exuberância da decoração” (SCHAAN, 2007, p. 110).

Além disso, havia urnas de estilos decorativos diferentes e também urnas sem nenhum tipo de decoração. Sendo possível que muitos objetos cerâmicos não fossem produzidos somente para rituais funerários, mas também para uso em festas e cerimoniais. Tendo parte das peças cerâmicas sepultadas, provavelmente “pertencido ao seu dono durante a vida e com sua morte foi colocado junto ao corpo, tais como os tamboretas, as estatuetas, os machados de pedra e os ornamentos, sendo identificadores do status social do indivíduo” (MEGGERS & EVANS, 1957 apud TOYOTA, 2009, p. 22).

Havendo ainda a cerâmica para uso diário na preparação de alimentos, com uma decoração então bem mais simples, no caso sem representações, apenas com marcas de dedos, raspagens e pinturas simples. Neste caso xícaras, tigelas, pratos, jarros; em geral mais comuns ao redor dos fornos de sua produção.

E como se sabe que comumente as sociedades humanas “tendem a reproduzir no contexto funerário as relações sociais que mantinham em vida, concluiu-se que aquela era uma sociedade hierárquica, que tratava de maneira diferenciada seus membros até depois da morte” (FERREIRA PENNA, 1877; FERREIRA PENNA, 1885; NETTO, 1885 apud SCHAAN, 2007, p. 107). Sendo isso confirmado também pela constatação de que várias urnas funerárias mostravam padrões iconográficos muito semelhantes, “indicando com isso tratar-se de objetos pertencentes a pessoas de uma mesma linhagem ou família uma vez que a decoração das urnas funerárias como sinal de uma identidade social” (SCHAAN, 2007, p. 107).

Portanto, ao invés de uma única grande sociedade marajoara, houve uma série de diversos grupos sociais regionais, ou se preferir “cacicados, que dominavam em sua região, relacionando-se estes uns com os outros, através de casamentos, alianças, festas e, talvez, até de guerras” (SCHAAN, 2007, p. 108). Ocorrendo o fato também de que as urnas estarem bem conservadas, se entendido que a pintura dessas cerâmicas é solúvel em água, de modo que ela poderia ter desaparecido se expostas aos efeitos da intensa e sazonal precipitação pluvial que domina região, ao ver de Anna Roosevelt (1987 apud SCHAAN, 1997 b, p. 56) que “os enterramentos podem ter sido feitos sob templos, que abrigariam ídolos e os corpos de ancestrais, preservando, com essa cobertura, as urnas da degradação natural a que estariam predispostas”.

Aspectos que demonstram uma enorme complexidade muito além de uma simples estrutura tribal, tendo essa sociedade criado claras diferenças sócio-econômicas que ainda “não se sabe se seriam devidas a posições hierárquicas dos indivíduos na sociedade ou diferenças de status entre grupos” (SCHAAN, 1997 b, p. 59). Assim como também relações comerciais entre esses Marajoaras e outras tribos, devido a existência de instrumentos líticos feitos a partir de matérias primas inexistentes na Ilha, como rochas ígneas e metamórficas (SCHAAN, 1997 b, p. 59).

### 2.6.3 Os tesos:

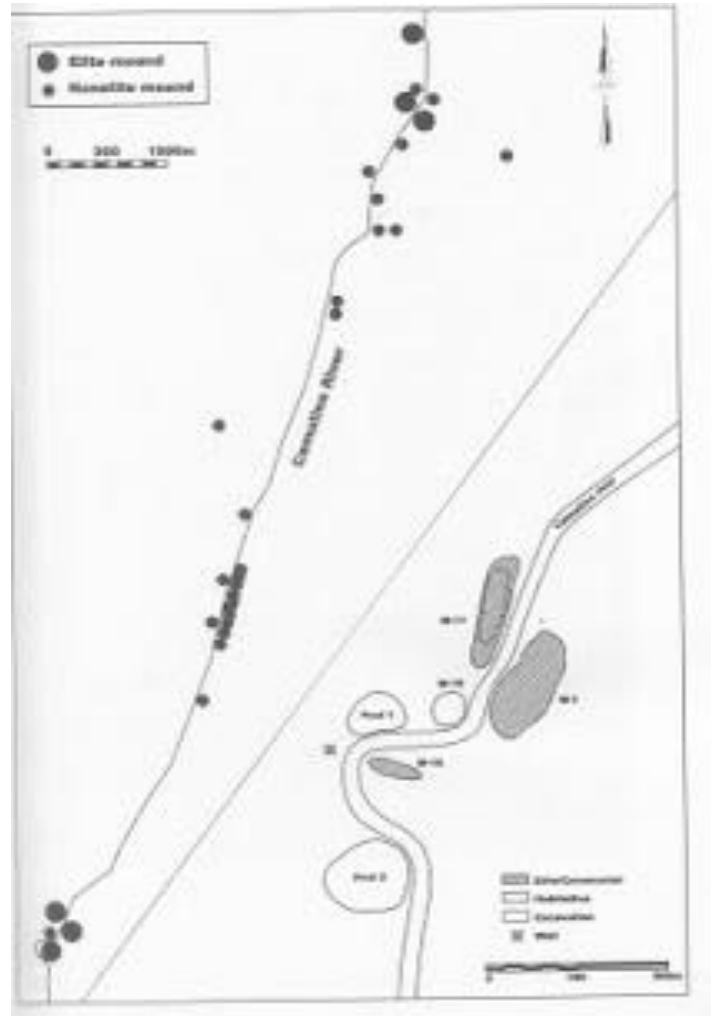
Afirmar que houve uma clara hierarquização entre eles é possível com o estudo de um grupo de sepultamentos no teso Belém, no rio Camutins, em que “várias urnas funerárias que mostravam padrões iconográficos muito semelhantes, indicando tratar-se de objetos pertencentes a pessoas de uma mesma linhagem ou família” (SCHAAN, 2003, 2004 apud SCHAAN, 2007, p 108). Logo, estes fatores demonstraram uma identidade social de vários cacicados ou chefias tribais.

Podendo ser dito sobre os 34 tesos que compõem o sítio Camutins serem arranjados em um padrão linear ao longo do rio, reunidos em três grupos distintos como se pode ver em seguida (SCHAAN, 2004, p. 17). Os maiores tesos (com respectivamente 11, 7 e 5 metros de altura, marcado em cor cinza), contendo cerâmica cerimonial e estruturas funerárias, estavam associados a dois grandes lagos (que podem ser percebidos bem nitidamente no final do mapa presente na página seguinte).

Nisso, reforçando: os tesos eram enormes plataformas de terra, construídas artificialmente. Lá ocorriam as de práticas funerárias, contudo, apresentando elas diferenças tanto cronológicas como geográficas: diferentes estilos de urnas funerárias, dependendo da região onde eram encontradas; tais quais as práticas funerárias pareciam variar com o tempo; mais recentemente, o enterramento secundário teria dado lugar à cremação como prática mais corrente (MEGGERS; EVANS, 1957 apud SCHAAN, 2007, p. 107), etc..

A resistência destes morros, além disso, era aumentada com um recurso original: camadas de argila queimada eram utilizadas para segurar a areia que era adicionada anualmente ao teso, criando “plataformas para cerimônias e calçadas que provavelmente levavam à casa dos chefes e aos templos, configurando-se em estruturas de notável engenharia que conseguiram sobreviver até os dias de hoje”. (SCHAAN, 2009, p. 36).

Figura 13 – Esquema de distribuição de tesos no rio Camutins



Fonte: SCHAAN, Denise Pahl; VEIGA E SILVA, Wagner Fernando. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia*, 17: 13-32, 2004.

Por fim a cerca de três quilômetros rio acima há 15 tesos de vários tamanhos (pontos negros menores no esquema da página anterior) que por certo eram das populações que construíram essas obras de terra e se ocupavam com atividades de subsistência, como pesca, coleta e cultivo de pequena escala. Um último grupo de tesos, composto por três tesos cerimoniais (pontos negros maiores dispostos no ponto mais alto do mapa) e 12 tesos-habituação foi localizado ao longo do curso superior do rio (SCHAAN, 2009, p. 36).

Evidenciando estes achados muito mais à complexidade da organização social destas comunidades que assim não pode ser mais subestimada. Além disso, com base nas proeminências já encontradas, cada cemitério (teso) devia



representar grupos sociais, genealógicos ou cerimoniais distintos, como clãs, linhagens ou grupos residentes, tais como casas de famílias estendidas ou famílias individuais, e deviam funcionar, geralmente, como templos (TOYOTA, 2009, p. 18).

No decorrer dos estudos arqueológicos no Marajó, pesquisadores descobriram que não havia apenas cemitérios, pois em outros tesos a cerâmica decorada e os sepultamentos eram praticamente ausentes; logo esses foram entendidos como locais de habitação (TOYOTA, 2009, p. 18; SCHAAN, MARTINS e PORTAL, 2010, p. 74). Tendo sido estes tesos erguidos paralelamente ao longo de rios e lagos, ainda que alguns tenham sido “construídos no leito mesmo de rios, quando na época de drenagem das águas, como atestam testes de refração sísmica em Guajará”. (ROOSEVELT 1991 apud SCHAAN, 1997, p. 54).

Acontecendo que, mais tarde, Anna Roosevelt (1991), ao escavar dois desses tesos-cemitérios (Teso dos Bichos e Guajará), descobriu também serem estruturas habitacionais; entendendo que aqueles eram os locais de moradia da elite, que sepultava seus antepassados no mesmo local em que moravam, “como forma de manter sua relação com aqueles que eram os donos do lugar e assim garantir e justificar sua posição social diferenciada” (SCHAAN, 2007, p.107-108). Logo, era esta uma estratégia de afirmação das autoridades das classes mais elitizadas. Portanto, uma complexa estratificação social pode ser claramente percebida.

Anna Roosevelt, em 1983, encontrou locais de casas com muitos vestígios de ocupação humana contínua, sendo que alguns montes tinham até 20 fundações de casas sobrepostas umas às outras, além das que tinham entulho de 6 metros de altura em alguns lugares (GIBBONS, 1990). O que reforça a tese de uma sobreposição de ocupações que, por sua vez, nos mostram que estes espaços foram ocupados ao longo de séculos. O que se confirma com a datação por radiocarbono dos escombros, bem como uma análise da estratigrafia dos solos onde a cerâmica foi encontrada, que as pessoas ocuparam os locais continuamente por mais de 1000 anos (GIBBONS, 1990).

## 2.7 TÉCNICAS PRESENTES NA CONFECÇÃO DE SUAS CERÂMICAS

A confecção desse modelo de cerâmica após ela ser cozida se faz a partir da raspagem e o desbaste da superfície com um objeto afiado como cacos ou conchas, produzindo geralmente sulcos fundos e largos, fazendo-se a incisão e a excisão

quando se retira porções de material da superfície antes da queima, que variam em tamanho, forma e profundidade. Somente depois desse processo é que acontece a pintura em grande variedade de cores, características que conferem a esta cerâmica uma configuração de proporcionar grande potencial de releituras estéticas.

Devendo ser observado que, do ponto de vista estético, a cerâmica marajoara detêm formas riquíssimas que muitas vezes chegam a ser denominadas de “barroca” como revelou Schaan (2007, p. 85) cuja comparação se evidencia pela abundância de elementos de ornamentação e pintura com motivos geométricos, tais como os “diversos apêndices modelados, pintura vermelha sobre engobo” (SCHAAN, 2007, p. 85). Sobre os quais vale se reforçar que sempre carregam uma forte simbologia todos os seus elementos decorativos.

Nisso, continuando a entender suas técnicas, ao descrevermos as características da produção das peças, a partir da sua modelagem temos que observar que a confecção de seus artefatos se faziam pela superposição de roletes de argila em torno de uma base chata de formato arredondado (acordelamento). No qual, uma vez ajuntados os roletes no tamanho desejado, os roletes eram pressionados uns contra os outros e, posteriormente, alisados, dando origem às paredes da vasilha. Então sendo deixada para secar até estar pronta para ser novamente trabalhada, fosse recebendo polimento e um ou mais banhos de argila muito fina, que, ao ser queimada, resultava em coloração branca ou vermelha.

Os acabamentos se davam a partir de incisões e excisões realizadas mais tarde quando se retirava uma parte da camada superior do barro e produzia os desenhos que ganhavam realce pelo contraste de cores provenientes dos riscos, fazendo com que as camadas seguintes se destacassem por meio de colorações diferentes, o que por si só já revela uma grande capacidade técnica do artista.

Mas, ainda assim, isso não dispensava o uso de pintura como elemento de acabamento da peça, deixando-a mais atraente e complexa, cumprindo sua função sagrada-simbólica. Victor Capucci (1987, p. 46) ao comentar sobre a prática da pintura cerâmica explica que:

As cores preferidas pelos artistas indígenas na decoração da cerâmica foram a vermelha, a branca, a preta, a cinzenta, a azul e a amarela. Do vermelho retiravam todas as cambiantes, desde o tom escuro até ao alaranjado-pálido, conforme as combinações vegetais ou minerais. O preto obtinha sempre predominância nas composições, e o cinzento era aplicado

como meia tinta para efeitos de sombreamento nos vasos (CAPUCCI, 1987, p. 46).

Sendo que dentre os vários artefatos produzidos por esta antiga sociedade, o que mais chamou a atenção dos estudiosos foram as tangas de barro. O pesquisador canadense Charles Hartt no final do século XIX definiu como os “mais bem feitos e ornamentados que se encontram nos montes de Marajó quer nos refiramos à qualidade excepcional do barro e à execução mecânica da obra” (SILVA NETO, 2014, p. 41).

O formato destas peças era triangular, com uma superfície convexa ornamentada e a outra côncava (curvada para dentro) sem qualquer enfeite, com as extremidades arredondadas. Ainda segundo Charles Hartt, em cada uma das três extremidades da tanga havia orifícios que, supostamente, seriam destinados à passagem de um fio, sendo a direção do fio indicada pelas próprias incisões, usadas na parte frontal para esconder o órgão genital feminino.

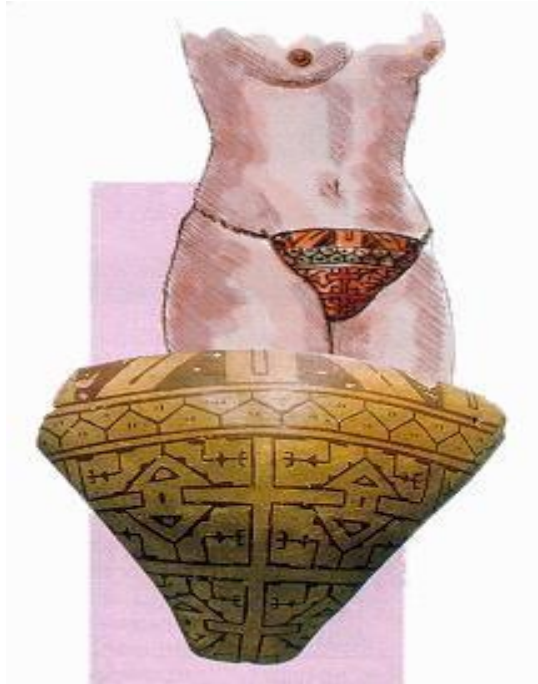
Sobre a confecção dessas tangas, o autor comenta que:

A matéria com 'que se fabricaram estas tangas é ordinariamente uma argila muito fina, a qual, exposta ao fogo, tomou por dentro uma cor escura quase preta ou vermelha. Ambas as superfícies foram alisadas com muito cuidado e depois cobertas por uma espécie de esmalte de argila branca, avermelhada ou cor de nata, a qual, depois de cozida, oferece uma superfície polida e muito dura. O esmalte da superfície exterior é mais cuidadosamente preparado do que o da interior. Sobre a superfície exterior ou convexa foram desenhados uns adornos ordinariamente muito delicados e engenhosamente emaranhados, consistindo em figuras compostas de linhas retas traçadas por mão firme e artística e com matizes ordinariamente de um pardo escuro, porém, às vezes, vermelho (SILVA NETTO, 2014).

Por sua vez, outro pesquisador, Ladislau Netto, que estudou a coleção de tangas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, observou que os desenhos representados nas peças tinham cerca de seis ou oito padrões gerais, “tão diversos ou tal esforço se empregou em diferenciá-los nos labores secundários, que não há dois perfeitamente idênticos” (p. 43), sendo que, inicialmente artefatos classificados pelos estudiosos em duas categorias distintas: as decoradas e as não decoradas (SCHAAN, 2007).

Para uma melhor compreensão sobre como eram utilizadas estas peças cerâmicas pelas mulheres segue na página seguinte uma representação artística sobre a sua utilização:

FIGURA 14 – Representação sobre como eram usadas as tangas marajoaras



Fonte: TERRA BRASILEIRA, 2000.  
Disponível em: <http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/cotidiano/450ceramic.html>. Acesso em: 04 jul. 2021

As decoradas tinham como destaques motivos ornamentais pintados em vermelho e, mais raramente, em preto, sobre engobo branco, ao passo que as não decoradas geralmente recebem um engobo vermelho, com polimento, de forma a avivar a cor. Tendo elas sido encontradas somente nos tesos da elite, se presume com base nesta evidência que ambas eram usadas unicamente pelas mulheres de condição social mais privilegiada em relação ao resto do povo. Sendo o que diferenciaria as usuárias de um ou outro tipo de tanga poderia ser a idade ou o ciclo de vida pelo qual passavam.

Diversidade esta que se torna mais compreensível através da apresentação de uma série de modelos de tangas de barro já catalogadas pelos arqueólogos que podem ser conferidas na página seguinte:

FIGURA 15 – Diferentes modelos de tangas marajoaras



Fonte: NOBRE, Emerson. As folhas de videiras das evas da ilha de Marajó e a (des)construção de narrativas arqueológicas. **Rev. Arqueologia Pública**. Campinas, SP v.13 n.1, Jul. 2019.

## 2.8 A CERÂMICA COMO FONTE HISTÓRICA

Basicamente a cerâmica se faz como resultante da queima da argila, popularmente chamada de barro, sendo matéria prima constituída principalmente por sílica e alumínio encontrada praticamente em toda a superfície terrestre. Deste modo, a cerâmica é um objeto duro, quebradiço, resistente (até certo ponto) ao calor e à corrosão, feito pela moldagem e queima de um mineral não metálico como, por exemplo, a argila, em alta temperatura.

Esse material é amplamente utilizado no aprendizado em sala de aula e adquire vários desdobramentos. Sendo um deles, a modelagem poder fazer uma grande diferença para vir a desenvolver a criatividade de uma criança e mesmo do jovem. Pois ela permite uma enorme liberdade de criação, já que a plasticidade da

argila permite que uma obra elaborada seja destruída e reconstruída com facilidade, várias e várias vezes. Essa possibilidade é um estímulo à criatividade e à imaginação, tudo por causa da “combinação de fácil manuseio e liberdade criativa se faça [...] o material preferido pelas crianças” (ZAMPERATTI, 2015, p. 05).

Maria Malagoli diz que a cerâmica se constituiu:

a arte mais democrática entre todas, pois é praticada tanto por uma comunidade pobre [...], como por pessoas de classes mais favorecidas [...] usando todos os recursos disponíveis da tecnologia em suas obras”, e que enquanto um aprendizado compartilhado entre professor e aluno, a contribuição de que “o professor também se realiza com a obra do aluno, mantendo uma relação de comunhão com a mesma ( 2005, p. 57).

Pois quando uma peça está sendo montada, o professor pode imaginar um caminho, porém, o aluno, não raro, enxerga outro, às vezes até oposto. O que mostra como é possível se “encontrar resoluções diferentes de outra pessoa, e que não podemos menosprezar a capacidade de ninguém” (MALAGOLI, 2005, p. 57).

Além disso, ainda em termos pedagógicos, a modelagem ajuda na coordenação motora fina (ou seja, das mãos). O que faz dela uma atividade que pode ser praticada inclusive com a família (pais, irmãos, etc.) a fim de que as crianças “consegurem melhor desenvolver sua aptidão para a arte com maior segurança e liberdade” (ZAMPERATTI, 2015, p. 01). Contudo, a despeito de todos esses benefícios, a arte em barro, tem sido usada, ainda mais se comparada a outros materiais artísticos.

Do mesmo modo, para a compreensão de um fragmento do passado a ser estudado, a cerâmica igualmente pode se fazer uma ferramenta presente, visto que na perspectiva de uma história social, se objetivando compreender ao que pode ter sido o cotidiano das pessoas, incluindo não só sua vida material, como também sua vida espiritual, como por exemplo, uma história do imaginário, o documento iconográfico (gravuras, imagens, desenhos, etc.) pode não só preencher lacunas que se percebiam no estudo somente pelo documento escrito ou por suas grandes obras.

Indo mesmo além em meramente responder a dadas questões ao enriquecer as informações surgidas pela tradição literária que, não raro, podemos ignorar, tal como o artefato cerâmico observado sob uma perspectiva mais prática se torna mais compreensível aos nossos alunos. Ou seja, não apenas se comentar o que é cerâmica, ou as características das peças modeladas por um povo a ser estudado.

Quando sim oportunizar aos alunos experiências práticas na compreensão das mesmas, como, por exemplo, fez Moisés Stein, cujos resultados publicados em 2015 pela revista *Aedos* da UFRGS mostram seu trabalho com os alunos sobre a cerâmica dos povos indígenas do Rio Grande do Sul<sup>14</sup>.

Na atividade de confecção de potes de cerâmica, fez uma oportunidade para a criatividade aflorar, como na “diferença nos tamanhos onde alguns [...] maiores e outros menores e na espessura também alguns mais finos e outros mais grossos”, assim como houve alunos que “queriam misturar as cores para formar outros tons” (STEIN, 2015, p. 39), sobre isso foi explicado que os indígenas não realizavam misturas de cores. Não cessando por aí o aprendizado prático, pois quando certas peças ficavam “muito secas e quebraram então as crianças queriam saber se tinha como consertar e se a cerâmica dos povos indígenas também quebrava” (STEIN, 2015, p. 39), tal como indagavam sobre “[...] o que esses povos faziam quando quebrava e não tinha mais utilidade” (STEIN, 2015, p. 39).

Havendo ainda outros desdobramentos deste projeto, tais como simulações de trabalho num sítio arqueológico, que Stein começa explicando que foram levadas pás de jardineiro e de pedreiros, pincéis, cordão, estaca, sacos plásticos, papel e caneta, um tipo de trabalho de campo realizado na escola foi de coleta superficial sistemática:

Os alunos escolheram um local onde deduziram que poderiam encontrar os fragmentos dos materiais quebrados, eles escolheram o local devido a rastros de pessoas e também pela coloração da terra que parecia estar mexida. Em seguida limparam este local e demarcaram colocando as estacas e o cordão, depois de feito isso começou o trabalho de escavar. Toda vez que achavam alguma coisa deveriam limpar com o pincel, depois pegar e colocar dentro de um saco plástico com um número ou com o nome deles e não poderiam ser misturados outros pedaços que seriam encontrados separados em outro local, pois cada um teria um saco diferente [...]. Como os alunos não tinham máquinas fotográficas, só faziam os registros por meio de anotações dos materiais que encontravam (STEIN, 2015, p. 41-42).

A experiência acima registrada permitiu um contato com o trabalho arqueológico e o estudo de antigos artefatos cerâmicos que a mera exposição teórica não consegue um resultado igual. Deste modo o trabalho relatado ainda merece menção ao fato de que além de uma compreensão mais objetiva sobre

---

<sup>14</sup> STEIN, Moisés Alexandre. Atividades desenvolvidas em sala de aula através do Pibid. **Revista do Corpo Discente do PPG História da UFRGS - Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 36-49, Jul. 2015.

como é esse estudo, igualmente colabora para uma maior sensibilização para a conservação dos sítios arqueológicos.

Todavia, o registro cerâmico tem outras complexidades que, por exemplo, a possibilidade de o artefato modelado trazer muitos significados, dados e fatos culturais que o historiador não encontra nas fontes escritas. Logo, tanto no campo pedagógico como dentro da pesquisa histórica, a cerâmica claramente apresenta potencialidades variadas aos que se proponham a melhor observá-la.

Ao tratar da cerâmica como fonte histórica, um aspecto que pode vir a ser relevante é a sua iconografia, oportunizando o acesso a diferentes informações, tal como Fabio Cerqueira (2000, p. 86) explica que o resgate da especificidade do documento iconográfico permite ao historiador então reconhecer o “poder evocador singular da tradição gráfica”. Ou seja, toda a gama de saberes que está inserida na simbologia a ser decifrada no estudo das imagens retratadas num objeto.

Tanto que o estudo das tradições literárias e gráficas pode exigir do historiador, dependendo de qual seja o seu objeto de pesquisa, uma importante observação em relação à ordem econômico-social dos agentes sociais estudados, uma vez que há uma tendência de haver, “na escrita, uma oclusão do mundo do dominando, expungindo seus interesses e preocupação, sua cosmovisão e seus valores” (CERQUEIRA, 2000, p. 86).

Ocorrendo que no registro cerâmico produzido por artesãos assim se oportuniza conhecer o outro lado de uma sociedade letrada. Ao passo que em uma sociedade agrafa (sem escrita), os achados iconográficos em rochas e objetos cerâmicos se tornam então cruciais para responder a muitas dúvidas sobre coletividades que já foram extintas.

Em qualquer estudo o legado iconográfico, inclusive contido na arte cerâmica, sua contribuição pode ser tão relevante como o documento escrito, porque, não raro, “nem todas as significações, informações, simbologias culturais que estão contidas em imagens são encontradas na documentação escrita” (CERQUEIRA, 2000, p. 87); pois é fato que “algumas surgem e crescem na imaginação popular dos artesãos, independente do meio cultural produtor da tradição literária” (CERQUEIRA, 2000, p. 87).

Dessa forma, tanto em sociedades com escrita como nas ágrafas, a cerâmica muito contribuí para um entendimento mais amplo de suas trajetórias, e é preciso nós vermos que este estudo pode demonstrar duas orientações; a primeira,



descritiva positivista, que Fabio Cerqueira (2000, p. 88) explica que ainda se faz a linha predominante na arqueologia clássica, afirmando que “as coisas são o que parecem ser na superfície”, propondo que mantenha-se mais junto ao “real”, evitando o “especulativo” que se faz a orientação oposta.

Sendo este “especulativo”, a interpretação, constituindo uma abordagem alternativa que propõe que se descubra o sentido que se esconde sob o fenômeno descritível, produzindo questões gerais, sem gerar respostas definitivas se atendo que os símbolos não significam em isolado, mas em conjunto, exigindo um estudo das relações entre os símbolos e a inserção desses mesmos no contexto da cultura como um todo.

Além disso, o estudo de um objeto cerâmico nos oportuniza pistas para lentamente identificarmos aspectos tecnológicos e econômicos de uma sociedade. Como, por exemplo, sua densidade populacional que pode ser presumida com base na quantidade de restos materiais que elas deixam como é o caso de elevações artificiais da ilha do Marajó chamadas Tesos que mostram pelas suas dimensões e distribuição um considerável agrupamento humano onde antes parecia ser inviável uma grande densidade populacional em tempos antigos (SCHAAN, 2004, p. 17).

Logo, diante dessa compreensão como os registros materiais podem nos ensinar sobre a vida imaterial (simbologias, mitologias, saberes, etc.), não é mais possível “a marginalização da cultura material, a supressão, no horizonte histórico, do universo físico” (MENESES, 1983, p. 104) que por muito tempo foi praxe na historiografia, ao privilegiar aos documentos escritos como fonte histórica, relegando os restos materiais apenas ao estudo de outras ciências tais como a arqueologia. O legado material dos objetos cerâmicos, portanto, nos obriga, não só a vermos o exótico ou satisfazermos uma mera curiosidade sobre o passado, requerendo que se observe toda a sua potencialidade para revelar avanços e permanências, paixões, mitos, medos, progressos e recuos.

Informações variadas, algumas mais explícitas, outras nem tanto, acontecendo que muitas vezes, podem os registros cerâmicos, ao tratarmos de coletividades muito antigas, se fazerem as únicas evidências que nos permitem conhecermos sobre aspectos como comportamento social, alimentação, etc..

Podendo a própria análise material, independentemente de sua iconografia igualmente muito nos revelar, como, por exemplo, a partir do estudo de seu antiplástico ou tempero que é a matéria introduzida na pasta a lhe permitir a

secagem e/ou queima no qual pode, dependendo da amostra estudada se perceber o uso dos mais variados ingredientes como cacos de cerâmicas anteriores, ossos moídos, areia, conchas, quartzo, etc., deste modo nos permitindo saber o domínio de quais materiais dispunham dadas sociedades.

Tais quais os recursos para que dispunham para o tratamento de superfície de suas peças, o acabamento que poderia se fazer dentre outras técnicas com um marcado de cordas impressão na superfície antes da queima de marcas de corda, configurando estes breves exemplos sobre como mesmo um fragmento cerâmico pode conter inúmeras informações que muito possibilitam compreender um pouco mais sobre uma dada coletividade onde esta foi produzida, como a cerâmica indígena que será abordada a seguir.

### **CAPÍTULO 3**

## **REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA E A CULTURA ARQUEOLÓGICA MARAJOARA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Conforme adentramos sobre o tema das populações indígenas, não há como não nos questionarmos porque os professores de história que se ocupam com a escrita de materiais didáticos, mais especificamente os livros didáticos, não rompem com o padrão de história indígena tradicional produzindo textos que enfoquem esse tema seguindo outras diretrizes. Isso porque esse recurso é uma ferramenta de extrema importância a inúmeros regentes em sala de aula que norteiam a condução de suas aulas por intermédio deste recurso principalmente. Ainda mais porque além de fornecerem informações também oportunizam variadas atividades a serem trabalhadas com os alunos.

Logo, nessa parte do trabalho se comentará sobre esse instrumento, não visando fomentar nenhuma crítica a fim de desmerecer a importância do livro didático, mas sim de apresentar compreender um pouco mais sobre suas deficiências, que não raro, se devem muito mais a questão mercadológica do que técnica. Pois ele está inserido numa lógica de mercado, que deve seguir um modelo de produto que tem que receber aceitação pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e pelas escolas em geral. Portanto, a discussão não visa atacar o livro didático, mas sim mostrar a necessidade de se repensar sobre suas mudanças e permanências, quanto ao que consideramos serem relevantes para a formação dos alunos, como é o caso da cerâmica marajoara.

Assim, se busca colaborar com a apresentação em torno de possíveis materiais alternativos que possam ser utilizados em sala de aula, em vista de que haja uma autonomia do trabalho pedagógico do professor sem tanta dependência dos materiais disponibilizados pelas grandes editoras.

Deste modo, além da observação de alguns livros didáticos, o presente capítulo abordará a um modelo de livro didático alternativo que foi feito diretamente para a história local das comunidades do Marajó e também que outras propostas o site oficial da secretaria de educação do Paraná contempla ou não com outras possibilidades além do tradicional livro didático. Em seguida então se atendo a um modelo de material proposto pelo próprio autor desta pesquisa. Cogitando assim uma proposta de material didático complementar sobre a cultura marajoara.

### 3.1 O LIVRO DIDÁTICO COMO OBJETO DE ESTUDO E O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

Antes da análise dos dados livros didáticos aqui estudados que irão auxiliar na reflexão sobre que mudanças e permanências se fizeram sobre a temática indígena, é importante vermos antes como o livro didático é de grande relevância no estudo das transformações nos sistemas de ensino. Compreendendo tanto o seu contexto de elaboração, as intencionalidades por trás da sua formulação; quanto o é importante analisar seu conteúdo em si.

Circe Bittencourt (2004, b, p. 477) primeiramente esclarece que o livro didático é uma mercadoria, um produto comercializável que gera lucros consideráveis para as editoras. E por isso, os autores dos livros didáticos precisam se sujeitar aos interesses das editoras que visam unicamente garantir a vendagem de seu produto. Por isso, desde já é preciso cautela quanto às críticas em torno do livro didático.

Opinião semelhante à de Alain Choppin (2004, p. 551) que diz ser impossível para o historiador que se propõe a compreender o livro como objeto de estudo, sem considerar como ele é uma engrenagem importante dentro da atividade editorial. Não só do Brasil, como também da maior parte dos países. Sendo no caso de nosso país, por exemplo, “os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional” (CHOPPIN, 2004, p. 551).

Vendagem que assim condiciona o autor de uma obra didática a ser obrigatoriamente um seguidor dos programas oficiais que são propostos pela política educacional (BITTENCOURT, 2004 b, p. 279). Contudo, além dos ditames oficiais, o autor é dependente do editor, daquele que paga ao autor pela confecção de um texto, a começar pela necessidade de lhe satisfazer para que aceite sua obra para publicação em que seu manuscrito então se torna um material didático a ser posto no mercado (BITTENCOURT, 2004 b, p. 279).

Logo, se torna claro que o autor de um livro didático se vê condicionado a um interesse conjunto do Estado que adquire aos livros escolares para distribuição; e das editoras que produzem aos livros que podem vir a ser adquiridos por este

mesmo Estado. O que, desde já limita muito da liberdade de trabalho do autor que se propõe a produzir um livro didático.

Entendido isso se faz importante então se entender aos contextos de cada um dos governos (os consumidores das produções didáticas) que conseqüentemente nortearam ao formato dos livros muito mais do que a formação de seus autores. Devendo primeiramente se observar à gênese deste gênero no Brasil que começa com a chegada da família real portuguesa em 1808.

Quando as primeiras obras foram produzidas pela Impressão Régia, mas é a partir de 1827, que surgem autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, tendo muito pouca atenção ao chamado ensino de “primeiras letras” (BITTENCORT, 2004 b, p. 480). O primeiro indício de que a produção didática está a cargo de homens pertencentes à elite intelectual e política da nação que recentemente se firmou. Circe Bittencourt (2004 b, p. 480) reforça esta conclusão quando ela cita a biografia de um destes autores, o Marquês de Paranaguá presente na sua obra didática “Elementos de Geometria” em 1846:

Senador do Império do Brasil; Conselheiro de Estado; Grão-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro; Cavaleiro da de Cristo; Brigadeiro do Imperial Corpo de Engenheiros; Bacharel Formado em matemática pela Universidade de Coimbra; Lente jubilado da academia Real da Marinha de Lisboa; Membro honorário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade Geográfica de Paris; da Academia da Industria Francesa; Membro Honorário da Sociedade Etnológica de Paris; Sócio da Academia dos Liceus, e da Arcádia de Roma; membro correspondente do Instituto Nacional de Washington; etc. (Folha de rosto de Elementos de geometria, do Marquês de Paranaguá in: BITTENCOURT, Circe Maria, 2004 b, p. 480).

Por isso, um desinteresse com a educação em seus anos iniciais, inclusive por causa de um desprezo pela possibilidade de que uma maior atenção a ela poderia favorecer as classes mais humildes. Ascensão social pelo estudo que os setores aristocráticos da sociedade brasileira assim viam com maus olhos.

As primeiras editoras buscavam a aproximação ao poder institucional, sendo um meio para isso promovendo a escola de autores que correspondiam a um perfil que agradava aos anseios da classe política então no poder. Neste caso, havendo uma preferência por autores oriundos do Colégio Pedro II ou da Academia Militar, centros de formação altamente elitista. A concepção de livro didático visava ao “fazer científico” da época (BITTENCORT, 2004 b, p. 482).

Os autores, não raro, inspiravam-se ou mesmo simplesmente adaptavam obras estrangeiras. Reproduzindo assim aos valores e modelos europeus, principalmente da França. Portanto, havia pouca originalidade, em função de uma crença que um modelo ideal já estava pronto, precisando somente ser imitado fielmente.

Mentalidade que somente sente significativas transformações na década de 1880, quando as o antigo regime monárquico começa a ruir. Dando vez a uma política liberal e variadas discussões sobre um ideal nacionalista onde as autoridades passaram a discutir sobre a necessidade do saber escolar ser mais acessível a outros setores da sociedade, “ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro”, criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicaram-se à constituição do saber da escola elementar” (BITTENCOURT, 2004 b, p. 480).

Ou seja, um ensino agora também preocupado com as séries iniciais, mas abertas a não terem somente filhos de grandes fazendeiros e comerciantes em seu rol. O que, por sua vez, mudou também o perfil dos autores de obras didáticas que não é mais determinado pelo seu status, pois a experiência profissional e pedagógica do escritor passou a ser o critério mais valorizado por parte dos editores para se escolher ao autor de uma obra didática a ser produzida.

Isso porque a sociedade brasileira se vê obrigada a promover uma maior inclusão, mesmo que mínima, de elementos das classes até então não privilegiadas. Como foi o caso, por exemplo, dessas sutis transformações, o mulato Nilo Procópio Peçanha, que de origem humilde, com o início da República alcançou vários postos nos escalões do poder, inclusive a vice-presidência do Brasil, que com a morte do titular, veio a se tornar presidente de 1909 a 1910. Ainda que apenas uma minoria da massa humilde teve esta oportunidade de ascensão.

Entendido isso, outro divisor de águas em relação à estrutura dos livros didáticos se faz com o término da 2ª Guerra Mundial. Quando as instituições internacionais passam a entender os livros didáticos como ferramentas a:

auxiliar nas transformações das relações internacionais fundamentadas, até então, na concepção da guerra como motor da história, para uma tendência de promoção de paz, incentivando, nesta perspectiva, a divulgação de exemplos históricos de soluções dos conflitos por meio de acordos e negociações. Divulgavam-se estudos críticos sobre os conteúdos escolares nos quais eram visíveis preconceitos, visões estereotipadas de grupos e

populações e procurava-se evitar, por intermédio de suportes educacionais, qualquer manifestação que favorecesse o despertar de sentimentos de hostilidade entre os povos. (BITTENCOURT, 2011, p. 489).

Ou seja, o livro didático passa ser entendido como uma ferramenta eficaz para auxiliar na disseminação de novas ideias e valores. Tanto que na década de 1980 quando o livro didático passa a ser visto como objeto de estudo, muitas das pesquisas neste primeiro momento “centravam-se na denúncia do caráter ideológico dos conteúdos das disciplinas, identificando, nas obras didáticas, uma conformação de valores desejáveis por setores do poder instalados nos aparelhos de Estado” (BITTENCOURT, 2011, p. 496).

Começando desde este momento, a década de 1980, o livro didático a ser encarado nas discussões acadêmicas sob um prisma mais negativo do que positivo. Não vendo que o livro didático é primeiramente uma transcrição de dados conhecimentos ou, pelo menos, uma sugestão do que se espera que o professor ensine em sala de aula. Por mais que não possa ser descartada a questão que o livro didático na prática acaba direcionando ao professor o que ensinar ou não.

Condicionamento do que e como ensinar que vem de acordo com os interesses que o Governo que é o consumidor destes livros. Logo, boa parte das críticas que se levantam em torno dos livros didáticos não deve ser atribuída, primeiramente, aos seus autores e, de certo modo, nem às editoras que mantêm um modelo de livro que agrada aos interesses de seu grande consumidor. Ocorrendo que dadas mudanças em relação à constituição dos livros didáticos que já vimos aqui se viram como consequência de mudanças primeiramente nas concepções de sua sociedade que levam seus governos a seguirem esta nova necessidade.

Deste modo o livro didático como objeto de estudo não apenas se faz uma oportunidade para refletirmos o caminho de sua mudança, como igualmente um meio de se compreender à mentalidade da sociedade em dado momento da história que se reflete nas políticas de governo. Tanto que Kazumi Manukata em seu artigo “O Livro didático: alguns temas de pesquisa” de 2012, bem detalha como o estudo do mesmo permite as mais diversas análises. Pois, para se ter uma ideia deste potencial somente entre 2001 e 2011 nada menos que 800 trabalhos sobre o livro didático foram produzidos dentro do meio acadêmico (MANUKATA, 2012, p. 181).

Como, por exemplo, uma análise realizada pelos pesquisadores Fernando Gaudereto Lamas, Gabriel Braga Vicente, Natasha Mayrink, intitulada “Os indígenas

nos livros didáticos: uma abordagem crítica. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisas na Educação Básica”, de 2016. Na qual eles afirmam que mudanças no livro didático que dão maior visibilidade ao indígena têm clara relação entre movimentos sociais e mudanças curriculares (p. 130). Ou seja, as alterações na produção didática são reflexos de mudanças na sociedade que passa a pressionar as autoridades neste sentido. Mudanças que não se fazem sem dada resistência por parte daqueles que acham cômoda a manutenção deste status quo.

Tal como se observa na análise de dadas obras didáticas por Fernando Gaudereto Lamas, Gabriel Braga Vicente, Natasha Mayrink que a inserção de maior espaço ao indígena não corrige outras questões que igualmente precisam ser revistas. Como é o caso de preconceitos em relação aos indígenas como, por exemplo, a “ideia de que os indígenas eram avessos ao trabalho e de que por isso foram “substituídos” pelos negros africanos” (LAMAS, VICENTE, MAYRINK, 2016, p. 132) que ainda vigora em obras didáticas do Ensino Fundamental e Médio.

Dessa maneira, é preciso se compreender como há toda uma articulação em torno da edição de um livro didático (formação de seus autores, políticas de governo, pressões sociais, contextos sócio-políticos), para somente então cogitarmos meramente lhe dispensar críticas, compreensão que também nos mostra que em vez de ansiarmos que as editoras e os autores mudem por si só o conteúdo e a metodologia de seus livros, que é preciso nós realizarmos um trabalho paralelo para quebrar a sequência de noções etnocêntricas e menções aos povos indígenas como pertencentes ao passado, desconsiderando os seus saberes, colocações errôneas sobre os nativos que foram construídas ao longo de séculos.

Pois dados erros que se perpetuam constantemente nos livros didáticos (como, por exemplo, mostrar aos povos indígenas como um conjunto homogêneo e, não raro, simplório) justamente pela força dessas visões errôneas sobre os povos nativos que foram sendo construídas ao longo de séculos. E que, enquanto parecer mais conveniente manter este modelo que tem sido aceito pelo Estado (principal consumidor de produções didáticas ofertadas pelas editoras), continuará sendo perpetuado. Generalizações e outras problemáticas em torno da temática indígena por parte das produções didáticas que iremos ver agora na sequência.

Observando aqui as obras mais atuais disponibilizadas à sala de aula que tem sua análise antecedida pela de duas produções de anos anteriores para efeito de



comparação. Com isso facilitando a percepção de avanços e permanências na estrutura dos livros didáticos no momento em circulação.

Primeiramente analisando os fragmentos mais relevantes da obra *História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade*, de autoria de Antoracy Tortelo Araújo, publicada em 1988, que reitero o ser com o intuito de podermos a comparar com as produções mais recentes. Motivo idêntico para a série *História Apoema* de Renato Mocelim e Rosiane de Camargo publicada em 2015 ter sido escolhida. Produções anteriormente entendidas como dentro de um padrão que era aceito como correto para ser usadas em sala de aula pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que agora nos são mais fáceis de detectarmos suas falhas. Isso porque a ideia de que estas obras mais antigas são materiais já ultrapassados pelo tempo cria menor resistência em apontarmos suas possíveis falhas.

Sendo interessante explicar a razão pela escolha destes exemplares, pelos seguintes motivos: em relação ao primeiro, por ter sido uma das produções didáticas que maior atenção demonstrou à temática indígena; enquanto o segundo pelo fato de ter sido uma produção didática que tive a experiência de trabalhar com o mesmo ao longo de alguns anos letivos, independente das suas lacunas diversas como veremos adiante. As quais, agora se tornam de mais fácil percepção.

Diferente dos trabalhos didáticos mais recentes que os utilizando no dia-a-dia, condicionados pela rotina, nós professores, podemos, em função disso, ter maior resistência em constatar suas lacunas e outras deficiências. Crítica que apenas pelo criticar, evidentemente, se faz de pouca valia. A busca por soluções a este dilema então deve se pautar em possíveis estratégias que sejam viáveis em sua aplicação. No caso, dentre outras problemáticas, considerando que o livro didático não irá mudar como idealizamos, de um momento para outro, porque não há interesse em arriscar deixar uma fórmula que está dando certo às grandes editoras. Ou seja, tem agrado ao seu grande consumidor, o Estado.

Portanto, uma solução que pode ser considerada é que as atuais produções didáticas disponibilizadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático, órgão responsável pela aquisição das obras para as escolas) possam ser complementadas com materiais alternativos. Estratégias que não visam à ilusão de se substituir ao livro didático, mas sim permitir ao professor mais flexibilidade onde as produções ofertadas pelas editoras impõem um formato com poucas opções. Assim como oportunizar ao professor novas possibilidades de se trabalhar a realidade local de

nossos alunos. Por exemplo, referências de identidade da história de seu estado, sua região, cidade, bairro que podem permitir aos nossos estudantes uma maior identificação.

Tal como outras probabilidades de grande viabilidade podem se ver desenvolvidas, como a criação de atividades didáticas que permitam maior interação entre professor e aluno, dentre outras. Contudo, sendo importante destacar que materiais desenvolvidos pelo professor visam completar e não substituir ao livro didático. Aqui, em nosso caso, ao que a produção das editoras apresenta lacunas ou mesmo falhas em relação ao ensino da cultura e história indígena.

Por isso necessário uma distinção entre obras que ainda a temática indígena recebe tratamento igual ao das produções mais antigas, e aquelas em que talvez possam já cumprir esta proposta de uma maior visibilidade da temática indígena por meio de um amplo estudo da cultura marajoara.

Deste modo foram separadas estas edições do ano de 2018 em dois grupos. O primeiro formado por obras em que os pontos de maior crítica que comentamos se mantém, demonstrando poucas mudanças significativas. Como é o caso da coleção *História e Cidadania* de Alfredo Boulos 4ª edição; e a obra *a História.Doc*, também voltado para o 7º ano, assinada por Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Scheila de Castro Faria e Daniela Buono Colainho destinada aos 7º anos. Dentro dessa série não foi colocado o volume destinado aos 6º anos, assim como outras séries cujas informações são semelhantes às dessas obras aqui comentadas em seguida.

Sendo que o segundo grupo de obras estudadas se fez de produções que já apresentam com conteúdos com inovações se comparados aos livros anteriores vistos em nosso estudo. Neste caso tendo sido selecionados os seguintes títulos: *Historiar, História, escola e democracia, Vontade de Saber História, Inspire História, Teláris História e Geração Alpha*. Todos esses do ano de 2018, não sendo utilizados livros de anos anteriores em vista de a presente pesquisa buscar um olhar mais atual que fosse possível.

Análise destes livros em que igualmente iremos continuar refletir sobre os contextos que envolvem essas mudanças e permanências que iremos identificar ao longo dos tópicos seguintes.

### 3.2 POUCO OU NADA A SE DIZER SOBRE O INDÍGENA

John Monteiro (2001) é um dos autores que se propôs a analisar a história dos indígenas brasileiros nos livros didáticos, e destacou que até os anos 1980 a abordagem que predominava era a de que ela se resumia basicamente à crônica de sua extinção, evidenciando que a tendência à sua invisibilidade era ainda algo forte.

De acordo com o autor, foi a partir dessa década que tanto pesquisadores quanto lideranças indígenas começaram a trabalhar com mais afinco no intuito de corrigir injustiças de ausência de registros sobre esses grupos étnicos na produção didática, procurando dar mais projeção a história dos povos que formam essa cultura.

O movimento de reivindicação por mais espaço na literatura de sala de aula voltado ao indígena atingiu mais força quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua convenção nº169, realizada no dia 27 de junho de 1989, redigiu o artigo 31. O qual, dentre outras medidas, estipulava que fossem realizados esforços para assegurar que os livros de História e demais materiais didáticos oferecessem uma “descrição equitativa, mais exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos indígenas” (OIT 2003, p. 21).

Anos depois, a partir dessas discussões, em 1994, uma nova LDBEN para o ensino da História do Brasil foi redigida a qual se deveria levar em conta as contribuições das diferentes culturas para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (Capítulo II, Seção I, Art. 26, § 4º), o que culminou com a publicação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena no espaço escolar cujas alterações neste caminho teriam que acontecer nos livros didáticos.

Antecedentes mostram que, apesar da importância do reconhecimento da necessidade de valorização da nossa história indígena, a Lei nº 11.645 não foi uma ação inédita, visto que sua promulgação mostra a continuidade da valorização do esforço a ser conduzido no sentido de que essa temática ter maior visibilidade e valorização cabe também ao Estado já que é a instituição que avalia e recomenda tais produções.

Izabel Gobbi (2010) entende que a partir da publicação dessa lei foi possível verificar que houve melhoria na produção didática sobre o tema, contudo, também se notou resistência quanto à mudança do formato por parte das editoras de muitos livros. Edson Silva escreveu que as reformulações também se deveram ao trabalho dos próprios indígenas que estavam lutando para conquistar maior reconhecimento e a adoção de novas posturas em relação a eles, que não só os respeitassem como inclusive reconhecessem sua diversidade e igualmente a garantissem (2012, p. 17).

Entretanto, Giovani Silva e Maricelma Meireles (2017, p. 11) colocam que a situação de mudança criando visibilidade ao indígena e ao negro será mínima se somente acontecer a partir da inclusão de uma ou duas disciplinas de História da África ou de História Indígena no currículo escolar. Por mais que esse seja o primeiro passo em uma longa caminhada a ser vencida em meio a vários obstáculos. Como, por exemplo, o fim da reprodução dos mais variados sentidos comuns que já vimos ao longo de nossa análise.

Tanto que ao observamos algumas produções didáticas pode se compreender melhor esta questão. De como há muitos desafios no sentido de que sejam oferecidos maiores subsídios aos professores para que possam de forma satisfatória cumprir o que se espera de um ensino da história indígena que valorize o passado, começando, por mais conteúdo que atenda satisfatoriamente ao objetivo de um ensino de fato sobre a cultura e legado dos povos aborígenes.

Sendo que as considerações que se seguem limitam-se às produções com conteúdos de 6º e 7º anos, uma vez que a primeira produção a efeito de comparação entre as atuais foram com as do ano 1988, quando era o momento que a divisão dos conteúdos de história era diferente, separando a História do Brasil da chamada História Geral, sendo trabalhada nos então 5º e 6º anos, e a história indígena era apresentada até o que se considera como o processo de colonização, quando há uma quase que “total exclusão dos indígenas como atores sociais relevantes na história nacional, sendo esses associados ao passado mais remoto e geralmente como objeto, e não sujeitos de ações” (NETO, 2016, p. 140).

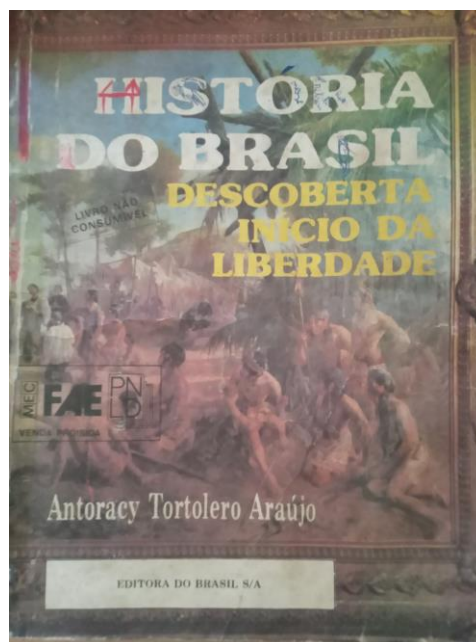
Relembrando o leitor que, a escolha por este recorte temporal não está relacionado a desconsiderar o protagonismo histórico dos indígenas brasileiros que se vê até os dias de hoje, mas, sim, porque a nossa proposta está em torno da civilização marajoara. Logo, por isso a escolha apenas pelos volumes destinados aos 6º anos e/ou 7º anos.

### 3.2.1 Indígena: retratado de forma genérica

Inicialmente, a análise foi construída a partir do livro *História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade*, de autoria de Antoracy Tortelo Araújo, em 1988, pela Editora do Brasil. A escolha por este livro se fez por ele ter sido a obra antiga que mais oportunizava atenção à história indígena, dedicando a esse tema 20 páginas completas apresentando variadas informações sobre a trajetória de nossos povos nativos. Logo, esta obra ajuda a mostrar que não é pela falta de acesso a informações sobre a história indígena que ocorria uma presença mínima da mesma na maioria das produções didáticas em geral.

Na página 42 encontramos o início da explanação em que se comenta sobre a possível origem de nossos indígenas e de forma breve sobre os troncos linguísticos dos Tupis, Jês, Aruaques e Caraíbas. Contudo, nas páginas seguintes há uma descrição sobre os diversos aspectos culturais que se restringe à cultura dos povos Tupi, a despeito de algumas manifestações de povos Jês, como os Bororos e Kayapós, enquanto nada mais se aborda de outras culturas nativas.

Figura 16 – Capa do Exemplar *História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade*



Fonte: O autor.

Ademais, vemos informações altamente genéricas que reforçam uma visão equivocada de homogeneidade entre referenciais desses grupos como, por exemplo, sobre a moradia indígena a ser chamada de oca e a aldeia de taba ou que o líder tribal era chamado de tubixaba, assim como quando mencionam sobre as crenças que apresentam uma perspectiva comum aos deuses tupã-cunum, tupã-beraba, Guaraci, Jaci, portanto, ignorando totalmente que as diferentes denominações eram aplicadas.

Claramente uma ideia de homogenização que Armando Lisboa (2014, p.503) nos leva a refletir ao dizer que os milhares de povos originais (como, por exemplo, carijós - Brasil, caingangues - Brasil, aimarás - Bolívia, zapotecas - México, tojolabales - México, etc.) que, como já vimos anteriormente, são erroneamente rotulados genericamente como simplesmente índios (e nada mais), não se é um caso isolado. Pois isso também aconteceu com a população trazida da África, em que diferentes culturas passam a ser designadas meramente como negras e nada mais. E com que objetivo? Em ambos os casos sendo “atribuída uma suposta barbárie destes povos com um bruto cinismo pelos que desejavam a terra alheia” (RETAMAR, 2005, p. 45 apud LISBOA, 2014, p. 503).

Ou seja, a persistência desta visão a ser perpetuada se faz conveniente às elites, em boa parte, de ascendência branca e europeia. Pois isso ajuda a justificar uma alegação de que as populações marginalizadas negras e indígenas se encontram em uma situação de maior desfavorecimento não por causa de uma sucessão de injustiças históricas, mas pela sua própria incapacidade. Ou, por acaso a homogenização apresentada sobre os povos indígenas e africanos, não induz a uma visão principalmente depreciativa de atraso, ignorância e até mesmo dada inferioridade em relação à aos valores europeus?

Vemos nesta obra *História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade* que ela ao tratar das relações indígenas com os europeus, menciona a sua submissão por causa da desunião que prevalecia entre eles. Por mais que devemos igualmente considerar que é interessante destacar neste trecho que se faz uso da palavra invasão referente à ocupação europeia em vez do termo colonização, muito mais comumente utilizado.

Além de que esta colocação de que os povos indígenas eram desunidos reforça uma noção de homogeneidade que nunca existiu, ela favorece um mito que anteriormente já vimos Gersem Luciano (2006, p. 35) comentar sobre a concepção

romântica do índio como um ser ingênuo, puro. Pois esta visão cria uma impressão de que os mais diversos nativos não deveriam ter conflitos de interesses entre eles próprios ou distinções entre si. Ironicamente ao mesmo tempo em que não vemos dificuldade em ver com normalidade aos sangrentos conflitos entre os mais diferentes reinos/nações da Europa, nos há maior resistência em admitir que o mesmo acontecesse nos demais continentes.

O que, assim, parece atribuir dada culpa às populações nativas da África e da América pela sua exploração e extermínio, ao se tratar, por exemplo, dos conflitos entre essas diferentes populações que o senso comum tende a ver como sendo uma única gente. Como, por exemplo, ainda citando esta obra *História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade* ao tratar do episódio conhecido como Confederação dos Tamoios, vemos que o seu autor afirma que:

Os índios não conseguiram manter a solidariedade entre as tribos coligadas. As alianças desmancharam e os índios retornaram ao sistema antigo de lutas que jogava tribo contra tribo. E isso veio a beneficiar os colonizadores. [...] Com isso os colonos se salvaram, mais por causa da desunião entre os índios [...] (ARAÚJO, 1988, p.52-53).

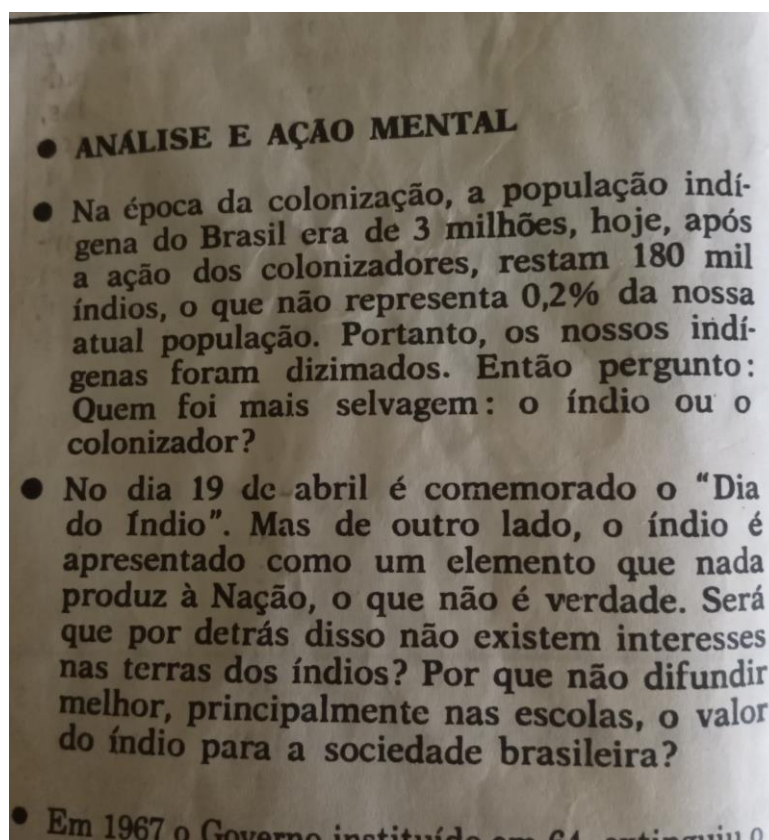
Todavia, temos a noção de que este livro de Antoracy Araújo se faz uma obra dentro do contexto de uma década em que recentemente o país havia saído de um ambiente de repressão conservadora promovido pelo regime militar. E que a despeito disso, até se faz um trabalho que tem como mérito oferecer considerável espaço à história indígena, tradicionalmente vista como de menor importância que a história dos povos europeus e de seus descendentes. Frisando novamente que 20 páginas ao todo se dedicam a esta temática, enquanto a história dos negros no Brasil recebe muito menos espaço, tendo somente 07 páginas sobre ela (da página 64 a 70). Além de outros pontos que merecem reconhecimento.

Como é o caso dos comentários sobre o respeito ao modo de vida original das populações nativas que oportunizam se refletir sobre outra visão de mundo por parte destas populações. Inclusive porque esta é justamente uma das competências das ciências humanas: abordar aos pontos de vistas diferentes da nossa sociedade, contemplando deste modo à pluralidade.

Também merecendo destaque alguns exercícios de reflexão, como por exemplo, na página 44 em que justamente se faz um trabalho de desconstrução

sobre o senso comum historicamente construído em relação ao indígena descrito como selvagem e indolente. Inclusive instigando a reflexão sobre como estes mesmos sentidos comuns podem ter vindo a surgir. Estando presente ao longo da temática sobre os povos aborígenes este esforço de valorização da identidade indígena, inclusive responsabilizando ao dito colonizador por seus abusos sobre os mesmos.

Figura 17 – Exercícios de reflexão propostos no livro didático História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade – página 44

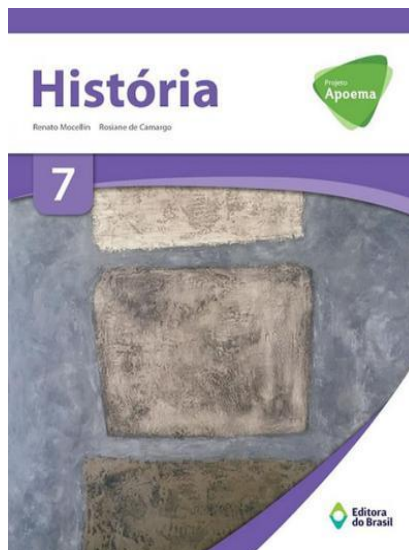


Fonte: O autor

Observações estas que permitem então a continuidade de nossa consideração em torno de mudanças ou permanências em relação aos sentidos comuns, omissões e outros aspectos já discutidos, agora nas obras didáticas mais recentes. Começando com o livro *História – projeto Apoema* de Renato Mocelin e Rosiane de Camargo, do ano de 2015, voltado ao 7º ano.



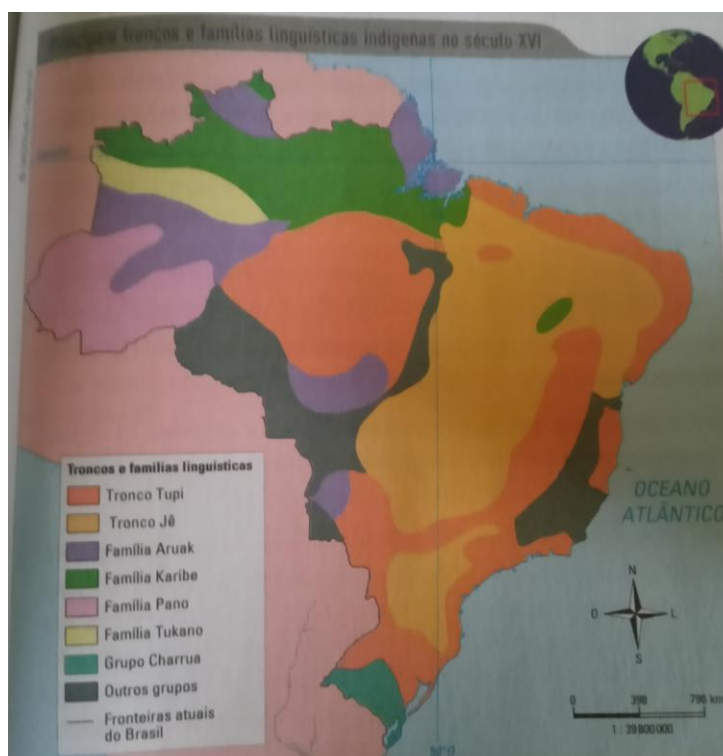
Figura 18 – Capa do Exemplar História Projeto Apoema – 7º ano



Fonte: O autor.

Sendo perceptível, por exemplo, que, a despeito de um mapa mostrando as principais famílias nativas do Brasil na pág. 235 nada comenta sobre as mesmas. Mapa este que pode ser conferido logo abaixo.

Figura 19 – Mapa com a distribuição das famílias indígenas no Brasil do século XVI – obra História Projeto Apoema



Fonte: O autor.

Tal como, duas páginas a diante encontramos o fragmento com o subtítulo *A diversidade cultural*, o texto que o compõe faz um relato generalizante sobre a cultura de nossos índios, mencionando que “eles desenvolviam a caça, a pesca, a coleta e a agricultura de coivara”, dentre outras informações como que cultivavam a mandioca amarga, a mandioca doce, o amendoim, o milho e o feijão, uma vez não considerando as várias peculiaridades entre as inúmeras populações nativas aqui existentes.

Sobre isso, então notamos a persistência em um foco numa pretensa ideia de homogeneidade cultural que Victor Mauro (2013, p. 41) havia comentado anteriormente, tal Dayse Wagner frisa sobre este mesmo senso comum em que nossa sociedade ainda vê ao vasto mosaico de inúmeras sociedades indígenas, como sendo todos os “índios” iguais, “culturalmente virgens, página em branco” (TODOROV, 2014, p. 49). Por mais que é fato que se dedicam ao estudo das culturas indígenas que “não há duas sociedades indígenas iguais. Mesmo quando ocupam zonas ecológicas semelhantes elas mantêm sua individualidade, tanto no plano das relações sociais como nos campos simbólicos” (RAMOS, 1995 apud ARIAS, 1999, p.30).

Não diferente do equívoco a se confundir como sendo uma mesma cultura, o modo de vida e tradições de chineses, japoneses e coreanos, apesar de apresentarem dadas semelhanças e serem vizinhos estes países. Por mais que seja mais facilmente perceptível a incoerência em vê-los como se diz no jargão popular “tudo a mesma coisa”. Engano assim mais próximo em se enxergar aos estados do Nordeste em geral como tendo todos os seus habitantes um único sotaque, as mesmas práticas alimentares, etc.

O que pode se entender também ao tratar neste livro didático *História – projeto Apoema* da colonização portuguesa que a presença dos indígenas que é mínima na narrativa, os abordando com maior presença somente no subcapítulo *Conquista portuguesa da América*, enfocando o escambo com os europeus (p. 257) e o subjugar dos indígenas (p.258). Como se não houvessem fatos históricos variados que valessem a pena se conhecer sobre a relação dos incontáveis povos indígenas com o chamado colonizador.

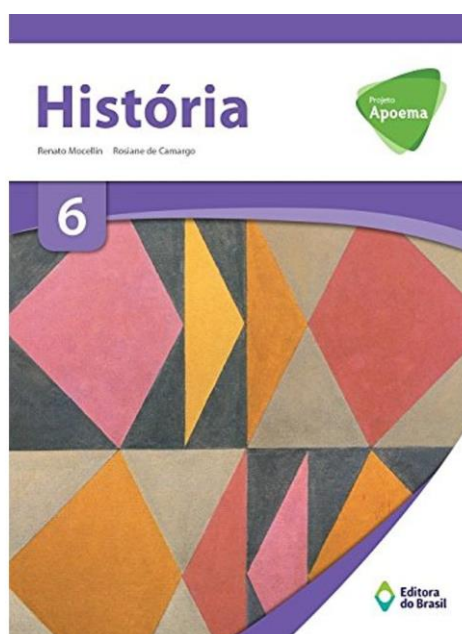
Podendo usar como exemplo as citações de Cunha (2012, p.23) sobre casos como o dos Tamoios e os Tupiniquins cujos choques de interesses acabaram por

criar complexas alianças em que os primeiros firmam sólida parceria com os franceses enquanto os segundos, a fim de buscar um equilíbrio de poder se unem aos portugueses. Semelhante aos assim ditos Tapuias de Janduí em relação ao apoio prestado a Maurício de Nassau que comumente a história do chamado Brasil holandês ignora este protagonismo indígena.

Havendo ainda neste sub-capítulo um apêndice nas páginas 262-263 em que explica como os índios (não especificando qual tribo) chamam algumas constelações; além de que nas páginas 296-297 propõe exercícios de reflexão sobre a violência cultural e física imposta aos nativos brasileiros. Nisso se comparado esta produção ao livro de 1988 se percebe uma descrição igualmente genérica, dedicando muito menos espaço aos indígenas que o que foi produzido em 1988.

Crítica igual que se aplica à obra da mesma série *História – projeto Apoema*, destinado aos 6º anos, em seu capítulo 04 intitulado *O povoamento da América* que reserva uma página completa sobre os povos dos sambaquis (p. 57), conteúdo que não tem tanto espaço em outras obras didáticas aqui observadas. Porém, na página seguinte ao tratar dos povos agricultores e ceramistas, o relato nele é breve e genérico, ocorrendo, inclusive, uma menção à sociedade marajoara, todavia, meramente a citando como uma sociedade ceramista e nada mais a despeito de todo o vasto leque de informações que há décadas são conhecidas.

Figura 20 – Capa do Exemplar História Projeto Apoema – 7º ano



Fonte: O autor.

Logo, em nada muda quanto às críticas que já mencionamos em relação aos livros didáticos reproduzirem preconceitos e sentidos comuns que observamos no primeiro capítulo. Ou seja, ao apresentarem conteúdos de maneira categórica, unitária e simplificada. Circe Bittencourt comenta que esse modelo de interpretação é algo recorrente na maioria dos livros didáticos.

Reiterando que estes apontamentos não são uma crítica ao livro didático em si, mas à reprodução de modelo que se faz cômodo às editoras em manterem fazendo assim do livro didático um veículo reprodutor de um sistema de valores estabelecido, “generalizando e tornando naturais aos mais variados temas que dizem respeito unicamente à classe dominante” (BITTENCOURT, 2004 a, p.72,73).

Já ao analisar a coleção *História e Cidadania* de Alfredo Boulos 4ª edição, publicada em 2018, se vê uma história mais voltada pela perspectiva arqueológica que já comentamos abrir nova expectativa ao estudo historiográfico por meio de uma maior atenção às fontes históricas não documentais.

Figura 21 – Capa do Exemplar História Sociedade e Cidadania – 6º ano



Fonte: O autor.

Contudo, a despeito disso, a temática indígena se faz presente no seu volume dedicado ao 6º ano no capítulo 04, somente ao tratar do povoamento da América em que os indígenas brasileiros então recebem menção ao tratar do fóssil de Luzia (p.

55) e aos estudos no Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí<sup>15</sup> (p. 56-57). Logo, evidenciando que o livro meramente atende a uma exigência da origem do homem no continente americano ser contemplada nas competências a se trabalhar no ensino de história.

Porém, em compensação no apêndice no final do capítulo, o texto de apoio “Os primeiros agricultores da Amazônia” (p. 62) destaca a dinâmica ambiental das populações nativas locais, expondo como os indígenas da Amazônia conscientemente alteraram a ecologia local, mostrando uma imagem diferente daquela em que são vistos como meramente dependentes do ambiente por não conhecerem tecnologias a promover modificações significativas seu ambiente. Um diferencial que não poderíamos ignorar.

Todavia, em linhas gerais, a temática indígena ganha pouco espaço. Muito menos inclusive que a produção didática de 1988, frisando esta comparação devido ao fato que atualmente há uma legislação que torna obrigatória uma maior valorização da história e cultura indígena. O que nos remete ao que vimos anteriormente que a mera criação de uma obrigatoriedade em se criar maior espaço ao estudo da história e cultura, seja das populações indígenas ou africanas, por si só pouco mudará a atual estrutura de ensino que atualmente criticamos.

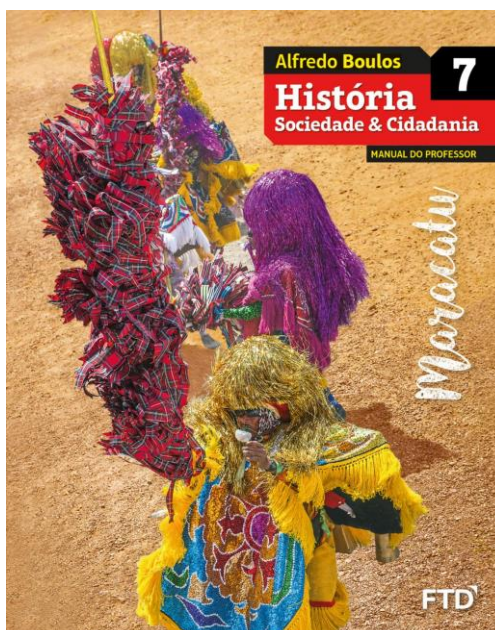
Sendo que, voltando a análise desta produção *História: sociedade & cidadania*, agora observando ao volume destinado para as turmas de 7º ano, a pouca atenção a temática indígena se torna ainda mais evidente. Pois em relação as culturas pré-coloniais do Brasil somente se comenta sobre as mesmas ao tratar nas páginas 17 a 19. O que se faz se referindo somente aos povos tupis, ignorando aos outros conjuntos de famílias de etnias.

Ao passo que ao tratar da questão de seu contato com o colonizador português, a menção sobre os índios é igualmente mínima, deste modo, sendo claro que há pouca atenção à temática indígena que parece só não ser menor pela obrigatoriedade de ser trabalhada.

---

<sup>15</sup> Local este onde se encontram até o presente momento os mais antigos indícios de ocupação humana na América que vai de 59.000 até 5.000 anos a.C. Fonte: GUIDÓN, Niéde. Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara. 19 out. 2003. Disponível em <https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq10.shtml> Acesso em: 12 nov.2021.

Figura 22 – Capa do Exemplar História Sociedade e Cidadania – 7º ano



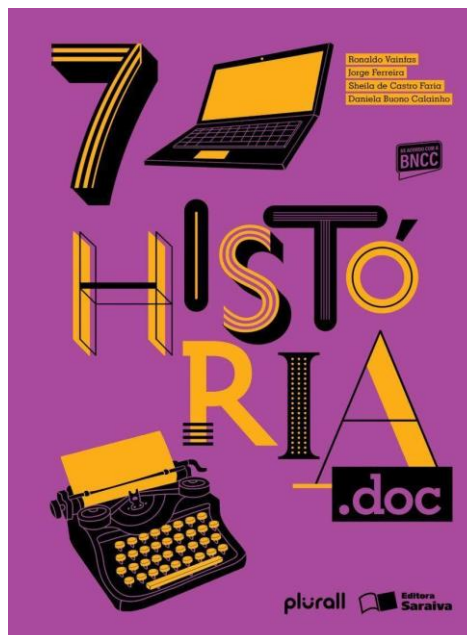
Fonte: O autor

Logo, mais uma vez a mesma homogeneização, pouco valorizando toda a sua diversidade deste mosaico de diferentes povos que vimos ter raízes desde os primórdios da dita colonização. O que a princípio pode parecer somente uma mera ignorância sem intencionalidades, porém, não sendo somente isso. Já que esta primeira visão forjada pelo colonizador igualmente possibilitava atribuir a este conjunto homogêneo e sem grandes atrativos em sua cultura, uma suposta barbárie destes povos, “alegada com um bruto cinismo pelos invasores que desejavam a terra alheia” (RETAMAR, 2005, p. 45 *apud* LISBOA, 2014, p. 503). Ou seja, uma justificção ao abusos sobre esta populações.

Assim sendo passando agora a observar a outra produção, esta intitulada *História. Doc*, também voltado para o 7º ano, assinada por Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Scheila de Castro Faria e Daniela Bueno Colainho, consultando a 2ª edição do ano de 2018, o capítulo 5 em seu título “A sociedade tupinambá em Pindorama” a partir da página 78, tal como nas outras produções mencionadas anteriormente, se percebe a mesma exclusão de outras culturas. Ainda que nesse material se faça uma descrição mais ampla no sentido que ela aborda a lideranças nativas tupis como Cunhambebe, Tibiriçá, Piragibe e Zorobabé.



Figura 23 – História Doc. – 7º ano



Fonte: O autor

Assim como também comenta sobre algumas das tribos tupis do litoral de modo separado, sendo elas: tupiniquins, tupinambás, potiguaras e tabajaras; além de explicar que o termo tapuia era uma criação dos tupis para designar aos indígenas que não tinham sua cultura. De resto, contudo, ignorando as descrições sobre tais povos, abordando basicamente aos tupis em poucos aspectos como a antropofagia, a bebida cauim e principalmente a relação destes com o colonizador, de modo que pouco difere das obras anteriores.

Onde inclusive no capítulo 05, ao tratar do líder potiguar Zorobabé, na página 89, vale comentar uma curiosidade a ser refletida quando o autor se utiliza do termo 'mudou de lado', ao se referir que inimigo passou a ser aliado dos portugueses, destacando que por isso foi recompensado com uma pensão do governo e um título nobiliárquico. Poderia ser esta colocação "mudou de lado" ter "virado à casaca", ou então ter se percebido qual era o lado certo? Não sendo este o único ponto controverso.

Merecendo ainda menção que ao tratar de Tibiriçá e Piragibe, comenta que ambos escravizaram inimigos, parecendo querer justificar que fossem tão brutais como os europeus. Logo, buscando minimizar as arbitrariedades do invasor comumente chamado de colonizador (p.89). Tal como diz que Zorobabé combateu

aos indígenas “aimorés, um grupo ‘tapuia’ que não dava descanso aos colonos” (p.89) novamente dando a entender uma postura que minimiza aos horrores dos massacres que exterminaram populações variadas. Havendo ainda a controvérsia já expressa no título da página 90 “Os tupis foram aliados ou vítimas da colonização?” onde ele destaca uma responsabilidade maior às epidemias terem acabado com as populações nativas (p.91).

Podendo finalizar a observação desta obra quanto a um texto complementar da pág. 90: “O ensino de história indígena” onde se trata que:

O ensino de história indígena tornou-se obrigatório por meio da Lei 11.645/08 no currículo de educação básica em todo o país. Entretanto, o que notamos ao longo da experiência como docente e formadora de professores, é um descompasso entre a lei e a sua efetivação na prática. Ainda permanecem equívocos de abordagem em relação à história indígena, em relação aos conceitos de identidade, tradição e cultura e uma certa generalização dos temas relacionados [...].

Explanação que se faz surpreendente ante as informações variadas produzidas pelos meios acadêmicos que já vimos no início desta pesquisa em relação à tecnologia, arquitetura, relações de poder, etc. de nossos indígenas. Talvez o sendo por uma falta de interesse, tanto das editoras como do governo que aprova suas produções sem romper com esse modelo constantemente perpetuado a reproduzir valores evolucionistas e etnocêntricos, uma vez expondo os povos indígenas como seres pertencentes ao passado, meramente como culturas primitivas (GOBBI, 2010, p. 43).

Portanto, limitando os povos indígenas à perspectiva de serem historicamente mostrados à posteridade meramente como atores de papéis secundários, isso quando não restritos à posição de vitimados, “representados como aliados ou inimigos, guerreiros ou bárbaros, escravos ou submetidos, nunca sujeitos da ação” (ALMEIDA NETO, 2014, p. 221) esses povos indígenas.

E o pior que essas visões errôneas sobre o modo de vida de nossos indígenas acabam absorvidas e reproduzidas até mesmo por muitos aborígenes atualmente, por mais que o façam como uma estratégia política. Pois Victor Mauro (2013, p. 38) explica que tem crescido o número de populações, que tem deixado de disfarçar suas identidades, voltando a afirmar sua condição de comunidades indígenas.



Mas, a despeito disso, se nota que já há produções didáticas atuais que já conseguiram desenvolver uma visão mais ampla sobre nossos indígenas, destacando variadas sociedades nativas, como os povos de Sambaqui, a civilização tapajônica, as sociedades dos geoglifos<sup>16</sup> no Acre, dentre outras, incluindo a civilização marajoara, refletindo-se isso numa visão que quebra o estereotipo de homogeneidade cultural que tanto comentamos.

Figura 24 – Um exemplar de geoglifo no estado do Acre



Fonte: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/822>. Acesso: em 02 nov. de 2021.

### 3.2.2 Começando a falar: os primeiros passos da mudança

A justificativa para a escolha das obras analisadas que serão apresentadas abaixo reforço ainda mais uma vez que ela se fez a partir das edições disponibilizadas mais recentes até o momento desta pesquisa<sup>17</sup>, a fim de que não se corresse o risco de que os dados pudessem ficarem desatualizados.

Dentre as obras estudadas, em seis se observou uma abrangência mais variada sobre as sociedades nativas do Brasil, ainda que tímida, são elas: *Historiar*; *História*,

<sup>16</sup> Os geoglifos são grandes desenhos em alto ou baixo relevo que somente podem ser observados plenamente a uma altura elevada, sendo eles presentes em várias culturas, por mais sejam comumente lembrados apenas os presentes em Nazca no Peru, se ignorando assim que no Acre e também em trechos de Rondônia e do Amazonas igualmente foram produzidos estes enormes desenhos sobre o solo. Fonte: Portal IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/822>. Acesso: em 03 nov.2021.

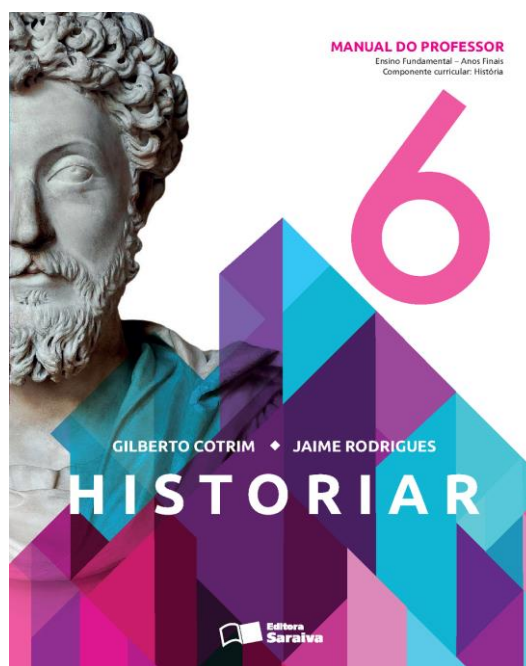
<sup>17</sup> Produzidas em 2018 para serem apresentadas em consulta para escolha das escolas no ano de 2019 visando substituir em 2020 as opções em voga de desde 2017, logo, configurando as produções mais recentes até o momento.

*escola e democracia; Vontade de Saber História; Inspire História; Teláris História e Geração Alpha*, sendo necessário mencionar que somente será apontado às informações contidas nessas obras didáticas que demonstram diferenças em relação às produções vistas anteriormente.

- *Historiar* - 6º ano e 7º ano. Autoria: Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. Editora Saraiva. Na página 57:

Cerâmica santarena e marajoara. Os povos santarenos e marajoaras produziram diversos objetos de cerâmica como recipientes decorados, urnas funerárias e estatuetas como formas de seres humanos (antropomórficas) e de animais (zoomórficas) [...] os marajoaras produziram objetos de cerâmica enfeitados com pinturas em preto e vermelho sobre um fundo branco. Para alguns estudiosos, essas pinturas são consideradas uma das mais belas do mundo.

Figura 25 – Capa do exemplar *Historiar* 6º ano



Fonte: O autor.

A pouca informação sobre duas sociedades que poderiam se desdobrar em maiores explicações, mesmo que se restringisse às suas cerâmicas tratando sobre sua simbologia, técnicas, estética, etc., evidenciando a diversidade cultural entre as populações indígenas brasileiras.

Nisso é interessante ver sobre o que é esta cultura cerâmica santarena mencionada, também chamada cultura Tapajônica – por ter se formado às margens do rio Tapajós, atual cidade de Santarém (por isso Santarena), oeste do Pará. A pesquisadora Anna Roosevelt considerava essa sociedade santarena um cacicado guerreiro, com centralização política, sendo sua iconografia zoomorfa da cerâmica local ligada ao caráter belicoso e expansionista desse povo. (GOMES, 2011, p. 217 *apud* VASSOLER, 2012, p.04).

O que fez sua sociedade temida por outros povos, a despeito do fato de que eles não mostraram, inicialmente, resistência aos portugueses, nisso, uma das causas do seu desaparecimento (SANTANA, SILVA, 2013, p. 1513). Valendo ainda comentar que os artefatos tapajônicos se fazem uma das manifestações materiais mais antigas do continente (IBDEM, p. 1515), compostos de taças sofisticadas, esculturas variadas, vasos zoomorfos (inclusive ornitomorfos), figuras de animais, pratos, estatuetas, cachimbos, tigelas, etc.

Figuras geométricas são comuns e suas formas são muito variadas e harmônicas, incluindo gregas e espirais, figuras de estilos variados e reprodução de retas e ângulos perfeitamente delineados (FONSECA, 2007 *apud* SANTANA, SILVA, 2013, p. 1514). Dotadas de uma peculiaridade que chamou a atenção de estudiosos já em meados do século XIX, como Von Martius, Spix (PRIANTE, 2016, p. 62), Alfred Wallace e Henry Bates (IBDEM, p. 63).

Portanto, tal como a cultura marajoara, a sociedade tapajônica apresenta uma variedade de aspectos a serem explorados. Suas poucas menções, logo, não são pela falta de informações relevantes sobre elas, podendo, talvez, ser um fruto de um desinteresse em oportunizar maior espaço à temática indígena, logo, a falsa impressão de se tratarem de culturas simplórias, o que reflete ainda persistência de uma historiografia construída pelo colonizador europeu e seus descendentes que continuam a deter o topo da pirâmide social então justifique o processo de dominação e mesmo destruição das sociedades que acabaram ficando em seu caminho.

Uma historiografia culturalmente europeia, que Norberto Guarinello (2004) explica ser uma história da civilização cristã ocidental e, ainda que menos explícita, é também do processo de formação dos principais Estados-nações europeus. Logo, uma História Universal da Europa que, aliás, domina a muitos currículos escolares mesmo em países não europeus, que vai de uma História Antiga (dividida entre

Oriente Próximo, Grécia e Roma), uma História Medieval, uma Moderna e assim por diante, correspondendo a "idades" que se aplicam à realidade da Europa e não sua própria, ainda com base em Norberto Guarinello (2004) que então explica este modelo se fazer unicamente uma sequência simbólica. Pois ela dita claramente os padrões do que é aceitável ou não, conforme o modelo desta cultura europeia ocidental e cristã.

Mas, em compensação, a série *Historiar* dedica explicação relativamente ampla em relação aos chamados Sambaquis (grandes morros construídos por populações litorâneas do Brasil que serviam de moradia, proteção e local de enterro dos mortos que até hoje tem sido muito estudados) nas páginas 55 e 56. Destaque feito a eles que atende a uma das competências da BNCC sobre a disciplina de história que determina a necessidade de se “Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas [...], com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas” (BRASIL, 2016, p. 421).

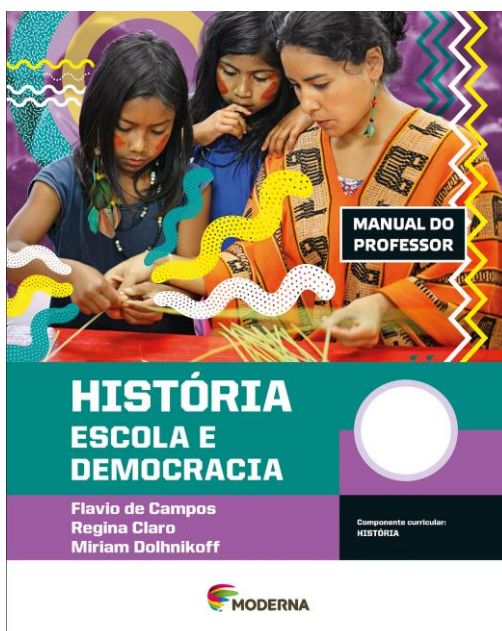
Assim como aos primeiros povoadores do Brasil por ora conhecidos: o povo do fóssil Luzia em Lagoa Santa, município de Pedro Leopoldo, Minas Gerais (descoberto em 1975) na página 50; e a comunidade de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, que deixou o registro de sua presença em cavernas da Serra da Capivara por meio de pinturas rupestres, comentada no capítulo anterior. Os quais assim atendem à competência “Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano” (BRASIL, 2016, p. 421).

Todavia, suas informações pouco ajudam a desfazer à visão de sociedades primitivas, selvagens que os livros em geral reproduzem. Já em seu volume destinado aos 7º anos praticamente só a pag. 109 aborda os indígenas tupis, havendo na página seguinte a história da cultura da mandioca. De resto os indígenas brasileiros ignorados. O mesmo caráter genérico que pouco instiga um aprendizado em torno destas sociedades nativas. Incluindo a complexa arte cerâmica indígena que Denise Schaan (2007, p. 99) adverte ver essa manifestação cultural como “padronizada” que segue rigidamente uma “tradição” se faz um olhar equivocado sob o ponto de vista ocidental (europeizado).

- *História, escola e democracia*. 6º ano. Autoria Flavio de Campos, Regina Claro e Miriam Dohnikoff. Editora Moderna, na página 80:

Indígenas do Brasil: a sociedade marajoara. Entre os povos que se desenvolveram no litoral Brasileiro, há indícios de ocupação humana na ilha do Marajó, no Pará em torno de 1.000 a. C. As comunidades marajoaras se organizavam em torno da figura do cacique, cuja autoridade era garantida por meio de sua relação com os antepassados reais e míticos e seu poder pela capacidade de garantir a produção agrícola. Para se proteger das constantes inundações da ilha, os marajoaras construíram suas aldeias sobre imensas plataformas de terra chamadas de tesos, nas margens de rios e lagos, formando aterros artificiais. As diversas aldeias viviam da coleta de sementes e frutos, da pesca e do cultivo da mandioca. Além da agricultura os marajoaras se destacaram pela produção de cerâmica.

Figura 26 – Capa do exemplar História, Escola e Democracia 6º ano



Fonte: O autor.

De resto um breve exposto sobre os povos nativos do Brasil sem grandes aprofundamentos. Na página 41 ao tratar do surgimento do Homem no Brasil, comenta sobre o fóssil Luzia, que oportuniza mais informações sobre o recorte histórico do surgimento do Homem na América, atendendo à competência “Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano” (Brasil, 2016, p. 421). Na página 44 vemos aos sambaquis e, anteriormente, na página 35, as pinturas na Serra da Capivara e a chamada Pedra do Ingá na Paraíba ganham menção.

Sobre ela vale dizer que se encontra no município de Ingá, Microrregião de Itabaiana, Mesorregião do Agreste Paraibano, à aproximadamente 36 km de Campina Grande e 84 km da capital João Pessoa apresentando, esse sítio



arqueológico inúmeras gravuras em seu painel principal, uma formação rochosa de gnaiss, que se destacam pela quantidade e, sobretudo, pela qualidade da execução (NASCIMENTO, LIMA, 2018).

Essa pedra se faz um bloco que mede no total aproximadamente 24m de comprimento e 3,5m de altura, em sua altura máxima, orientado na direção Nordeste/Sudoeste, tendo sido as gravuras do painel principal elaboradas na sua porção Noroeste, ao longo de 15,40m dos 24m da sua extensão, que encontram-se limitadas na parte superior por um conjunto de cúpulas ordenadas horizontalmente que acompanha toda a zona gravada.

Os primeiros estudos arqueológicos sobre as gravuras da Pedra do Ingá tiveram início na década de 1970, com as arqueólogas Gabriela Martin e Ruth Trindade de Almeida. Desde então, várias interpretações feitas para esse sítio, que por causa da complexidade destes símbolos, por ora impossíveis de serem compreendidos, talvez possa conter até mesmo princípios de uma escrita, ainda que nenhuma certeza possa ser extraída, comentando que:

Nenhum sítio pré-histórico com pinturas ou gravuras rupestres, em todo o Brasil, atraiu tantas pessoas dispostas a opinar e decifrar, como a Pedra do Ingá, cujo impacto visual impressiona os leigos e desafia a arqueologia (CEZAR, 2013, p. 40).

Figura 27 – Alguns dos símbolos presentes na Pedra do Ingá



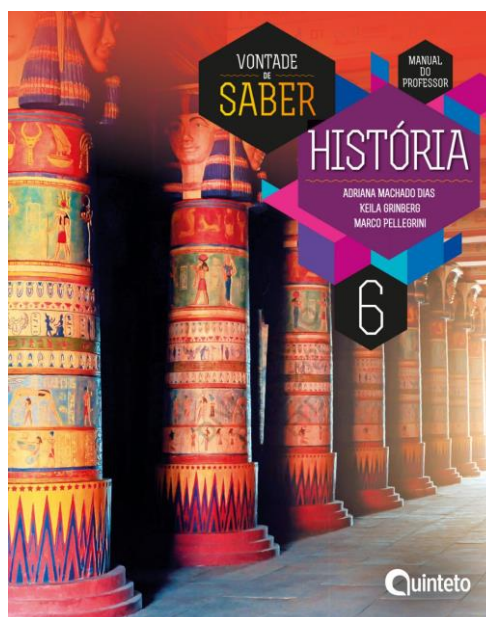
Fonte: IPHAN, 2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/824>. Acesso: em 02 nov. 2021.

Ademais, outro exemplo sobre como explorar mais amplamente a diversidade indígena nas obras didáticas que, nesta série igualmente é pouco aproveitada. Relevante ainda mencionar nesta produção História, escola e democracia seu esforço em abordar com maiores detalhes às diferenças entre as diversas tradições (culturas) de pinturas rupestres no Brasil (página 46). Contudo, uma descrição do Brasil indígena basicamente pela sua arte rupestre e menções muito breves sobre o modo de vida das populações marajoaras, que ainda pouco desperta maior interesse pelas culturas nativas.

- *Vontade de Saber História*, indicada ao 6º. Ano, de autoria de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, editora Quinteto, na página 124:

Marajoaras e Tapajoaras. No século XIX, na região da Amazônia vestígios arqueológicos feitos de cerâmica que indicam alto grau de complexidade das sociedades que habitavam a essa região há cerca de 1500 anos, Vasos decorados com inscrições, esculturas em detalhes, potes de armazenar alimentos, vasos usados como urnas para os mortos eram feitos de barro e colocados em fornos para que adquirissem maior resistência. Muitas destas peças representam elementos da natureza, como animais característicos da região. Dois grupos populacionais conhecidos pela sua arte em cerâmica foram os Marajoaras e os Tapajoaras.

Figura 28 – Capa do exemplar *Vontade de Saber História* 6º ano



Fonte: O autor.

Na página 123 os chamados Sambaquis e brevemente sobre as famílias de povos tupis e gês. Ainda que antes, nas páginas 40 e 41 trate de Luzia e seu povo; e na página 42 brevemente cita a Serra da Capivara. Análises que permitem desde já uma noção do quanto os livros didáticos apresentam lacunas que requerem outras estratégias a fim de complementar a estas produções, inclusive quanto à exposição de exemplos apresentem uma visão da história indígena.

Promovendo a uma ótica que favoreça um empoderamento aos descendentes dessas populações que tem sua história melhor conhecida, de modo que percebam em sua ancestralidade também aos agentes que não se fizeram meros coadjuvantes no processo da assim chamada colonização, que fizeram impor seu valor.

Refletindo-se sobre uma nova ótica histórica inclusive no resgate da identidade de várias populações indígenas nos últimos anos, “ressurgindo hoje mediante processos de etnogênese pelos quais reafirmam suas identidades indígenas e reivindicam direitos, sobretudo à terra coletiva” (ALMEIDA, 2012, p. 35), ou seja, não deixar que seu legado se perca num esquecimento proposital dos grupos dominantes.

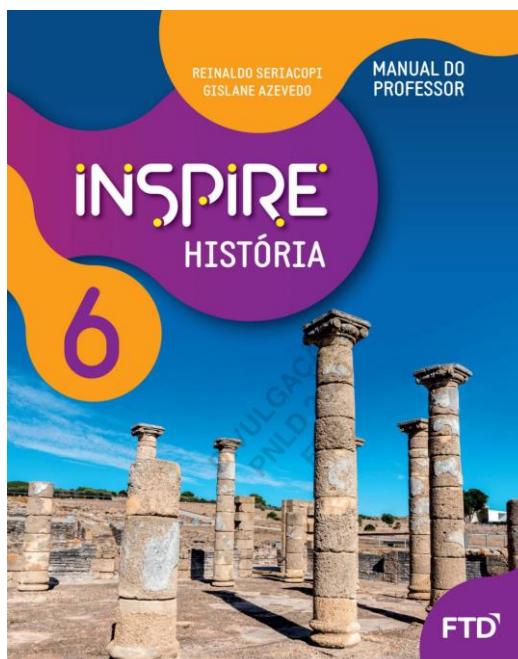
Pois somente deste modo poderemos lentamente desconstruir uma mentalidade, não isolada, que considera nossos indígenas indivíduos de menor importância ter seu bem estar mínimo assegurado, configurando uma clara discriminação sobre a qual César Sanson (2014) afirma que esse preconceito em relação aos indígenas se faz um dos piores que há em nossa sociedade, isso porque em seu entender, os povos nativos brasileiros se fazem o “único grupo social a quem se pode dirigir na esfera pública propondo o extermínio da sua condição especial” (SANSON, 07 de julho de 2014).

- *Inspire História*. 6º ano. Autoria Reinaldo Seriocopi e Gislaine Azevedo, editora FTD, na página 35:

Entre 200 e 1350 viveram na ilha do Marajó, os marajoaras. Os marajoaras construíram elevações de terra – os tesos - sobre as quais erguiam suas casas, escapando assim das enchentes dos rios. Eles dominavam a agricultura e produziam objetos de cerâmica como vasos, urnas, funerárias, tangas e estatuetas. Para decorá-las usavam as cores vermelha e preta sob fundo branco.



Figura 29 – Capa do exemplar Inspire História 6º ano



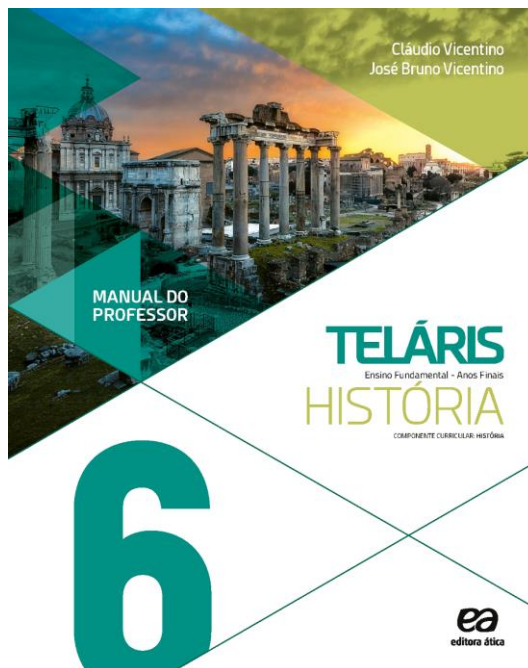
Fonte: O autor.

Menção aos sambaquis na página 32 e aos chamados geoglifos (desenhos de formas geométricas gigantes, feitos com pedras e escavação do solo presentes no Acre, Rondônia e Amazonas, cuja observação de suas formas só é possível de uma altura elevada, o que sugere várias possibilidades como, por exemplo, o uso de balões pela sociedade que os construiu) na página 35 em que também aborda a cultura tapajônica e sociedades complexas do Alto Xingu (no atual Mato Grosso). Luiza e a Serra da Capivara são abordadas respectivamente nas páginas 32 e 33.

Claramente se percebendo nessa e nas produções anteriores a ausência de uma percepção que o aprendizado mais amplo das culturas indígenas pode ser muito relevante do que apenas o cumprimento de uma obrigatoriedade legal. Consciência já bastante amadurecida dentro dos meios acadêmicos que, assim enxergam cada vez os benefícios gerais deste maior conhecimento sobre os variados legados dos povos aborígenes, como, por exemplo, um artigo de Bernardo Castelo Branco, que conclui sobre o grande valor das habitações indígenas que infelizmente se fazem “mal aproveitadas, não suficiente sentidas, interpretadas, valorizadas, devido à ocidentalização imposta às culturas nativas e à sua destruição” (1993, p.70), destacando com isso como um maior aprofundamento sobre elas poderia ser útil ao nosso ambiente de clima tropical.

- *Teláris História*. 6º ano. Autoria Claudio Vicentino e José Bruno Vicentino, editora Atica, na página 61, há a proposta de análise da imagem de uma urna funerária marajoara em comparação a um vaso da cultura tapajônica.

Figura 30 – Capa do exemplar *Teláris História* 6º ano



Fonte: O autor.

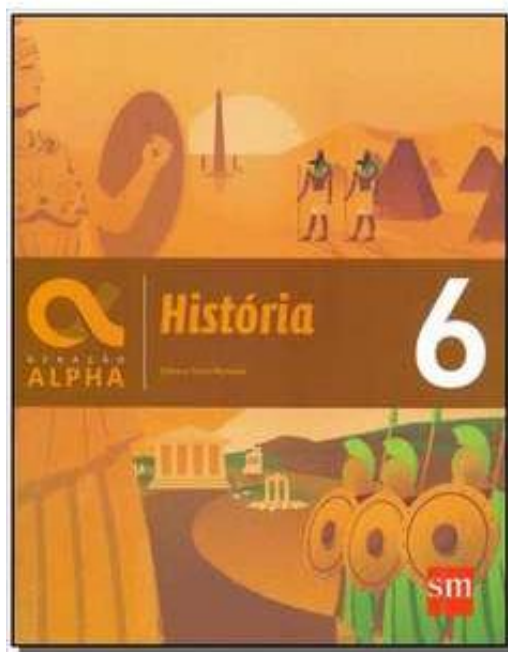
Nesse se percebe que a cultura marajoara é somente um quadro anexo que divide espaço com a cultura tapajônica, em compensação tendo como conteúdo do capítulo 3: “Povoamento da América” dedicado espaço novamente aos sambaquis e uma menção mais geral às sociedades ceramistas amazônicas, logo, em nenhum destes povos há grande aprofundamento, mesmo se considerando um iconográfico (p. 53) a descrever melhor um sambaqui.

- *História Geração Alpha*. 6º ano. Autoria Debora Yumi Motooka, editora SM, página 128:

As grandes Aldeias Amazônicas: Há cerca de 2 mil anos, alguns grupos de agricultores da região amazônica formaram grandes aldeias, os cacicados, com milhares de habitantes. Os cacicados eram governados por poderosos chefes, os caciques, que dominavam extensos territórios submetendo outros povos ao seu poder. Dois importantes cacicados amazônicos situavam-se no norte do Brasil, no atual estado do Pará. Um deles ocupava terras da ilha do Marajó e outro encontrava-se às margens do rio Tapajós, onde se localiza hoje a cidade de Santarém. Por esse motivo as aldeias ficaram

conhecidas como marajoara e tapajana ou de Santarém. Nessas aldeias havia trabalhadores especializados, como agricultores e pescadores, além de artesãos, que produziam artefatos sofisticados, principalmente utensílios de cerâmica e de pedra que eram trocados com outras aldeias.

Figura 31 – Capa do exemplar Geração Alpha 6º ano



Fonte: O autor.

Em compensação o livro (nas páginas 34 e 35) propõe exercícios sobre o complexo de Calçoene \_ uma estrutura de pedra disposta na cidade de Calçoene, no Amapá, conhecido na Amazônia desde o final do séc. XIX, quando as terras da então Guiana Brasileira foram exploradas por expedições naturalistas, sendo a referência mais antiga a sítios arqueológicos na região feita pelo francês Henri Coudreau em suas incursões pelo Cunani, distrito de Calçoene, já na divisa com a Guiana Francesa, em 1883 (SILVA, 2016, p.63).

Esses sítios megalíticos compõem grande extensão, se destacando a área do Monte Curú, onde há uma grande pedra, bloco de granito inclinado sobre a superfície do terreno, inclusive comparado a um marco que indicava o ponto de onde se distanciavam a 8 metros de cada lado, discos de granito deitados sobre o terreno, que foram percebidos como tampas protetoras do que o pesquisador Emilio Goeldi chamou de cavernas artificiais (SILVA, 2016, p.66).

Figura 32 – Vistas de diferentes ângulos do Sítio de Calçoene.



Fonte: SILVA, Deyse França da Sobre as “pedras famosas de Calçoene”: reflexões a partir da arqueologia etnográfica na Amazônia. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

Talvez o uso dos blocos de granito sobre o terreno visasse à facilidade no reconhecimento do lugar de deposição do material cerâmico, quando o terreno fosse tomado pela vegetação, além da proteção dos poços. O maior foco de estudo é o alinhamento de pedras, presentes tanto em território brasileiro, como na Guiana Francesa que, teriam como características: estarem localizados em terrenos elevados, pois assim não seriam atingidos por inundações e as pedras com peso de até 600 kg, sendo que parte das pedras é fincada no solo para que fique erguida enquanto outras são colocadas ao redor para firmá-las.

As pedras erguidas no solo podem ser encontradas formando linhas, círculos ou triângulos (SILVA, 2016, p.70), sendo que esse complexo em Calçoene, localizado este a 18 km de distância da sede do município, em vista do impacto que



criou, chegou a ser denominado na mídia como a Stonehenge brasileira. Comparação aqui posta com o único objetivo de destacar o impacto que o legado desta população nativa já conseguiu criar no imaginário geral, mesmo com a sua existência sendo pouco divulgada.

Retomando aos conteúdos mais relevantes desta série *História Alpha* nas páginas 126 e 127 deste volume para 6º ano são abordados os sambaquis e na página 129 como havia comunidades tupis de organização política mais complexa, de resto configurando o mesmo modelo: índios vistos como coadjuvantes na história, derrotados historicamente, etc. Nisso, vemos que apesar dos livros didáticos apresentarem já um considerável avanço, ainda pouco contribuem para que o professor em sala de aula possa ir da visão em que os índios são comumente retratados de forma genérica, reproduzindo visões equivocadas desconsiderando o vasto mosaico de diversidades, ignorando seu protagonismo, entre outros aspectos que muito vimos no primeiro capítulo.

Felipe Nobre (2016, p. 133) explica que parte da resistência a esta mudança se deve ao fato que o livro didático, além de sua função pedagógica, enquanto objeto fabricado é destinado a um determinado mercado, tendo de atender expectativas de venda sobre ele, desde modo, importa menos a orientação metodológica ou a ideologia de uma coleção didática e mais a sua capacidade de aceitação no mercado.

Além de que também esse conteúdo é marcado pela regulação do Estado através das avaliações do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático (NOBRE, 2016, p. 140), ou seja, as editoras igualmente precisam cumprir ao que determina o programa, a fim de poderem ser aprovados, o que colabora para se limitar a renovação do perfil das obras, já que “a tendência é a aposta nas fórmulas que obtém maior sucesso” (NOBRE, 2016, p. 140).

Contudo, com a popularização dos recursos on-line uma maior dependência dos livros didáticos como único recurso didático diminuí, como o site da secretaria de educação do estado do Paraná (SEED PR)<sup>18</sup>. Contudo, observando mais atentamente sua viabilidade prática em termos de subsídios a fim de se dinamizar a educação indígena é pouca.

---

<sup>18</sup> **Portal Dia-a-dia Educação.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=549>. Acesso em: 2019-2020.

A seção de educação indígena deste portal possui as seguintes subseções: biografias, caderno temático, legislação, links interessantes, povos indígenas do Paraná, sugestões de filmes, sugestões de leituras, terras indígenas do Paraná e por fim vídeos; sempre sujeitas à constante construção, com novos materiais passíveis de serem incluídos em seus acervos visitados nos anos de 2020 e início de 2021.

A subseção biografias escritas pelos próprios biografados, tem somente o resgate de profissionais indígenas na educação no estado que realizam relatos das suas vivencias que, contudo, são de difícil utilização para as competências exigidas pelos parâmetros curriculares. O caderno temático mostra de maior viabilidade: tradições cerâmicas e principais grupos étnicos de populações nativas do estado do Paraná. Contudo, somente ao tratar dos tupi-guaranis há maiores informações, contudo, ainda escassas. Demais materiais trazem grande diversidade de informações, todavia, pouco viáveis.

Dessa maneira, sem grande estímulo para um aprofundamento de este tema ser mais desenvolvido, nem por parte das autoridades e nem de uma parcela considerável dos docentes, sendo esta uma das razões para uma separação entre a preparação para a produção acadêmica e a preparação para a produção pedagógica (SILVA e MEIRELES, 2017, p. 20). Contudo, há outras iniciativas de melhor eficácia, como a obra *Remando por Campos e Florestas: Memórias & Paisagens dos Marajós* (Livro para o Ensino Fundamental - 5ª a 8ª Séries).

Organizado pelos pesquisadores Denise Pahl Schaan, Agenor Sarraf Pacheco e Jane Felipe Beltrão que coordenaram essa produção realizada por professores marajoaras (moradores da ilha de Marajó) procurando registrar por meio de entrevistas, desenhos e trabalhos didáticos com seus alunos, memórias de artefatos arqueológicos, bens públicos, histórias de viveres, saberes e fazeres de sua localidade (SCHAAN, PACHECO, BELTRÃO, 2011, p. 10).

Todavia, o livro não teve como objeto único a cultura arqueológica da ilha, abordando os mais diversos aspectos da identidade da ilha, como a imigração nordestina para a ilha, as comunidades negras remanescentes no Marajó, lendas, patrimônio material das igrejas e outros prédios históricos, patrimônio natural, as músicas, assim como o próprio legado cerâmico marajoara e um pouco da história deste povo. Um esforço para resgatar/preservar todos os aspectos mais relevantes da história e cultura do arquipélago.

A obra foi elaborada nos seguintes eixos temáticos: 1) paisagens & passagens, 2) histórias de vilas e cidades, 3) patrimônio material e imaterial, 4) narrativas fantásticas. São 22 textos produzidos por professores de escolas públicas marajoaras, destacando-se os municípios de Melgaço, Portel, Anajás, Ponta de Pedras, Muaná, Chaves, Cachoeira do Arari e Salvaterra (SCHAAN, PACHECO, BELTRÃO, 2011, p. 10).

Sua linguagem é simples, tornando a compreensão extremamente fácil, visando aos alunos de 6º a 9º ano; rara preocupação na maioria dos livros didáticos. Os temas abordados nos artigos contribuem para desconstruir a visão “exótica” que se difunde sobre a ilha do Marajó e de suas paisagens. Focam as crenças, festividades, ofícios e modos de fazer pleno de significados e intermediadas pelos pesquisadores e autores.

Na introdução os docentes informaram o desejo de que nas escolas do Marajó, a história das comunidades da ribeira, das praias, dos campos e das florestas faça parte dos livros didáticos, valorizando a identidade local num tempo em que a globalização tende à uniformidade cultural. Em sua introdução o livro diz que “Ser marajoara é atitude que levanta a cabeça contra a invisibilidade da diversidade cultural que açoitou os moradores do Marajó [...] e, hoje, continua a excluí-los pelas formas coloniais internas”.

Fazendo-se assim um trabalho sem grandes pretensões, que o torna um referencial valioso no trato da história local, a ser imitado, caracterizando-o, portanto, como um primeiro contato dos jovens com a sua história, sem preocupações de aprofundamentos complexos ou privilegiando somente a um aspecto em detrimento de outros.

Nisso, por exemplo, o texto *Deixando a terra natal* trata das migrações explicando de forma simples, porque elas ocorrem. Em seguida, menciona sobre a população nativa da ilha, dizendo que “migrações temporárias e entre curtas distâncias podem ter ocorrido na ilha de Marajó em função da variação da disponibilidade de peixes entre as estações de inverno (cheia) e verão (seca)”. Assim expondo a dinâmica das cheias no verão e o baixar das águas no final do inverno, que geravam grande quantidade de peixes presos em lagos e igarapés, vindo deste modo a atrair “populações que viviam a mais de 100 km de distância, que lá se estabeleciam por alguns meses aproveitando-se da fartura de alimentos”.

Para então na página seguinte tratar da descoberta dos cemitérios indígenas no Marajó (tesos) que indicavam a existência de sociedades complexas, com alto nível de desenvolvimento técnico, inclusive destacando que a forte impressão que estas estruturas deixaram chegou a se cogitar a possibilidade que já vimos sobre tais populações terem vindo de fora. Expondo que a ideia de que essa cultura nativa marajoara teria sido trazida ao Marajó por povos que migraram dos Andes, mesmo sem nada que a comprovasse teve força por anos, até que a arqueologia na década de 1980 constatou ser obra de um desenvolvimento autóctone as manifestações desta cultura marajoara.

O texto assim cria um primeiro contato da cultura nativa da ilha com os jovens, também presente no artigo *Histórias da cobra grande* que descreve o cotidiano desta população marajoara pré-colonial, explicando que tinham uma agricultura diversificada, que eram exímios ceramistas e principalmente expondo cuidadosamente a relação destes indígenas com o ciclo de cheias e estiagens na ilha que lhes obriga a uma organização que lhes permitisse a sobrevivência num ambiente onde durante os invernos tanto a agricultura como a pesca era dificultada pelas inundações.

O título *Histórias da cobra grande* se deve à divindade que habitaria os igarapés da ilha, sendo referida esta população então como o povo da cobra grande, abordando neste ponto em diante festividades, a fabricação de uma cerveja de mandioca (caixiri), a iniciação das meninas na puberdade que incluía a confecção das já mencionadas antes tangas de barro e, por fim suas práticas funerárias. Merecendo destaque a observação de que esta era uma sociedade de subsistência bastante desenvolvida ao ponto de atrair o interesse das populações vizinhas em alianças por meio de casamentos.

Sendo toda a explicação narrada como se fosse uma história infantil que torna sua leitura fácil e prazerosa. Não impedindo esta linguagem de se promover uma clara visualização em nossa imaginação sobre como seria o cotidiano destas pessoas. Podendo se afirmar que os conteúdos dispostos somente neste artigo em especial poderiam subsidiar um breve capítulo em um livro didático de história convencional. Ao fim do texto, como ocorre em todo o livro há um questionário para se responder com base na leitura do mesmo.



### 3.3 PRODUÇÃO DIDÁTICA

Comentar sobre propostas pedagógicas para práticas de ensino relacionadas com a temática indígena ajuda a compreender o porquê da importância da consolidação dessa reflexão, que se acredita que devesse ser abordada com mais abrangência, sendo esse um desafio ao professor, a despeito de cargas horárias não suficientes para o desenvolvimento de um trabalho satisfatório no sentido de atender novos desafios estabelecidos pelo docente.

Aspecto que leva a muitos professores em cumprirem somente o conteúdo que lhes é estabelecido pela legislação, deixando qualquer iniciativa diferente de lado, principalmente quando nas unidades escolares não há locais adequados para determinadas atividades que exigem mais espaço e adequação como, por exemplo, um local que possa ser utilizado como um ateliê cerâmico.

Por isso, a necessidade de se pensar sobre alternativas de como buscar outras formas de se trabalhar com certos conteúdos que tragam mais informação e profundidade ao assunto, como o que se apresentará abaixo.

#### 3.3.1 Texto Didático - *Cultura Marajoara*- Autor: Luis Marcelo Santos

Esqueçamos a ideia equivocada que por séculos prevaleceu em nosso imaginário geral de que os povos indígenas que viviam no Brasil antes do assim chamado descobrimento formavam um amontoado de populações atrasadas e pouco desenvolvidas. Nada mais errado do que pensar isso, e exemplos não nos faltam para demonstrar que essa afirmação em nada corresponde com a verdade. Conhecimentos técnicos variados, manifestações artísticas, etc. que uma vez as conhecendo bem evidenciam o quanto temos a nos surpreender com o Brasil antes de Cabral.

A começar pelo que iremos ver a respeito da chamada cultura marajoara<sup>19</sup> que se edificou a partir de um antigo povo já extinto e que habitava a ilha do Marajó. Foi nesta ilha que se formou uma sociedade altamente rica através de seus

---

<sup>19</sup> Devendo se entender que ao falarmos aqui de cultura marajoara estamos nos referindo à cultura de uma sociedade indígena que não mais existe, pois ao se falar em cultura e arte marajoara pode se referir também a um estilo de arte hoje presente nesta região que não corresponde exatamente com o legado desta população nativa já extinta.

artefatos, mas que foi desaparecendo aos poucos até deixar de existir em meados do ano 1.350.

A quem não saiba, esta ilha é maior dentre todas que formam um amplo arquipélago que fica bem no meio do rio Amazonas e do Oceano Atlântico, no norte do estado do Pará, conforme pode ser observado no mapa que se segue na página seguinte:



Fonte: J.A.O. Amarante, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.amarante-vinhos.com.br/queijo%20-%20outra%20paix%C3%A3o/queijo-bufala-brasil/para/>. Acesso: em 12 nov. 2021.

Uma ampla comunidade que ficou conhecida pela criação de peças cerâmicas (em argila) altamente elaboradas. Seja pelo formato das peças (algumas, como as chamadas tangas de barro a vermos adiante, que foram uma criação exclusiva deles) quanto na sua decoração. Que era de tirar o fôlego, com um estilo de pintura preta e vermelha em cima de um fundo branco e detalhes variados. Como bordas ocas, modelagem, incisão (cortes, riscos, baixo relevo) e excisão (alto

relevo), criando com isso uma infinidade de modelos, formas e estilos. E tem mais: sempre repletos de detalhes. Tanto que na arte marajoara nunca há espaços vazios na sua decoração e nem seus enfeites são aleatórios. Tudo tem uma simbologia.

A partir dessas características é fácil de entender o porque dela ser observada como uma das mais belas e sofisticadas produções cerâmicas quando comparada com as demais criadas nas três Américas. Tudo por causa das suas formas bem delineadas e motivos de decoração variados, incluindo, como já havia dito a pouco, uma rica simbologia e versatilidade bem pouco comum.

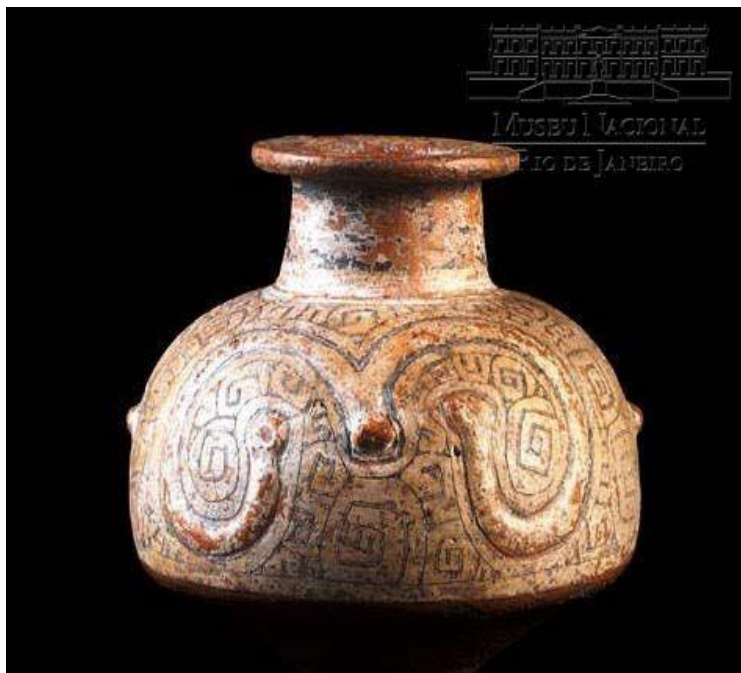
Através dos objetos deixados por essa cultura, como, vasos, urnas funerárias, estatuetas, chocalhos e enfeites para o corpo, etc., se contempla uma série de habilidades sem igual. A começar por uma complicada serie de detalhes que costuma a cobrir todo o artefato cerâmico em questão. Tão incríveis que até hoje são imitadas por artesãos do estado do Pará que perceberam o seu alto potencial de atração aos turistas, uma vez que, muitas pessoas que visitam a região e a sua capital Belém, demonstram o interesse sobre os exemplares reproduzidos em grande quantidade dessa cerâmica indígena.

Sendo que muitas peças que os turistas compram chegam a ser mesmo bem parecidas com as originais, enquanto outras nem tanto. Mas, de qualquer modo, tudo começando com a descoberta dos artefatos deixados pelos antigos marajoaras que, além da beleza e complexidade, mostram a outros aspectos igualmente fascinantes de sua sociedade.

Algo que por sinal, não é recente, pois desde a sua descoberta pelos mais variados pesquisadores, já no início do século XIX que essa cerâmica tem atraído a atenção de admiradores tanto dentro como fora do Brasil. E tanto impressionou a estes que o preconceito da época lhes impediu, por muito tempo, de admitir que isso tudo era uma criação das populações nativas da região amazônica. Algo que hoje não resta a menor dúvida que esta cerâmica é uma produção 100% original dos indígenas que habitaram a ilha do Marajó ao longo de séculos.

Curioso sobre como ela é? Sem problemas. Pois na página seguinte nós podemos observar a alguns exemplos desta antiga arte, na qual é inclusive interessante observar que em sua decoração não há espaços vazios:

Exemplar de vaso marajoara



Fonte: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 2021.  
Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/>.  
Acesso em: 01 nov. 2021.

Exemplar de urna marajoara



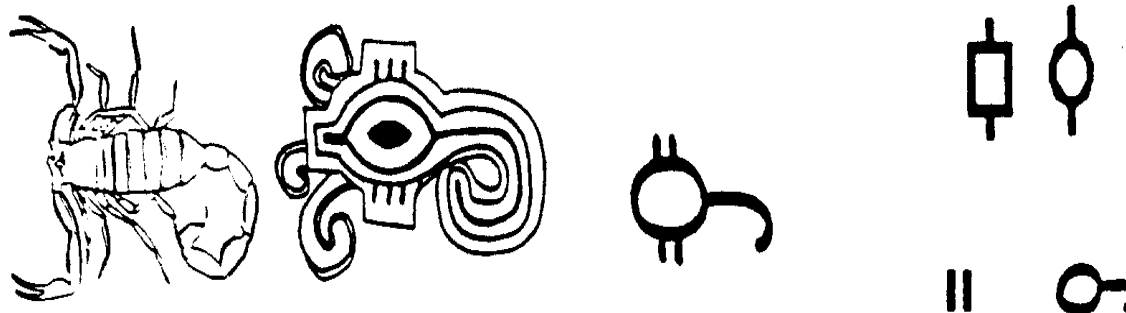
Fonte: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 2021. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Seus objetos em geral nos mostram que foram um povo altamente sofisticado, como, também, admiravelmente organizado a ponto de terem desenvolvido, dentre outras coisas, uma estrutura de divisão de trabalho (onde cada um possui uma única ocupação na cadeia produtiva) entre àqueles que se ocupavam com sua fabricação. Sendo isso somente o começo, pois as peças têm traços gráficos harmoniosos e simétricos, cortes e aplicações, com uma variedade de motivos (decorações), recebendo acabamento com efeitos brilhosos, algo semelhante a um verniz. Uma habilidade que vale a pena aprender.

Algumas vezes, o nível de sofisticação dos desenhos na argila chegava a tal ponto que nas combinações de traços que são próprios de partes do corpo humano ou de parte de animais quase não se nota contraste, o que dá a entender que havia entre eles uma rica mitologia, mas que, infelizmente, dificilmente venhamos a saber sobre suas histórias, somente podendo imaginar como seriam.

Tudo que se pode saber que os animais de maior perigo, ameaça ao Homem eram os representados em sua cerâmica como, por exemplo, a serpente, o escorpião, o jacaré. Ainda que animais outros, como dentre outros a tartaruga igualmente eram apareciam em sua decoração.

Exemplares de representação do escorpião na arte marajoara – para efeito de comparação um escorpião à esquerda e símbolos



Fonte: SCHAAN, Denise Pah. Iconografia Marajoara, 2004. Disponível em <https://rupestreweb.tripod.com/schaan.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

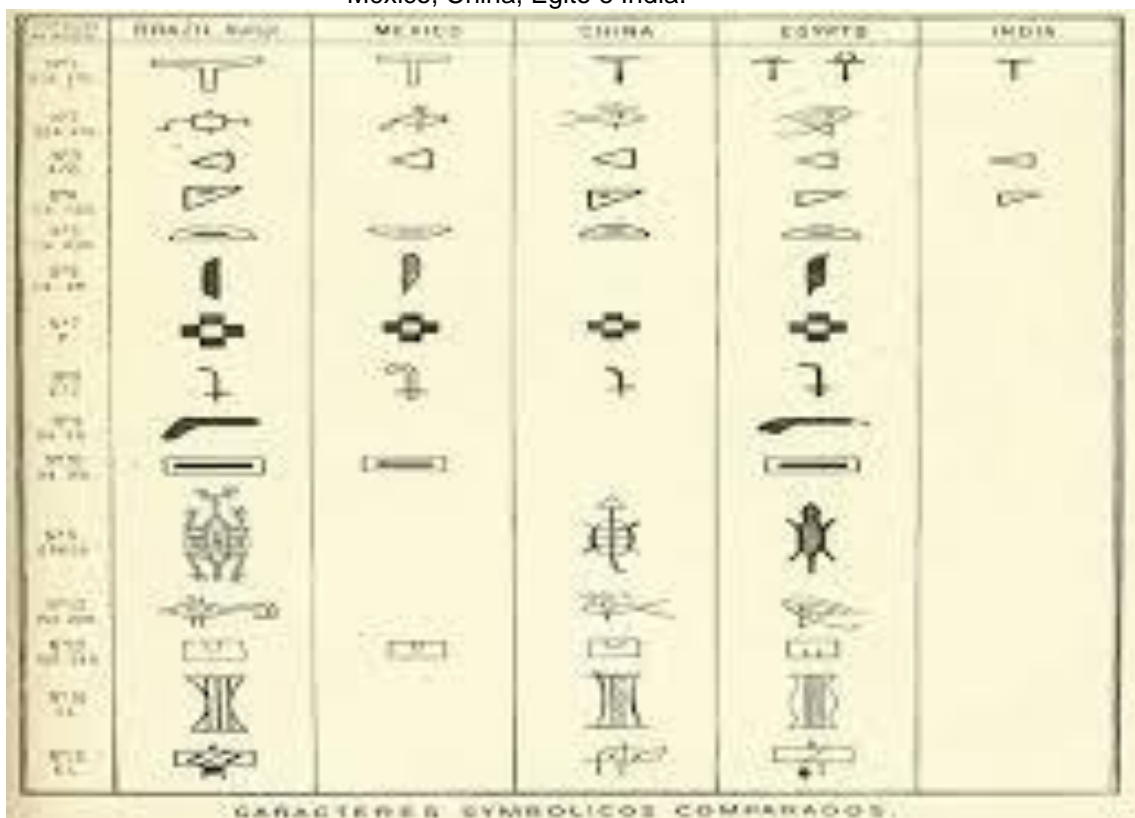
Mas voltemos a sua técnica um pouco mais. Onde há peças em que mais se nota relevos, ao passo que em outras, pintura. Acontecendo que além da estética junto uma preocupação com a durabilidade destas suas peças. Para isso eram usados diversos antiplásticos. Ou seja, para quem não sabe o mesmo que um tempero na argila, por assim se dizer. Confuso ainda? Sem problemas, pois então

devemos ver que eram agregados outros elementos a massa dentre outras cinzas, cascalho, ossos e conchas moídas.

Isso mesmo: um antiplástico é um elemento extra que é adicionado na massa de argila fresca para tornar ela mais resistente. Mas tudo isso é só um detalhe por incrível que pareça. Pois além de todas essas formas de diversificar sua arte, a grande complexidade de seus símbolos dão indícios de que histórias eram representadas nestas peças. Símbolos que podem guardar uma estrutura de escrita já extinta. Sim uma escrita. Isso mesmo.

Exagero? Aos que achem algo tão absurdo segue na página seguinte um esquema comparando os símbolos marajoaras com aqueles já comprovados serem parte da escrita de outros povos:

Símbolos Marajoaras: (da primeira fila esquerda) comparados com sinais de escrita do México, China, Egito e Índia.



Fonte: LINHARES, Ana M. Concinnitas - ano 19, n. 34, dez. 2018.

Logo, eles podem ter desenvolvido ideogramas decorativos (símbolos que formam palavras, como é o caso da escrita da China, por exemplo). Pois em muitos vasos é comum notar símbolos que combinavam e se repetiam em um padrão igual

a uma escrita, sendo, possivelmente, um sinal de escrita ideográfica. Por mais que isso não tenha ainda como ser afirmado ou negado.

Além de que, já dissemos que tais narrativas presentes na cerâmica deste povo muito se referem à vasta cosmogonia (crenças) marajoara, podendo agora dizer que elas são marcadas por animais como lagarto, escorpião, serpentes, mas também com frequências aparecem as simbologias femininas.

Sim, a mulher aparece com frequência na ornamentação, inclusive na arte funerária (mortuária) como em vasos para o sepultamento dos restos das pessoas. Nisso, sendo que é interessante observar que nas urnas funerárias das mulheres, é possível ver uma série de desenhos, que, por sua vez, não tem nas urnas masculinas.

Talvez, seja esse um sinal de que a organização da sociedade marajoara era um matriarcado. Ou seja, as mulheres tinham uma posição de destaque. Bem o oposto da maioria das sociedades estudadas historicamente, como a Grécia, Roma, Israel, etc.. Lugares onde o sexo feminino era muito marginalizado, mesmo não havendo razão para um gênero (sexo) se achar superior a outro.

Conseqüentemente, em comunidades com grande população como a marajoara, a produção regular e constante dos produtos da comunidade dava às mulheres importância em sustentarem a economia comunitária. Afinal ficava para elas o principal do sustento das comunidades ao plantarem, colherem, coletarem, etc. A análise iconográfica (dos ícones, símbolos) do material cerâmico, especialmente das urnas funerárias, mostra que as mulheres tinham uma posição de destaque até mesmo nas tradições religiosas, já que elas sempre aparecem representadas nessas peças cerâmicas.

Isso mesmo, ao contrário de outras sociedades antigas onde a mulher era marginalizada, entre os antigos marajoaras, as mulheres tinham um papel preponderante. Algo muito interessante porque nos mostra como é um mito a ideia do machismo ser algo natural.

Todavia, lembrando que a diferenciação em classes formando grupos diferentes, não era exclusiva à categoria do sexo, e que, quanto mais estudamos esses indígenas, mais vemos que não tinham nada de simplórios, primitivos. Muito pelo contrário, tendo criações inclusive únicas, uma vez que em nenhuma outra sociedade já foi identificada a ocorrência de algo semelhante. Pelo menos, não até agora. No caso, estamos se referindo às chamadas tangas de barro.

Tangas de barro (1)



Fonte: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 2021. Disponível em <https://www.museunacional.ufrj.br/> Acesso em: 04 jul. 2021.

Algo que em nenhuma outra sociedade, até onde se sabe, pensou igual. Peças de argila cozida na forma de um pequeno triângulo ornamentado e que era preso ao corpo por barbantes e cobria a região genital. Mas o que elas nos revelam sobre a diferencial social comentada? De acordo com a arqueóloga Denise Schaan, da Universidade Federal do Pará, tal “biquíni” era atado à cintura por laços, cordas.

E tem mais: cada tanga possuía cores e padrões que determinavam a idade e a classe social da mulher, sendo que as mais velhas usariam tangas vermelhas e as mais jovens de cor branca. Além disso, essas tangas podiam não ter decoração alguma. Sendo que estas não decoradas são encontradas, curiosamente, dentro de urnas funerárias grandes que, por sinal são altamente decoradas, muito mais ricas em detalhes. Por sua vez aquelas tangas de barro que são decoradas sempre são encontradas dentro de urnas funerárias que são muito mais simples. Uma clara evidência de diferenciação social nesta sociedade.

Acontecendo que tem ainda mais uma curiosidade interessante: não apenas dentro de urnas essas tangas são encontradas. Pois enterradas nos locais de habitação inclusive elas também são achadas. Com a diferença que dentro das urnas funerárias, elas se acham inteiras, e quando são descobertas nas áreas de



habitação, em geral elas estão partidas, fragmentadas. O que indica que o uso delas poderia ter vários significados ritualísticos, cerimoniais, simbólicos.

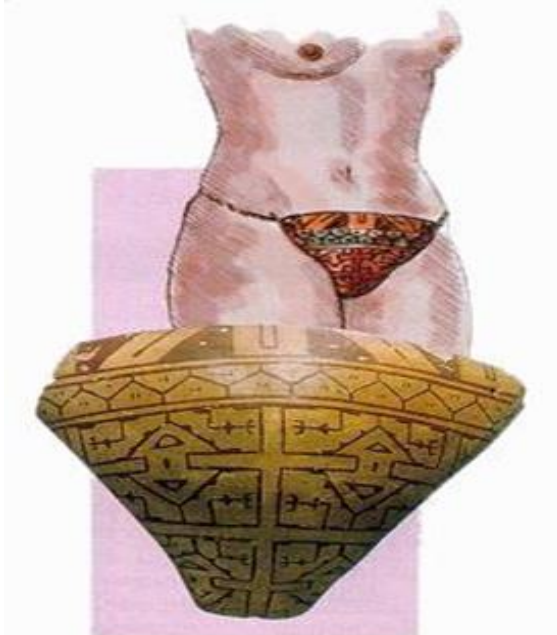
Tangas de barro (2)



Fonte: PINTEREST, 2021. Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/316659417552596456/>. Acesso em: 04 jul. 2021

Abaixo podemos ver uma representação de como as mulheres deveriam utilizar estas tangas:

Representação como eram usadas as tangas de barro



Fonte: TERRA BRASILEIRA, 2000. Disponível em: <http://www.terrabrasileira.com.br/indigena/cotidian/450ceramic.html>. Acesso em: 04 jul. 2021

Sendo que, além da cerâmica, uma grande organização entre este povo pode ser percebida por meio dos enormes morros artificiais chamados de tesos que serviam para abrigar suas casas. Sim, não se assuste, é isso mesmo, morros artificiais feitos pelos indígenas marajoaras para proteger suas casas dos riscos das enchentes.

Erguidos através da retirada de grandes quantias de terra do próprio entorno desses montes, e, por intermédio da compactação era reforçada com camadas de uma casca cerâmica cozida sobre o fogo. Por isso essas elevações, de forma muito eficiente, mantinham toda a comunidade residindo sobre elas em total segurança, fosse da agressividade da natureza como também humana, porque, esses grandes morros também serviam para defesa de ataques inimigos, dificultando a invasão, não muito diferente do que faziam nos castelos da Europa Medieval.

Dessa forma, sua função não residia somente em garantir moradia segura a uma área sujeita a constantes alagamentos, mas, também, uma questão de status. Pois suas chefias se rivalizavam entre si tentando demonstrar sua grandeza por meio da construção destes tesos. Portanto, sendo mais do que só moradias: sendo cemitérios, habitação, defesa militar e contra inundações, uma obra de engenharia que, mesmo sem despertar deslumbre igual às pirâmides do Egito, por exemplo, não deve ser desprezada.

Representação de um teso (1)

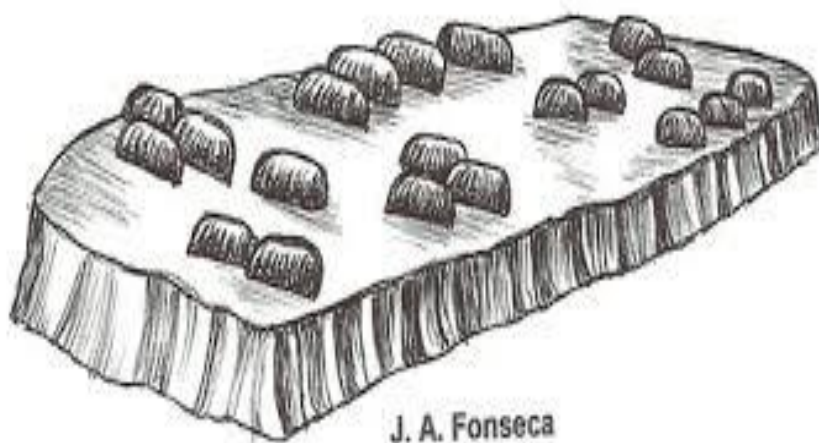


Fonte: COSTA, Mayco Cruz. Cultura Marajoara, 2020. Disponível em: <https://ensinodehistoriafasemarajoara.webnode.com/files/200000018-bc1d1bc1d4/Material%20did%C3%A1tico%20cultura%20marajoara%200.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

Os tesos eram estruturas multifamiliares (abrigando várias famílias) com diversas lareiras alinhadas ao longo do centro do morro construídas no sentido leste-oeste (direita-esquerda), e, geralmente, agrupadas num padrão oval, feitas de terra essas habitações com postes de madeira e telhados de palha. Habitações que tiveram uma ocupação contínua. E como pode se afirmar isso? Por causa das camadas sobrepostas de estruturas, ao longo de anos, que permitem deduzir isso.

De modo que, com as amostras coletadas nessas estruturas, não há dúvida que ao longo da ilha se espalharam pequenas vilas sedentárias. O que, sem exagero, nos permite dizer que tivemos uma verdadeira civilização do barro, contrariando a ideia geral de que no Brasil antes da chamada colonização somente havia povos nômades. Algumas destas “vilas” chegaram até a ter 20 estruturas construídas uma sobre a outra. E tem mais: nelas haviam sido construídas obras de terraplanagem monumentais, calçadas, rampas, canais, lagoas e campos drenados, mas que foram enterradas devido a extensa sedimentação. Explicação esta que fica mais fácil de entender através da representação artística de como deveria ser a ocupação destes tesos pelas antigas populações do Marajó que veremos adiante:

Representação de um teso (2)



Fonte: FONSECA, José Augusto. Brasil Antigo, maio 2016. Disponível em: [http://www.viafanzine.jor.br/site\\_vf/pag/7/fonseca\\_amazonia.htm](http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/pag/7/fonseca_amazonia.htm). Acesso: em 03 dez. 2020.

Sendo o que comentamos até aqui é somente uma amostra de todo um legado que este povo deixou ao longo de quase mil anos que sua cultura se

desenvolveu entre os anos de 400 a 1350, pois essa é uma breve apresentação deste povo, que, com certeza, vale a pena ser conhecido mais a fundo.

Abundante em padrões, a cerâmica também mostra como era grande a divisão social dos integrantes da sociedade que as produziu. Logo, este povo se estruturava em vários subgrupos. E assim é fácil afirmar que houve um agrupamento muito mais numeroso do que a atual população da ilha. E como tendo o lugar recursos naturais limitados?

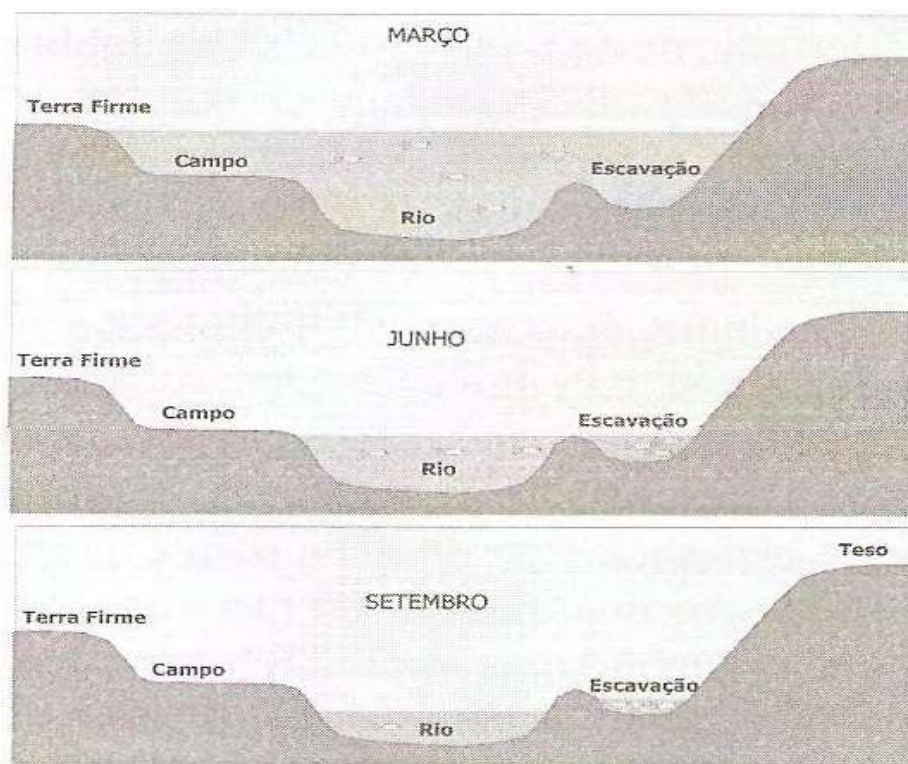
Graças a uma dinâmica ecológica natural que eles observaram. Simples e eficaz, aos que tenham uma ótima capacidade de observação sobre os ciclos da natureza. Onde as cheias no inverno dificultavam o plantio e a pesca (com os alagamentos) e a seca do verão era igualmente prejudicial a produção de alimentos, agora por causa da seca. Complicado, mas, para isso eles encontraram uma solução: as barragens nos igarapés permitiram que criadouros permanentes de peixes na época de estiagem fossem desenvolvidos.

Por conseguinte, em torno de 70% (mais de dois terços) da sua área de campo ou savana (mata de poucas árvores) ficavam debaixo da água por um período de 4 a 5 meses. Quase meio ano, se pensar bem. O que fazia impossível a vida dos habitantes ali devido às inundações. E também por causa das secas. Mas esse problema foi contornado porque seus moradores ali perceberam que boa parte dos peixes que se reproduziam (e muito, gerando abundância então) na época das cheias acabavam depois presos ficando nas águas rasas das cabeceiras dos igarapés e lagos com a chegada da estiagem (a seca).

Simples, mas que nem todos conseguem perceber. E foi assim, observando a essa dinâmica da natureza, que os índios ali aprenderam a manipular conscientemente este seu meio ambiente. Para tanto, construindo lagos e barragens, escavando os entornos dos próprios tesos, reproduzindo técnicas simples, mas bastante eficazes de manejo, num lugar onde as condições ecológicas não eram lá das mais favoráveis. E o melhor, conseguindo conciliar grandes quantidades de gente, sem prejudicar o meio-ambiente.

Complicado entender? Sem problemas. Podemos ver uma representação de como seria o manejo das águas na página seguinte:

Representação como seria o manejo dos recursos aquáticos em um teso



**Figura 4.5 - Modelo hipotético para o manejo de recursos aquáticos**

Fonte: ALMEIDA, Jorge Ailton M. de. A cerâmica marajoara dos Tesos. 2016. Monografia (Graduação em Artes Aplicadas), Universidade Federal de São João del Rei. São João Del Rei, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/104757312-Jorge-ailton-moreira-de-almeida-a-ceramica-marajoara-dos-tesos.html>. Acesso em: 03 dez. 2020.

Devido a essa relação estabelecida com ambiente, também fica mais bem fácil entender porque esses indígenas se expressavam em sua arte por meio das representações de animais e plantas. Como em geral os povos antigos o faziam seja por meio de representações realistas ou naturalistas, ou fosse pelas chamadas representações icônicas – que são as abstrações, tanto formas simples ou estilizadas para representar de modo simples a um elemento de sua realidade.

Em vista de como a quantidade de representações é imensa dá para imaginar como seria a vasta, enorme, rica sua mitologia, sistemas de crenças que eles devem ter cultivado. Algo que somente podemos imaginar.

Mas falando em religiosidade é certa a forte influência centralizadora, como acontecia em todas as sociedades antigas, sobre os membros dessas sociedades marajoaras, ao longo dos séculos. Foi assim, se utilizando da força do trabalho sob



a vontade de sua liderança vista como sagrada que acontece a construção de poços, barragens e de tesos. Afinal eles também eram usados para fins funerários ritualísticos. Assim como exerciam um poder por herança matrilinear (por parte da mulher e não do homem). Não muito diferente das pirâmides do Egito, por exemplo, mostrando a todos o poder de dada dinastia.

Por isso uma diversidade de tesos na paisagem, que viviam intensa cooperação entre as comunidades vizinhas. Ou seja, mantinham constante contato entre aldeias próximas com uma sofisticada rede de trocas de longa distância para matérias-primas e bens diversos (pedras raras, produtos animais e vegetais), como é o caso de joias talhadas em nefrita. Para quem não saiba é uma pedra de coloração verde, usada para os amuletos chamados de Muiriaquitãs.

Um amuleto de Muiriaquitã



Fonte: Lendas Amazonicas, 2020.

Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/a-lenda-do-muiraquita/>.

Acesso em: 04 nov. 2021.

Nome que talvez não seja estranho, já que essas joias eram bem conhecidas numa lenda da região popularizada sobre mulheres índias guerreiras chamadas de Amazonas, daí o nome do rio e da região abrangida pela bacia deste. Importando com isso vemos que sim eles desenvolviam atividades comerciais.

Mas é claro que ainda há muito que pode vir a ser descoberto. Quanto mais se estuda estas peças de cerâmica, mais questões aos poucos surgem. Querem mais um exemplo? Se sim, vejam que ao se observar melhor, a dados aspectos destas cerâmicas, se nota que em algumas peças há motivos que claramente

correspondem aos padrões e formas que se formam na retina do olho “quando o indivíduo está em transe alucinógeno” segundo a pesquisadora Denise Schaan em 2007. O que muitos por certo vão perguntar: E o que isso quer dizer?

Que é muito provável que esses indígenas fizessem uso de uma prática comum a outras comunidades amazônicas, sendo um exemplo, a ayahuasca. Ou seja, ainda mais conhecimentos que por ora, apenas cogitamos, mas podemos talvez um dia ter a confirmação dependendo das descobertas que ainda sejam possíveis, sem terem sido perdidas já em função de décadas e décadas de vandalismo e pilhagem que infelizmente muito já aconteceram.

Com isso tudo que vimos, acho que somente com este breve exposto sobre os marajoaras possa-se compreender porque eles impressionaram tanto os que a estudaram e ainda o estudam, como é o caso, por exemplo, da pesquisadora Rosemeire Toyota na sua dissertação de 2009 para mestrado em Ciências da Tecnologia Nuclear pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) que ao tratar sobre essa complexa sociedade da ilha do Marajó, disse que a “cultura marajoara [...] sozinha já demonstra a necessidade de uma maior atenção à chamada “pré-história” brasileira, que não pode ser simplificada meramente num vasto conjunto de populações primitivas sem qualquer organização complexa”.

Logo, diante de apenas um exemplo somente, já pudemos ter uma noção bem clara de que o Brasil antes de Cabral em nada pode ser entendido como um tempo sem nenhuma história que valha a pena conhecer. Muito pelo contrário. Ainda mais diante do fato que os indígenas marajoaras são apenas um dentro dos incontáveis povos que há muito a se aprender com o seu legado. Como, por exemplo, os tapajônicos, a sociedade de Itacotiara responsável pela chamada Pedra do Ingá na Paraíba, os maracás, os povos de sambaquis, etc.

Curioso sobre esses nomes que agora comentamos? Se sim, isto é ótimo, pois pode ser sim organizada uma viagem semelhante a que fizemos agora com estes antigos marajoaras. E com isso conhecermos maravilhas que estão ansiosas para que as conheçamos e assim ampliem nossa visão de mundo. Pois havendo tanto a se conhecer, evidentemente os antigos marajoaras se fazem apenas o começo de uma vasta história que se é tão rica porque então não a valorizarmos realmente.

### 3.3.2 Orientações aos professores

O texto se faz extenso para que o professor se sinta à vontade inclusive quanto à possibilidade de promover recortes a partir do que foi enunciado relacionados a aspectos como relações de gênero, dinâmica ecológica, engenharia, arte cerâmica e relações comerciais. Do mesmo modo que pode ter sido percebido um grande uso de imagens, em tamanho grande, justamente para que o aspecto visual se torne mais um aliado na obtenção da atenção dos estudantes.

Dos aspectos mencionados acima, a questão de gênero, onde a exclusão ou oportunidade criada apenas por sexo, ainda é forte no seio da nossa sociedade, apesar de ter alcançado maior escala de discussão, mas acredita-se na necessidade desse assunto ter mais presença em sala de aula, a fim de ampliar as visões dos alunos sobre essa problemática mostrando que ela não é algo tão contemporâneo como se imagina.

Enquanto que a questão ecológica também é algo primordial a ser discutida, principalmente num momento em que a sobrevivência humana cada vez mais se vê ameaça pelo crescimento demográfico aliado ao impulso predatório em nome do dito progresso e que pode ser apontada como um aspecto que já estava presente em sociedades bem mais antigas que a nossa.

Porém, não pode ser esquecido que o texto tem utilização a fim da questão do empoderamento da identidade indígena e da sua ancestralidade, indo ao encontro com o objetivo de auxiliar na desconstrução da impressão da ideia de sociedades primitivas, simplórias e sem grandes diferenças. Podendo, dependendo do tempo ou recortes neste conteúdo, se abordar a outras coletividades como os tapajônicos, os povos de tradição itararé, as coletividades de caingangues, etc. enfatizando essa diversidade e, junto suas complexidades não percebidas muitas vezes.

Os exercícios propostos também têm objetivo apenas de demonstrar como o aprendizado sobre os antigos marajoaras pode instigar novas perspectivas que já comentamos, por diversas vezes, na arte, nas questões de gênero e nas relações ecológicas, podendo o capítulo sugerido ser refeito em outros formatos, inclusive separado por temáticas como técnicas cerâmicas, relações ecológicas, etc. em textos menores.



Outro aspecto é a viabilidade deste material que pode ser trabalhado de forma multidisciplinar, pois além da História, a cerâmica marajoara tem muito potencial a ser desenvolvido na matéria escolar de Artes, por exemplo, inclusive ao tratar da ecologia, os antigos marajoaras se fazem um assunto que pode ser abordado nas aulas de ciências.

Cabendo ainda observar na leitura deste texto proposto que ele contempla as seguintes competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular):

6° ano

(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas (BRASIL, 2016, p. 421).

(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades (IBDEM).

(EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras (IBDEM).

(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços (IBDEM).

7° ano

(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas (IBDEM, p. 423).

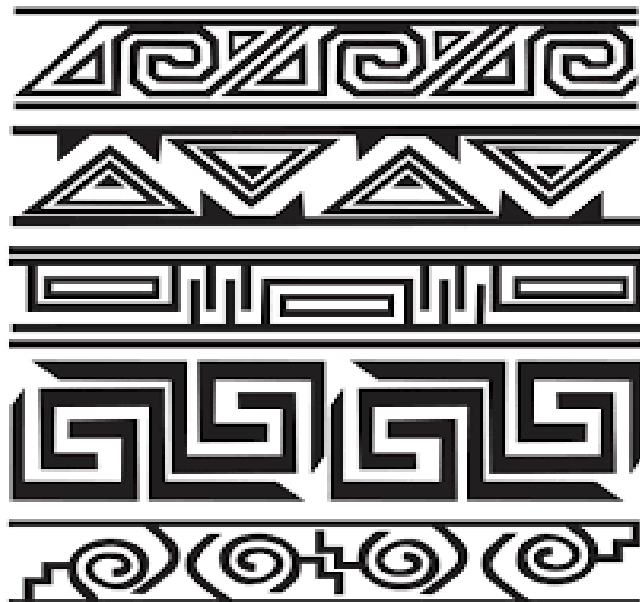
### 3.3.3 Sugestões de Atividades

As discussões e reflexões propostas podem ser dinamizadas pelos exercícios abaixo propostos, elaborados com o intento de demonstrar as possibilidades de mais desdobramentos sobre esta temática:

- 1) Considerando que a civilização marajoara não foi um caso isolado, pode ser sugerido pelo professor aos seus alunos, buscarem conhecer sobre

outras sociedades semelhantes que se formaram na região amazônica, através de pesquisa ou trabalho em sala (neste caso com materiais fornecidos pelo professor, podendo ser uma sugestão o seguinte vídeo [https://youtu.be/\\_kwdEQpVpQE](https://youtu.be/_kwdEQpVpQE) com duração de apenas 3 minutos e 36 segundos – Civilizações do Brasil pré-colonial, autor SANTOS, Luis Marcelo, 2020). O objetivo se resume a uma primeira experiência no sentido de desconstruir o senso comum sobre os povos indígenas brasileiros sempre terem se resumido a populações atrasadas.

- 2) Sabemos que a arte nem sempre é algo 100% original, sendo comum que novas criações se inspirem em uma ou mais produções artísticas anteriores a elas, como é o caso da atual cerâmica marajoara que em parte se inspira na criação dos índios que legaram uma cerâmica que desde a sua descoberta encantou às pessoas do Brasil e fora dele, dessa forma, a arte também é um exercício de recriação, reinvenção. Com base nisso observe as imagens que se seguem, de um padrão de decoração da antiga arte marajoara (primeira imagem) e duas releituras desta:



Fonte: Pinterest, 2020. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/640566746973807477/>. Acesso em: 04 nov.2021.



Fonte: Grafismo e a arte marajoara, 2017.  
Disponível em: <http://www.artemarajoara.3sprojotos.com.br/sobre/>. Acesso em: 04 nov. 2021.



Fonte: Sindicato dos Metalurgicos do ABC, 28 nov.2018.  
Disponível em: <https://twitter.com/smabc/status/1067936753187790848>. Acesso em: 04 nov.2021.

Com base nas imagens acima expostas faça releituras do padrão de traços e cores, usando sua criatividade, ou seja, libere sua imaginação **baseando-se nos modelos da decoração cerâmica da arte marajoara**, crie ilustrações, desenhos, etc., por exemplo, uma placa com o seu nome, uma decoração para fachada de uma casa ou de um piso. Dúvidas ainda? Sem problemas. Que tal então um desenho abstrato ou mesmo um trabalho em argila. Sugestões não faltam, mas acima de tudo o que vale é dar asas à criatividade.

- 3) Com base na leitura sobre os antigos marajoaras, podemos afirmar que os índios em geral são povos atrasados? Comente a esse respeito.
- 4) Vimos que os antigos marajoaras eram uma sociedade menos discriminatória do que outras como os romanos ou os gregos antigos, mesmo não sendo igualitária, e que as mulheres tinham um papel mais presente nessa sociedade, mostrando que não há uma razão pela força da biologia para que um sexo se coloque acima de outro, ou seja, marginalizado. Com base nessa perspectiva, comente sobre a mentalidade atual onde além do machismo, já vemos também as mulheres pregarem diferenças entre os sexos, por exemplo, há base para dizer que mulheres ou homens são melhores em relação um ao outro?
- 5) Observe a seguinte imagem de algo cotidiano em boa parte das localidades da ilha do Marajó:



Vila Fluvial. Blog Ilha do Marajó, Dez. 2011. Fonte: <http://ilhadomarajo.blogspot.com/2011/12/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

Em seguida leia o seguinte parágrafo:

“[...] E assim é fácil afirmar que houve um agrupamento muito mais numeroso do que a atual população da ilha. E como tendo o lugar recursos naturais limitados? [...] Graças a uma dinâmica ecológica natural que eles observaram. Simples e eficaz, aos que tenham uma ótima capacidade de observação sobre os ciclos da natureza. Onde as cheias no inverno dificultavam o plantio e a pesca (com os alagamentos) e a seca do verão era igualmente prejudicial a produção de alimentos, agora por causa da seca. Complicado, mas, para isso eles encontraram uma solução: as barragens nos igarapés permitiram que criadouros permanentes de peixes na época de estiagem fossem desenvolvidos.

Devido ao seu relevo, em torno de 70% (mais de dois terços) da sua área de campo ou savana (mata de poucas árvores) ficavam debaixo da água por um período de 4 a 5

meses. Quase meio ano, se pensar bem. O que fazia impossível a vida dos habitantes ali devido às inundações. E também por causa das secas. Mas esse problema foi contornado porque seus moradores ali perceberam que boa parte dos peixes que se reproduziam (e muito, gerando abundância então) na época das cheias acabavam depois presos ficando nas águas rasas das cabeceiras dos igarapés e lagos com a chegada da estiagem (a seca)” (SANTOS, Luis Marcelo. Cultura Marajoara, 2021).

Com base neste escrito vemos que as populações nativas marajoaras por séculos conseguiram criar estratégias que permitiram manter grandes concentrações de pessoas, num ambiente que até os dias de hoje como podemos observar na imagem que antecede este breve texto. O fazendo sem criarem danos ambientais que, hoje parecem para nós serem inseparáveis da ideia de crescimento populacional e progresso. Logo, a experiência bem sucedida destes povos nos leva a pensar: o que podemos aprender sobre sustentabilidade com o exemplo dos antigos marajoaras?

Escreva uma dissertação (redação) sobre isso.

6) Observe a seguinte imagem:



Escavação arqueológica na ilha do Marajó em 2002

Fonte: Resarchgate, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Excavation-of-a-Marajoara-mound-Camutins-site-Photograph-by-Carlos-Mora-2002\\_fig5\\_41667823](https://www.researchgate.net/figure/Excavation-of-a-Marajoara-mound-Camutins-site-Photograph-by-Carlos-Mora-2002_fig5_41667823). Acesso em: 02 nov. 2021.

Apesar de que desde o início do século XIX a região tem sido estudada, até hoje continuam os trabalhos de escavação e descoberta de restos do passado legado pelos antigos marajoaras. Contudo, muito já pode ter sido perdido em função do vandalismo, roubo de antiguidades, etc., junto se perdendo informações sobre o passado que nunca mais poderemos vir a



recuperar. Ainda assim muitas revelações impressionantes vieram até nosso conhecimento por terem conseguido serem preservadas. O mesmo acontece com as antiguidades que temos ao nosso redor e que comumente não damos valor. Faça uma relação de possíveis antiguidades que existam onde você mora e que poderiam ser importante serem preservadas para poder se aprender com elas.

7) Pinte a imagem<sup>20</sup>:



Fonte: ALMEIDA, Filipe. Livro de colorir Belém 400 anos, 27 jun.2016. Disponível em: <https://www.behance.net/gallery/38823945/Livro-de-Colorir-Belm-400-anos>. Acesso em: 02 nov. 2021.

<sup>20</sup> Esta sugestão, apenas pelo exercício da pintura e nada mais, pouco acrescenta. Mas ela pode ser muito mais produtiva numa forma de concurso em sala de aula, competição, gincana com o objetivo de estimular a capacidade criativa dos alunos. A sugestão pela pintura é uma alternativa à prática de confecção de peças cerâmicas que pode ser inviável ao professor caso não disponha de infraestrutura mínima para tal atividade, no caso algum espaço a se usado como ateliê. Importante que o aluno seja incentivado a desenvolver sua coordenação e criatividade.

- 8) Diante do que vimos sobre a trajetória deste povo indígena, os antigos marajoaras, podemos perceber uma história riquíssima em vários aspectos, contudo, a jornada dessa sociedade ainda é pouco valorizada e, mesmo, desconhecida por muitos. Com base nesta informação agora comentada, argumente sobre a necessidade de se conceder mais espaço nos livros didáticos ao aprendizado dos povos indígenas brasileiros, que, como os marajoaras têm tantas histórias. Assim, pergunta-se: será que não há outras sociedades nativas que igualmente tenham muito para nós aprendermos? O que você acha?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a cultura marajoara desde sua descoberta impressionou aos mais variados pesquisadores dentro e fora do Brasil, sendo evidente sua complexidade, mesmo ela tendo sido observada principalmente em função de seu exotismo sob a ótica eurocêntrica. O que mostra como o legado deste povo revela um atrativo interessante ser aproveitado em sala de aula. Não desconsiderando a outras sociedades, mas sim objetivando que um maior aprofundamento sobre os antigos marajoaras pode ajudar despertar a curiosidade em relação a outras sociedades aborígenes.

Além de que, vendo como o conhecer desta cultura, por muito tempo foi desvirtuado, não objetivando a um aprendizado de fato sobre a sua história e o seu legado. Visto que o maior interesse com a sua visibilidade se fez primeiramente com o intuito de se forjar uma ancestralidade nativa com a qual o Brasil pudesse exibir uma pretensão de grandiosidade, como o faziam a Itália com o Império Romano, a Grécia com os antigos helenos, os franceses com os gauleses e francos, etc., assim como o México e o Peru respectivamente com os astecas e incas.

Onde, a despeito do Brasil não ter descoberto resquícios de povos ditos mais “evoluídos” justamente como se fez no Peru ou no México, a herança arqueológica marajoara não teve dificuldades em servir como uma vitrine do que o país teria de um passado a se orgulhar. Meramente se forjando uma visão de país através de uma cultura regional transportada para uma identidade nacional, buscando com isso se forjar um elemento de brasilidade por assim se dizer.

O encontrando numa exaltação ao indianismo que, contudo, igualmente vê a necessidade deste sempre ser moldado sob a ótica de uma civilidade eurocêntrica. Em especial durante o Segundo Reinado, durante a década de 1920 com a Semana de Arte Moderna e os durante governos de Vargas (1930-1945)<sup>21</sup>. Logo, não buscando na maioria das vezes, de fato se aprender com o legado destas sociedades nativas que se descobriram no Marajó, mas apenas se ostentar um símbolo idealizado.

Portanto, em nenhum momento se vendo a história indígena além de um elemento do mito fundador das chamadas três raças. Semelhante, de certo modo, ao que percebemos até os dias de hoje na cultura paraense, em especial da capital

---

<sup>21</sup> Governo provisório (1930-1934), Governo constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).



Belém. Onde não é o indígena “real” que se busca observar em sua identidade, quando sim uma visão considerada mais atraente no imaginário popular. E que tende a continuar sendo reproduzida enquanto as descobertas que a arqueologia tanto tem obtido, não tiverem voz além das publicações acadêmicas.

Permitindo esta oportunidade da arqueologia então às pessoas em geral poderem de fato compreender a esta parte de seu passado sem uma visão estereotipada, exótica que dificulta poderem se identificar com ele. Somando-se ao senso comum nessa responsabilidade por uma ideia errada sobre estes indígenas o interesse meramente econômico que o turismo dos artesanatos que se atribuem a denominação “marajoara” que visando atrair ao máximo de compradores, que se preocupa em criar uma estética que vai meramente de encontro ao imaginário desses seus consumidores.

Aspectos que compreendidos não chegam a negar os méritos desta cultura arqueológica marajoara que, apesar dos preconceitos diversos, em relação às culturas nativas, causaram considerável repercussão no imaginário em geral também justamente pela sua singularidade. Tanto que vimos como sua estética tem sido objeto de estudos em diversas áreas do conhecimento como joalheira, artes plásticas, etc. Logo, a este potencial consideramos ser útil no sentido de colaborar num primeiro intento de quebra do estereotipo sobre nossos indígenas como detentores de culturas rústicas, incapazes de despertar interesse além dos apreciadores de peças exóticas.

Assim como o seu potencial multidisciplinar, encontrando espaço amplo nas disciplinas de história, artes, sociologia, ciências, etc. Precisando sobre isso enfatizar como historicamente a temática marajoara, apesar de tanto ter a ser discutida, se fez subaproveitada, mostrada em boa parte sob uma tradição inventada com interesses ideológicos e/ou econômicos, tal como vimos ao longo do capítulo 02. Tanto quanto dentro dos livros escolares a temática marajoara vimos se fazer como um rodapé, figurando mais como uma curiosidade, um apêndice, do que como um conteúdo com diversos saberes que poderiam ser explorados.

Podendo se perceber que a história dos povos nativos em geral não tem espaço considerável no ambiente escolar a nível nacional. Deste modo, praticamente inexistindo menções expressivas a ela nas orientações curriculares que não estejam relacionadas a aspectos como os que analisamos, dentre os quais uma história dos derrotados, uma visão exótica destes povos, o entendimento

destes como primitivos que induz a um senso comum que primitivo se faz o mesmo que atrasado (inferior), etc. A despeito do fato que existem diversas pesquisas nos meios acadêmicos que, em teoria, deveriam se refletir em graduais mudanças neste cenário. Contudo, como vimos anteriormente, uma série de contribuí para que isso não aconteça.

Inclusive o fato de que não há uma compreensão fora do meio acadêmico do quanto o estudo das culturas indígenas pode vir a acrescentar, uma vez que nas produções didáticas, que orientam muito do trabalho do professor, pouco se propõe a mostrar o que estudo dos povos nativos americanos pode nos ensinar, além de expostos de meras curiosidades, não raras consideradas exóticas; ou mesmo uma mera história de derrotados. Fato que vale se reforçar que não reside necessariamente nos livros didáticos em si, mas sim, nos interesses de lucro das editoras que visam à circulação de suas produções, assim apostando sempre na estratégia da “formula que já deu certo”.

Logo, apenas criticar as obras didáticas fornecidas às escolas pelas editoras através do PNLD ou simplesmente querer que elas mudem um sistema que para elas é cômodo, se faz algo pouco viável diante de outras estratégias que podemos desenvolver. A popularização da Internet e suas variadas mídias, como o youtube, os blogposts, etc. torna viável a criação de materiais que podem ser compartilhados a qualquer lugar e tempo. Cabendo somente o trabalho em desenvolver um material que faça a diferença em torno do que queremos que nossos alunos aprendam.

Podendo essa história de uma sociedade que em torno de mil anos se fez uma comunidade próspera e sustentável, de complexidade inegável em suas manifestações artísticas, como a marajoara ser uma primeira estratégia de desconstrução desta visão estereotipada que comentamos ainda se perpetuar. Por mais que vimos que outras sociedades igualmente podem cumprir este intento, ainda mais que não podemos se deixar levar pela visão tradicional de história que valoriza somente aos grandes legados materiais, aos impérios que conquistaram e oprimiram e também aos registros escritos.

Logo, muito pode se falar sobre os povos tupis, sobre os povos aruaques, assim como as culturas que criaram os sambaquis, etc., assim o reforçando nesta conclusão este fato, a fim de não deixar dúvidas que essas sociedades não estão sendo desmerecidas em nossa proposta. Contudo, os marajoaras parecem ser mais interessantes num primeiro momento para servir de amostra sobre o potencial de a

história indígena ser ampliada, em vista da quantidade de temáticas que se bem desenvolvidas, demonstram claramente como a ausência de maior espaço para a história indígena não é por falta do que se falar sobre ela, mas de interesse em se mostrar tudo isso.

Falta de interesse por parte das editoras em arriscar um caminho diferente; falta de interesse dos órgãos em educação buscarem um ensino mais prático, diferente do que vimos em situações, como com os materiais vistos em nossa análise do site Dia-a-dia educação, por exemplo. Algo que sendo mais bem compreendido pelos professores, se torna mais fácil de ser revertido, uma vez adquirindo a consciência de que é possível ir além da dependência das ferramentas pedagógicas que mais comumente dispomos: os livros didáticos. Por mais que isso não seja uma tarefa fácil, quanto mais ao educador com carga horária pesada que, além do trabalho em sala de aula, precisa ser ocupar em seu tempo “livre” com planejamentos, correções de prova, etc.

Contudo, pensemos em que avanços na formação intelectual de nossos alunos nós poderíamos obter gradativamente, através de brechas maiores a debater, por exemplo, a emancipação feminina e o senso comum sobre o machismo ser algo inato, explorando este aspecto dentro da cultura marajoara em que a matrilinearidade (classificação ou organização de um povo, grupo populacional, família, clã ou linhagem em que a descendência é contada em linha materna) que regia essa sociedade, tal como Denise Schaan nos mostra em sua pesquisa (2007, p.103).

Devendo frisar que não ignoramos que há diversas sociedades com as quais podemos aprender. Contudo, diante inclusive do que vimos outros educadores proporem uma maior atenção a dadas lacunas, como o uso da arqueologia na sala de aula, por exemplo, torna claro como não é estranho aqui se dizer em melhor aproveitarmos o potencial desta trajetória destes indígenas. Na qual, não há como não indagarmos, em mais um exemplo agora, sobre a importância das discussões ambientais, se as relações ecológicas dos marajoaras não serviriam com um excelente gancho numa discussão quanto à sustentabilidade, dentre tantos outros aspectos que essa sociedade permite começar a se abordar.

Também sendo pertinente que este enfoque na complexidade de culturas antes vistas erroneamente como simplórias, no caso as de nossos indígenas brasileiros, pode se fazer em mais uma ferramenta na superação do racismo no

Ensino de História de no Brasil que Silva e Meireles (2017, p. 09) entendem ser possível se conseguirmos “que os jovens brasileiros que terminam sua formação na Educação Básica tenham orgulho de suas origens”.

Portanto, a efetivação das metas idealizadas pela lei 11.645 de 2008 que é o do resgate das contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil, prestadas pelo negro e pelo índio (BRASIL, 2008), depende de uma conscientização do porque buscarmos novos meios de dinamizar o ensino de história indígena e africana, oportunizando novos personagens e aspectos. Contudo, não o fazendo apenas pelo o fazer, quando sim sob uma intencionalidade responsável em torno de que objetivos almejamos aprimorar na formação de nossos alunos.

O que não se fará somente pelo aprendizado da história negra e indígena, todavia, em vista de tudo que observamos, é inegável a necessidade de um maior esforço para que esta tenha seu espaço valorizado. O que se pode ser possível por meio de iniciativas, como a produção “Remando por Campos e Florestas: Memórias & Paisagens dos Marajós” que se mostra um material didático de qualidade sem a dependência exclusiva de uma mudança em nossos livros didáticos, tais quais as propostas que mencionamos a pouco de acadêmicos que elaboraram diferentes ideias de trabalho didático em torno destes antigos marajoaras.

Deste modo, uma proposta que já alguns anos eu vinha desenvolvendo numa iniciativa sem quaisquer expectativas de ir muito além da minha sala de aula, após toda esta experiência ao longo do mestrado ProfHistória me pareceu ser importante compartilhar ainda mais a ela. Enfatizando um pouco mais essa viabilidade de criarmos novos materiais didáticos, onde nós professores com esta estratégia não estamos limitados, por questões como os interesses do mercado editorial, como se encontram os pesquisadores que elaboraram os livros didáticos. Enfatizando mais uma que estes mesmos livros, por sua vez, tendo ferramentas que complementem as suas lacunas e outras falhas, podem então permitir um ensino de melhor qualidade. Ferramentas que podemos nós as desenvolver.

Ainda que os desafios para o professor em sala de aula muito dificultam ao mesmo atualmente ser igualmente um pesquisador. Por mais obstáculos como pouca carga horária, cobertura deficiente de internet em muitas escolas, etc. também devam ser considerados. Tanto como outros fatores como, por exemplo, desinteresse e alienação de nossos jovens, citando apenas alguns dos incontáveis desafios que os

regentes em sala de aula enfrentam. Pontos negativos que não podemos ignorar, contudo, apesar disso, precisamos constantemente estar sempre buscando a novas estratégias para tentar mudar este cenário.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Francisca Martin-Cano. Estudo de sociedades matrilineares. **Nômades - Revista Crítica de Ciências Sociais e Jurídicas**, Saragoça, v. 12, n. 02, p.151-156, 2005.

AGUIAR, Raquel. O pai da paleontologia e arqueologia no Brasil. **Ciência Hoje**. Ago. 2001. Disponível em: [https://www.lagoasanta.com.br/homem/historia\\_lund\\_raquel\\_aguiar.htm](https://www.lagoasanta.com.br/homem/historia_lund_raquel_aguiar.htm). Acesso em: 23 dez. 2020.

ALMEIDA, Fernanda W.; YAMASHITA, Ana Cristina. Arquitetura indígena. **Revista de Ciências Exatas e da Terra UNIGRAN**, v. 2, n.2, 2013 UNIGRAN, Dourados, MS. Disponível em: <https://www.unigran.br/cienciasexatas/conteudo/ed3/artigos/02.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

ALMEIDA, Jorge Ailton Moreira de. **A cerâmica marajoara dos tesos**. 2016. Monografia (Graduação em Artes Aplicadas) - Universidade Federal de São João Del Rei. Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei, Minas Gerais, 2016.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. "O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco". In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-28, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39 – 2012.

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. Os limites entre a História e a Ficção. **Revista História da historiografia**. Ouro Preto, Minas Gerais – nº. 22 - dez/2016 - p. 202-213 Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/1149/656>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ALMEIDA NETO, Antonio Simplicio de. Ensino de História Indígena: currículo, identidade e diferença. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 218-234, jul-dez. 2014.

AMÉLIO, Alessandra Palma. **Do barro à prata: joias baseadas na cultura marajoara**. 2012. Monografia (Graduação em Design com habilitação em Projeto de Produto). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2012.

AMORIN, Lilian Bayman de. **Cerâmica Marajoara – a arte do silêncio**. Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém, Pará, 2010.

ARAUJO, Antoracy Tortelo. **História do Brasil – da descoberta ao início da liberdade**. 1988. Editora do Brasil.

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, 2007.

ARIAS, Carmem: Os indígenas e os ocidentais: buscando as diferenças através das semelhanças. **Revista Mediações**. Londrina. Volume 04, n. 1, p. 28-32, jan.-jun. 1999.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. A importância material da arqueologia e da História. **História Unisinos** 14(1): 62-76, Jan-abr/ 2010 – doi: 10.4013/htu.2010.141.08

BALDUS, Herbert. **Estórias e lendas dos índios**. Antologia do Folclore Brasileiro. 2ª. Edição, Editora Edigraf. Rio de Janeiro, 1960.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dez-fev/1999-2000.

BARRETO, Cristiana. Corpo, comunicação e conhecimento: reflexões para a socialização da herança arqueológica na Amazônia. **Revista de Arqueologia** n. 28, n. 1, 2013.

BENATTE, Antonio Paulo. História e antropologia no campo da Nova História. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 1 – UFGD – Dourados. Jan-jun/2007.

BERTAPELI, Vladimir. O mito do bom selvagem: o caso da comunidade da praia dos pescadores, Itanhaém-São Paulo. **Revista Habitus** – IFCS/UFRJ Vol. 8 – N. 2 – Ano 2010.

BEZERRA, Josinaldo B.; HERKSEDEK, Patrícia M.; BASTO, E. S. Os povos indígenas, as novas territorialidades e a redefinição do espaço local no estado de Roraima/Brasil. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 06, 2014, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: USP, 08-12 set. 2014.

BEZERRA, Cicero Anderson de Almeida. Memória, história e manipulação midiática. SEMINÁRIO ANPUH, 30, 2019, Recife. **Anais** [...] Recife: UFPE, 2019, p.1-12.

BHETENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Tradução Luis Oliveira Santos e João Quina Edições. Companhia das Letras. 2018

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004 (a).

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Autores e editores compêndios e de livros de leitura (1810-1910) **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set.-dez/2004 (b)

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, n. 164, jan-jun/ 2011, pp. 487-516. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

BOULOS, Alfredo. História Sociedade & cidadania. 4ª edição, 2018. Editora FTD.

BRANCO, Bernardo Castelo. Arquitetura indígena brasileira: da descoberta aos dias atuais. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, 7:69-85, 1993.

BRASIL. **LEI Nº 3.924**, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm). Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394lbn1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: [https://mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis\\_10.639\\_2003\\_inclus%C3%A3o\\_no\\_curr%C3%ADculo\\_oficial\\_da\\_Hist%C3%B3ria\\_e\\_Cultura\\_Afrobrasileira.pdf](https://mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis_10.639_2003_inclus%C3%A3o_no_curr%C3%ADculo_oficial_da_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Afrobrasileira.pdf) Acesso em: 01 set. 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2015. **Ministério da Educação**. Proposta de base nacional comum curricular. Abr. 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2016. **Ministério da Educação**. Proposta de base nacional comum curricular. Abr. 2016. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCEI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCEI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 24 jan. 2020.

BROCHADO, José Proenza et al. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n. 12, p. 3-33, 1969.



CALAZANS, Marília Oliveira. Em busca de uma pré-história brasileira: arqueologia, mito e ciência no Brasil do século XIX. In SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPHU, 27, 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 22 - 26 jul. 2013, p. 1-16.

CALAZANS, Marília Oliveira. Os sambaquis e o império: uma controvérsia na história da ciência. In ENCONTRO DE HISTÓRIA REGIONAL ANPHU, 16, 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: USU, 2014, p. 1-14.

CALAZANS, Marília Oliveira. **Os sambaquis e a arqueologia no Brasil do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOHNIKOFF, Mirian. **História, escola e democracia**. 6º ano. Editora Moderna, 2018.

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?” - reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5, 2009, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 27-29 maio de 2009.

CANTON, Cláudia. **Novíssima arte brasileira**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

CAPUCCI, Victor Zappi. **Fragmentos de cerâmica brasileira**. São Paulo, 1987: Editora Nacional.

CARMO, Maria Izabel Mazini do. Imigração Italiana na Cidade do Rio de Janeiro (1870 – 1920), 2011. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011. **Anais [...]** São Paulo: USP, jul. 2011.

CARVALHO, Ricardo Artur. **Grafismo Indígena: Compreendendo a representação abstrata na pintura corporal Asurini**. 2003. Monografia (Graduação em Desenho Industrial - Comunicação Visual). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC. Rio de Janeiro, 2003.

CECCON, Roseli Santos. **Em busca de uma “arqueologia brasileira”:** **Universidade do Paraná, décadas de 1950 a 1970**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2011.

CERQUEIRA, Fabio Vergara. A iconografia dos vasos gregos antigos como fonte histórica. **História em Revista (UFPel)**, Pelotas, v. 6, 2000. p. 85-96.

CÉZAR, Ted Henrique da Silva. **Sítio Arqueológico Itacoatiaras do Rio Ingá: reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e a documentação como um instrumento para esta prática**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2013.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set.-dez. 2004.

CHMYZ, Igor. **Terminologia arqueológica brasileira para Cerâmica**. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Federal do Paraná, 1969.

CHUCAILO, Vanessa. História e arqueologia em sala de aula: relatos de uma experiência possível. In: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 2, 2016, União da Vitória. **Anais** [...] União da Vitória: UNESPAR, março de 2016. Disponível em: [http://simpohis2016.blogspot.com/p/historia-e-arqueologia-em-sala-de-aula\\_26.html](http://simpohis2016.blogspot.com/p/historia-e-arqueologia-em-sala-de-aula_26.html) Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para estudo das histórias e culturas indígenas**, Livraria Laced, Rio de Janeiro, 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. Antropólogos desvendam mistério das múmias chinchorros. 13/12/2016. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-aude/2016/12/23/interna\\_ciencia\\_saude.562376/segredos-das-mumias-chinchorro-revelados.shtm](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-aude/2016/12/23/interna_ciencia_saude.562376/segredos-das-mumias-chinchorro-revelados.shtm). Acesso em: 03 jan. 2020.

COTRIM, Gilberto; Rodrigues, Jaime. **Historiar**. 6º ano. São Paulo, 2018. Editora Saraiva.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** / 1ª ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CURADO, Jessica Fleury. **Estudo e caracterização das cerâmicas indígenas brasileiras**. Orientador: Nemitala Added. Universidade de São Paulo – Instituto de Física. São Paulo, 2012

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. No Brasil ainda tem “índio”. 29 de março de 2017. Disponível em: <http://kamuri.org.br/kamuri/no-brasil-ainda-tem-indio/#post-145-endnote-2>. Acesso em: 10 maio 2019.

DAUS, Federico; APARICIO, Francisco de. Os aborígenes da América do Norte e da América Central in LEVENE, Ricardo (org.) **História das Américas**. WM Jackson Inc. 1947.

DEBLASIS, Paulo. O que é Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. **Recursos Pedagógicos no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. Universidade de São Paulo, 2014.

DERBY, Orville; Os montes artificiais da ilha de Marajó. *American Naturalist* 13: 1879. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/272316> Acesso em: 07 jun. 2019.

DEVIDE, Antonio Carlos Pries. **Terra preta de índio (TPI) - Anthropogenic dark Earth**. Revisão de literatura (Especialização em Engenharia Agrícola e Ambiental). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nov. 2012.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELIGRINI, Marco. **Vontade de Saber História** 6º. Ano. Editora Quinteto, 2018.

DIMTRUK, Hilda B. Repensando os discursos e imagens sobre os indígenas. **Cadernos do CEOM** - Ano 17, n. 18 - Arqueologia e populações indígenas. UNOCHAPECÓ – Chapecó, SC.

DONATT, Patrícia Bayod. Aula: história da arqueologia no Brasil. Somanlu – **Revista de Estudos Amazônicos**, ano 17, n. 1, jan./jun. 2017.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. **Revista Ensaios e Pesquisa em Educação** – 2016, n. 2, v. 01.

FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. **Revista Horizontes Antropológicos**. v.8 no.18. Porto Alegre, dez 2002

FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Revista Mneme**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005. – Semestral

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a história cultural in PINSKI, Carla B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e Cultura*. Volume.65, nº 02. São Paulo, abr-jun/2013.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI – **Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas**. Influência da cultura indígena em nossa vida vai de nomes à medicina. Mar/ 2012. Disponível em: <http://prodoc.museudoindio.gov.br/noticias/retorno-de-midia/66-influencia-da-cultura-indigena-em-nossa-vida-vai-de-nomes-a-medicina>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GABAS JR, Nilson. Em memória de Denise Pahl Schaan (1962-2018). Agência de Notícias Museu Paraense Emílio Goeldi, 09 mar. 2018. Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/em-memoria-de-denise-pahl-schaan-1962-2018-3>. Acesso em 25 abr. 2020.

GHENO, Diego. Antônio; MACHADO, Neli Terezinha G. Arqueologia Histórica – Abordagens. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan-jun. 2013. Editora UFPR

GIBBONS, Ann. Nova visão do início da Amazônia. *Science*, vol. 248, no. 4962, 1990, One File Acadêmico. Disponível em: [https://link.galegroup.com/apps/doc/A9183857/AONE?u=uepg\\_br&sid=AONE&xid=8a75e8e7](https://link.galegroup.com/apps/doc/A9183857/AONE?u=uepg_br&sid=AONE&xid=8a75e8e7) Acesso em: 07 jun. 2019.

GLORIA, Ednez Gomes da. **O patrimônio histórico-cultural do arquipélago do Marajó Pará: diálogo e disputa entre suas representações**. Monografia

(Graduação em Turismo). Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Prof. Dra. Helena Catão Henriques Ferreira. Niterói, RJ, 2013.

GOBBI, Izabel. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2007.

GOBBI, Izabel. Desafios do ensino sobre indígenas nas escolas: uma reflexão a partir dos livros didáticos de História. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 2, n 2, p. 41 – 57. Jul-dez. 2010.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. Um olhar sobre a cultura. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V.30 n.03 - p.15-41. Jul-set, 2014

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; ALVES, Fábio; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. Marajó in Alves; Fábio. **A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia**, IPEA, Brasília, 2016.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**. V. 24 n. 48. São Paulo, 2004.

HEINZELMANN, Marta Regina. **Entre conceitos e preconceitos: o discurso de pré-história nos livros didáticos de história do 2º. Grau de 1970 e 1980**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). UDESC, Florianópolis, 2004.

JANDIRA NETO. PRONAPA - Uma História da Arqueologia Brasileira contada por quem a viveu – Entrevistado - Prof.º Dr. Ondemar Dias. Jan 2014. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28>. Acesso em: 09 out. 2020.

JORGE, Vitor Oliveira. Arqueologia e História: algumas reflexões prévias. **Revista da Faculdade de Letras**. Instituto de Arqueologia – Universidade do Porto. Porto, Portugal, 1990.

KER, João. “Cada vez mais humanos”, “fedorentos”, “massa de manobra”: as declarações de Bolsonaro sobre índios. O Estado de São Paulo, 24 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cada-vez-mais-humano-fedorentos-e-massa-de-manobra-as-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-indios,70003171335>. Acesso em: 27 jan. 2020.

KERN, Arno Alvarez. Nosso passado terá um futuro: reflexões sobre a arqueologia. **História: Debates e Tendências** – v. 17, n. 1, jan./jun. 2017, p. 23-39.

LAGROU, Els. "Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas". In: **Proa – Revista de Antropologia e Arte**, nov. 2010, ano 02; n. 01.

LAMAS, Fernando Gaudereto; VICENTE, Gabriel Braga; MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. **Revista Cadernos de**

**Estudos e Pesquisas na Educação Básica.** V. 2, n. 1, p. 124-139. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LEMOS, Denise Castanha de Ávila de; ZAMPERETTI, Maristani P. Modelagem com argila para crianças – um estudo de caso. **Periódicos UFPEL** n. 05 – Pelotas, 2015.

LINHARES, Anna Maria Alves. “Estive na Amazônia e lembrei de você”: história e natureza no consumo de cerâmica marajoara. **NEAF** n. 23, 2011

LINHARES, Anna Maria Alves. **Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira.** 2015. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2015.

LINHARES, Anna Maria Alves. Os Arquivos do Museu Nacional e espetacularização do índio marajoara. **Concinnitas**, ano 19, n. 34, dez 2018.

LINO, Jaisson Teixeira; SILVA, Elisana Reis da; LINO, Gislaíne Inácio de Melo Fronteiras interdisciplinares no estudo do passado indígena: considerações sobre arqueologia e história em Santa Catarina. **Cadernos do CEOM** - Ano 25, n. 37 – Fronteiras, 2012.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala - Semiótica da descolonização. **Revista de Educação Pública.** Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, maio/ago. 2014.

LISBOA, Maria da Graça Portela; BARROS, Mariana Osório, Design e comunicação: cultura indígena como temática do projeto de joias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM CULTURA, 2, 2016, São Luiz Gonzaga. **Anais [...]** São Luiz Gonzaga: URI, 2016.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** / – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MALAGOLI, Maria Januária de Souza. **1958 - O Ensino da Cerâmica em Ateliers:** Especialização em Ensino de Artes Visuais (Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes). Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MARCOLIN, Neldson. O cientista múltiplo. **Revista Pesquisa FAPESP.** Edição n. 123 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – maio 2006.

MARTINS, Cristiane Pires; PORTAL, Vera Lucia Mendes. Patrimônio Arqueológico do Marajó dos Campos. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (org.). **Viagens ao Passado da Ilha: vestígios arqueológicos - Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara** – 1. ed., GKNORONHA, Belém, 2010.

MAURO, Victor Ferri. Etnogênese e reelaboração da cultura entre os krahô-kanela e outros povos indígenas. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 37-94, jan./jun. 2013.

MELO, Joaquim Rodrigues de. **A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção ao Índio 1910-32**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MELO, Diogo Jorge de; MONÇÃO, Vinicius de Moraes; SANTOS, Mônica Gouveia dos; AZULAI, Luciana Cristina de Oliveira. Descendentes dos marajoaras: empoderamento e identidade na cidade de Belém. Universidade Federal de Pelotas, **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel, Pelotas: 191 - 210, set-dez 2012.

MENESES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões. **Revista Symposium**. Ano 3 - Número Especial, dez 1999.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Departamento de História USP. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/61796-Texto%20do%20artigo-79989-1-10-20130906.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

MERRIAM WEBSTER DICTIONARY [2021]. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/ethnogenesis>. Acesso em: 05 de nov. de 2021.

MIGUEL, Nadya Maria Deps; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas. **ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA**, 5, 2009, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UFBA, 27-29 maio de 2009.

MILLER T. O. Usos da arqueologia na sala de aula. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.167-179, jun.2009. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/8639586-Texto%20do%20artigo-10150-1-10-20150902.pdf> Acesso em: 05 jan. 2021.

MOCELIN, Renato; Camargo, Rosiane de. **História Projeto Apoema**. Editora do Brasil. 2ª edição, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo** - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus**. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995. p. 221-28.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indianismo**. Book Publisher Internacional. Campinas, ago. 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História* n.149 (2o - 2003), 109-137.

MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. Fragmentos de História: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica. **Coleção Teses do Museu Paranaense**, Volume 09. Curitiba, 2014.

MOTOOKA, Debora Yumi. **História Geração Alpha**. 6º ano. Editora SM, 2018.

MOURA, Danielly. O papel do historiador, esquemas de História. Universidade Estadual da Paraíba, 2019. Disponível em: <https://www.doccity.com/pt/o-papel-social-do-historiador/4963573/>. Acesso: em 23 abr. 2020.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História de Educação**, vol. 12, núm. 3, Setembro-Dezembro, 2012, pp. 179-197. Sociedade Brasileira de História da Educação, Maringá, Brasil

NASCIMENTO, Ana Luísa Meneses Lage do; LIMA, Tânia Andrade. As Itacoatias do Ingá: Gravuras pintadas? **Clio Arqueológica**, 2018, v. 33, n.1, p.26-45, Universidade Federal de Pernambuco.

NOBRE, Felipe Nunes. Um olhar arqueológico sobre os livros didáticos: Materialidade e conteúdo. **História em revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas: Editora da UFPel, 2015/2016.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, ano 12, n. 22, p. 27-48, jan.-jun. 2012. Campo Grande, MS.

PARANÁ. **Portal Dia-a-dia Educação** [2020-21]. Secretaria estadual de Educação. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=549> Acesso em: 15 jan. 2020 - 03 jan.2021.

PASCOAL, Paola da Silva. “**Além da ilha:**” **Theodoro Braga e a cultura marajoara nas artes visuais e na arquitetura**. Monografia (Graduação em Artes). Universidade Federal de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique. Guarulhos, 2014.

PRESTES, Anita Leocádia. O Historiador perante a história oficial. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 91-96; jan. 2010.

PRIANTE, Wagner Penedo. **A cerâmica dos Tapajós e o desejo de formas: estudo de peças cerâmicas arqueológicas mirando potências criativas**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes. São Paulo, 2016.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed. da UnB, 1992.



PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PROUS, André; LIMA, A. Pessoa. De Cobras e Lagartos: as tangas marajoaras. **Revista Museu Arqueologia e Etnografia**, São Paulo, n. 21, p. 231-263, 2011.

RAMOS, Rosemeire. **A representação visual do índio no livro didático in Os desafios da escola pública na perspectiva do professor PDE**. Produção Didático-pedagógica – Turma 2016. Universidade Estadual de Londrina.

RIBEIRO, Darcy. Arte índia. 1986. In Ribeiro, Darcy (editor), **Suma Etnológica Brasileira**, Vol. 3: Arte índia, p. 29-64. Vozes, Finep.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras: para conhecimento das línguas indígenas**. Ed. Loyola. São Paulo, 2002.

ROITER, Márcio Alves. A influência marajoara no Art Déco brasileiro. **Revista UFG**. Ano XII nº 8. Jul., 2010.

ROMÃO, José Eustáquio. Civilização do Oprimido. Campus Social. **Revista Lusófona de Ciências Sociais**, 2004, n. 01, p. 31- 47.

ROSA, Cassia Santos da. **Ilusão e paraíso: história e arqueologia na Amazônia (1948-1965)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SANSON, César - **Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil?** 07 jul. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532997-por-que-o-racismo-contra-indigenas-e-o-maior-de-todos-no-brasil> Acesso em: 25 jun. 2020.

SANTANA, Ronilson Aquino Silva; SILVA, Alex Bruno. Análise (etno) matemática da cerâmica tapajônica. Universidade do Oeste do Pará. In: CIBEM – CONGRESSO IBERO AMERICANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 7, 2013, Montevidéu. Anais [...] Montevidéu: SEMUR, 16-20 de nov. 2013.

SCHAAN, Denise Pahl. **A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara**, EDIPUCRS, 1997 a.

SCHAAN, Denise Pahl. A linguagem iconológica da Cerâmica Marajoara: um estudo da arte pré-histórica na ilha de Marajó – Brasil (400 – 1300 AD), **Coleção Arqueologia 3**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997 b.

SCHAAN, Denise Pahl. Evidências para a permanência da cultura marajoara à época do contato europeu. **Revista de Arqueologia**. 1999-2000.

SCHAAN, Denise Pahl; PACHECO, Agenor Saraf; BELTRÃO, Jane Felioe (orgs). **Remando por Campos e Florestas: Memórias & Paisagens dos Marajós**. Rio Branco: GKNORONHA, 2011.



SCHAAN, Denise Pahl; VEIGA E SILVA, Wagner Fernando. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, 17: 13-32, 2004.

SCHAAN, Denise Pahl. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 1, 2006, pgs. 31-48.

SCHAAN, Denise Pahl. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. **Habitus**, Goiânia, v. 5, n.1, p. 99-117, jan.-jun. 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio. Rio Grande do Sul: **Habilis**, 2009.

SCHAAN, Denise Pahl, MARTINS, Cristiane Pires; PORTAL, Vera Lucia. Viagens ao Passado da Ilha: vestígios arqueológicos em vozes e percepções de marajoaras in SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristiane Pires (orgs.). **Muito Além dos Campos**. GKNoronha, 1ª edição. Belém, 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos 05 - 2ª edição. Instituto Anchieta de Pesquisas – **UNISINOS**. São Leopoldo, RS, Brasil, 2006.

SERIOCCOPI, Reinaldo; AZEVEDO, Gislaine. **Inspire História**. 6º ano. Editora FTD, 2018.

SILVA, Deyse Elisa França da. **Sobre as “pedras famosas de Calçoene”:** reflexões a partir da arqueologia etnográfica na Amazônia. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2016.

SILVA, Djane Fonseca. **Análise de captação de recursos da área do Sambaqui do Saco de Pedra, litoral sul de Alagoas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 01, n. 2, p. 213-223; 2012.

SILVA, Emanoela Francisca Ferreira. Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e cesura. **Estação Literária Vagão** – v. 04 (2009) – 1-100. UEL – Londrina - ISSN 1983-1048.

SILVA, Fabiola A. Silva; APPOLONI, Carlos R.; QUIÑONES, Fernando R. E.; SANTOS, Ademilson O.; SILVA, Luzeli M. da; BARBIERI, Paulo F.; NASCIMENTO FILHO, Virgílio F. A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. **Revista de Arqueologia** n. 17, jun. 2004.

SILVA, Giovani José da; MEIREILES, Marinelma Costa. Orgulho e preconceito no ensino de História do Brasil. **Crítica histórica**. Ano VIII, n. 17, jul. 2017.

SILVA NETO, João Augusto da. **Na seara das cousas indígenas: cerâmica marajoara, arte nacional e representação pictórica do índio no trânsito Belém - Rio de Janeiro (1871-1929)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

SOARES, André Luis Ramos; PERIUS, Eduardo; AREND, Jéssica Fernanda. A arqueologia nos livros didáticos. **Revista Latino-Americana de História** - V. 2, n. 6 – Ago/ 2013 – Edição Especial.

SOUZA, Aldair José Batista de. A arte marajoara nas aprendizagens visuais. **Revista Digital do LAV**, vol. 10, núm. 1, jan.-abr., 2017, pp. 3-13. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

SOUZA, Meriti de. Mito fundador, narrativas e história oficial: representações identitárias na cultura brasileira. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. **Anais [...]** Coimbra: Universidade de Coimbra, 16- 18 set. 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. Editora Contexto, 1991.

STEIN, Moisés Alexandre. Atividades desenvolvidas em sala de aula através do Pibid. **Revista do Corpo Discente do PPG História da UFRGS - Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 36-49, Jul. 2015.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. Organizadores: Walter Fagundes Morales e Flavia P. Moi. Editora: Annablume, 2009,

TOYOTA, Rosimeiri Galbiati. **Caracterização química da cerâmica marajoara**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear – Aplicações). Instituto De Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) - Autarquia associada à Universidade de São Paulo, 2009.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Tradução: Ordep Trindade Serra - 2ª Edição. Editora Odysseus, 2004

TROUFFLARD, Joanna. **Testemunhos funerários da ilha do Marajó no Museu Dr. Santos Rocha e no Museu Nacional de Etnologia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Nova de Lisboa, jul.2010.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. **História. Doc**. 2ª edição. Editora Saraiva, 2018.

VASSOLER, Odair José Petri. As cariátides tapajônicas: propostas hermenêuticas. **Primeira Visão**. Volume 33, no. 03. Universidade Federal de Rondônia, 2012.

VELTHEM, Lucia Hussak Van. Artes indígenas: notas sobre a lógica dos corpos e dos artefatos. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 55-66, 2010.

VICENTINO, Claudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris História**. 6º ano. Editora Ática, 2018.

WAGNER, Daize Fernanda. Identidade étnica, índios e direito penal no Brasil: paradoxos insustentáveis. **Revista de Direito Fundação Getúlio Vargas**. V. 14 N. 1 jan-abr. 2018.

ZAHLOUTH, Ingrid Maria Luz Vergolino; PAIVA Rodrigo Oliveira. Vestígios arqueológicos como fontes de informação: segredos do passado transcritos em suportes primitivos. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 37-48, 2012.

## ANEXO A – LOCALIZAÇÃO DA ILHA DO MARAJÓ



Fonte: AMÉLIO, Alessandra Palma. Do barro à prata: joias baseadas na cultura marajoara. Monografia (Graduação em Design com habilitação em Projeto de Produto. Universidade estadual paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2012.



Fonte: J J.A.O. Amarante, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.amarante-vinhos.com.br/queijo%20-%20outra%20paix%C3%A3o/queijo-bufala-brasil/para/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

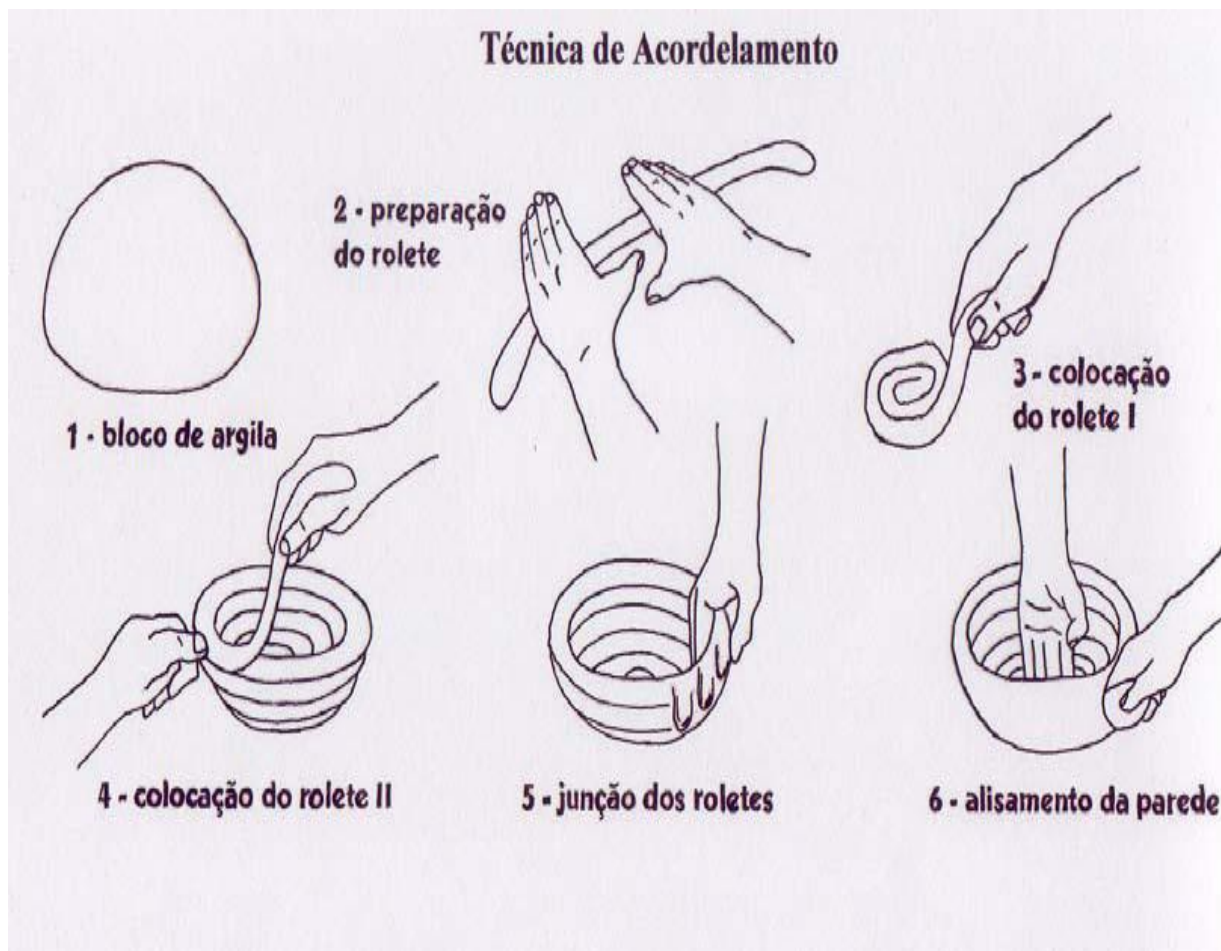
**ANEXO B – COLÉGIO FRANCISCO PIRES MACHADO**

Fonte: PARANÁ. Portal Dia-a-Dia Educação, 2020. Disponível em: <http://www.pgofranciscopires.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>. Acesso em: 10 out. 2020

**ANEXO C – UM EXEMPLAR DE OBRA DE MESTRE CARDOSO**

Fonte: MALAGOLI, Maria Januária de Souza. **O Ensino da Cerâmica em Ateliers**: 2015. Monografia. (Especialização Ensino de Artes Visuais). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015, p. 29.



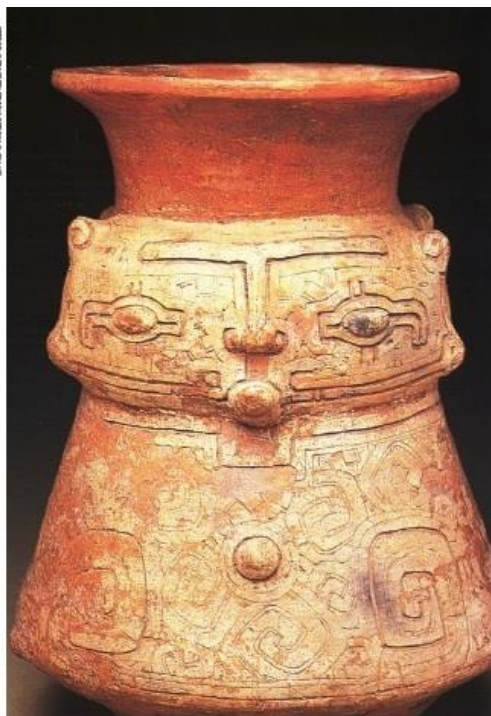
**ANEXO D – TÉCNICA DO ACORDELAMENTO**

Fonte: CABRERA, Jean Italo. O Sítio Arqueológico Lagoa São Paulo – 02: Uma Análise Geo Arqueológica de uma ocupação Pré - Histórica do Oeste Paulista. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). UNESP, Presidente Prudente, 2009.

## ANEXO E – EXCISÃO EM CERÂMICA



Fonte: MUSEU NACIONAL, 2021. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/marajoara.html>. Acesso em: 24 ou. 2020



Urna funerária marajoara do século 14 exposta no Museu Emilio Goeldi, em Belém (PA).

Fonte: MUSEU EMILIO GOELDI, 2021.  
Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/>.  
Acesso em: 24 nov. 2020



**ANEXO F – INCISÃO EM CERÂMICA**

Fonte: AMORIN, Lilian B. Cerâmica Marajoara – Museu Emilio Goeldi, 2010.

## ANEXO G – APLICAÇÃO DO ENGOBO – UMA CAMADA DE ARGILA LIQUIDA SOBRE A PEÇA JÁ COZIDA



Fonte: LINHARES, Paul. Ceramica Arts. 18 out. 2018. Disponível em: <https://ceramicartsnetwork.org/daily/pottery-making-techniques/ceramic-decorating-techniques/how-to-apply-a-swirly-slip-coating-to-a-freshly-thrown-pot/>. Acesso em: 04 nov. 2021.

**ANEXO H – CAPA DA OBRA DIDÁTICA “REMANDO POR CAMPOS E FLORESTAS”**



Fonte: O autor



## ANEXO I – FRAGMENTO DA OBRA DIDÁTICA “REMANDO POR CAMPOS E FLORESTAS”

cobra grande, e os homens fizeram uma pescaria que rendeu muito peixe para comerem naquela noite. Antes de beberem o cacoi e dançarem, o chefe que tinha comandado todo o trabalho falou que aquele local era sagrado e que ali só poderia morar o povo da cobra grande, que eram eles mesmos. No outro dia ergueram uma cabana muito grande feita com pau e barro e coberta com folhas de buriti, e dali não saíram mais. Foi assim que tudo começou.

\*\*\*

“A moça tá querendo dizer que foi o tal povo da cobra grande que fez os cacoi e as cestinhas que a gente encontra nos tesos, tá?” Dona Maria começava a achar que as coisas faziam sentido.

“Não tenho como saber se as coisas aconteceram assim mesmo, Dona Maria, mas essa é uma história possível. Quero dizer, eles tiraram a terra do igarapé, eles construíram as barragens e os tesos, eles fizeram os potes com os desenhos da cobra e eles moravam em cima dos tesos. O resto é o recheio da história, entende?”

“Hum... Dona Maria olhou para o rio, pensativa.

### O Povo da Cobra Grande

Uns três meses depois da construção do primeiro teso vieram alguns parentes do centro e outros do rio e resolveram ficar. Montaram acampamento em uma parte mais baixa do teso, em uma pequena porção de terra recém descoberta pela descida das águas. O lugar começou a ficar apertado. Por enquanto até podiam ficar no campo, mas quando as águas começassem a subir precisariam de mais espaço de terra firme. Pensaram então em erguer outro teso. As enchentes daquele e dos anos anteriores tinham carregado muito todo para dentro do rio, que já estava ficando raso de novo.

O homem que tinha comandado os primeiros trabalhos chamou todos os chefes de família para conversar em frente da oca grande. Pegou um banchinho de cerâmica onde sua mulher tinha desenhado a pele da cobra e sentou sobre ele. Em sinal de respeito, os outros homens sentaram-se no chão, formando uma meia lua. Enquanto conversavam, a mulher mais velha chegou e todos se calaram. Ela disse que tinha sonhado com a cobra grande na noite anterior. Repetiu para eles as ordens da cobra: ela mandava que construíssem um teso do outro lado do igarapé, isso ia ajudar a limpar o igarapé, que estava ficando raso. Se não fizessem isso, a cobra iria embora e levaria com ela os peixes.

Todos entenderam a mensagem. E sendo assim, uma turma partiu logo para buscar muita palha de buriti. Dessa vez, além dos paneiros, resolveram usar armações de palha trança-



da e pau em forma de pedrolas, que podiam ser carregados por duas pessoas mais facilmente. Trabalharam por três meses para erguer o segundo teso, dia após dia, quase sem descanso. No meio do verão teve quase pronto. No final do verão já tinham até construído a casa, e os parentes puderam se alojar. Fizeram então uma grande festa para comemorar. As mulheres fizeram lindos pratos de barro, cujas paredes eram esculpidas com os desenhos da pele da cobra e botaram neles a farinha feita com a mandioca que os parentes trouxeram do centro. Naquela noite comeram peixe e farinha, tomaram cacoi e dançaram até o amanhecer.

No dia seguinte, a mulher mais velha falou que a cobra grande apareceu novamente em seu sonho. Dessa vez a cobra disse que estava muito contente, porque tinham limpado o igarapé para ela e que por isso iria sempre protegê-los e dar-lhes muito peixe. Agora ela pedia que eles pintassem seus corpos de urucum e jenipapo. Que fizessem neles os mesmos desenhos coloridos da sua pele, porque eles eram o povo da cobra grande.

E eles assim fizeram.

\*\*\*

“Já vi onde isso vai dar”, comentou Júlio. “Próximo ano, mais parentes, outro teso construído e isso explica porque tem tanto teso nas cabeceiras. Se bem que eu acho que essa cobra

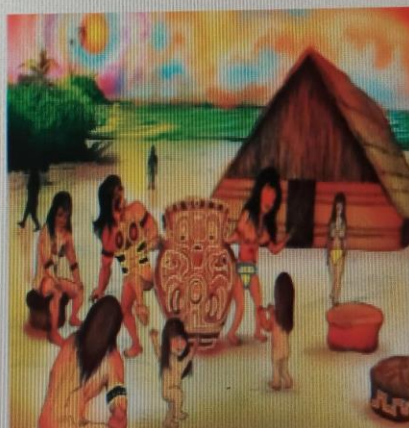


Ilustração de Alexandre Jubat.

## ANEXO J – DISTRITO DE ICOARACI – BELÉM – PARÁ



Fonte: TRIPADVISOR, 2021. Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303404-d6873718-i163094895-Orla\\_de\\_Icoaraci-Belem\\_State\\_of\\_Para.html](https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303404-d6873718-i163094895-Orla_de_Icoaraci-Belem_State_of_Para.html). Acesso em: 05 nov. 2021.



Fonte: MENDES, Sarah. Orla de Icoaraci é a opção para quem busca tranquilidade nas férias. Rede Pará. 15 jul. 2018. Disponível: <https://redepara.com.br/Noticia/170649/orla-de-icoaraci-e-opcao-para-quem-busca-tranquilidade-nas-ferias>. Acesso em: 05 nov. 2021.